



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MAYANE PAULINO DE BRITO E SILVA

**DESINFORMAÇÃO, PÓS-VERDADE E *FACT-CHECKING*: PROPOSIÇÃO DE
MODELO DIRECIONADO À INFORMAÇÃO PARA SAÚDE**

**JOÃO PESSOA
2021**

MAYANE PAULINO DE BRITO E SILVA

**DESINFORMAÇÃO, PÓS-VERDADE E *FACT-CHECKING*: PROPOSIÇÃO DE
MODELO DIRECIONADO À INFORMAÇÃO PARA SAÚDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização, acesso e uso da informação

Orientador: Prof^a. Dr^a. Virgínia Bentes Pinto

**JOÃO PESSOA
2021**

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB – Biblioteca Central
Seção de Catalogação e Classificação

S586d	Silva, Mayane Paulino de Brito e. Desinformação, pós-verdade e fact-checking : proposição de modelo direcionado à informação para saúde / Mayane Paulino de Brito e Silva. - João Pessoa, 2021. 222 f. : il. Orientação: Virgínia Bentes Pinto. Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA. 1. Informação - Organização. 2. Informação – Acesso e uso. 3. Fact-checking. 4. Desinformação. 5. Informação - Saúde. I. Pinto, Virgínia Bentes. II. Título UFPB/BC CDU 007(043)
-------	---

MAYANE PAULINO DE BRITO E SILVA

**DESINFORMAÇÃO, PÓS-VERDADE E *FACT-CHECKING*: PROPOSIÇÃO DE
MODELO DIRECIONADO À INFORMAÇÃO PARA SAÚDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

APROVADA EM: 30/09/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Virgínia Bentes Pinto (Orientadora - PPGCI/ UFPB)

Prof. Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira (Membro Interno - PPGCI/ UFPB)

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves (Membro Interno - PPGCI/ UFPB)

**Prof^a. Dr^a. Márcia Maria Tavares Machado (Membro Externo - Faculdade de
Medicina/ UFC)**

Prof. Dr. Osvaldo de Souza (Membro Externo - PPGCI/ UFC)

Prof^a. Dr^a. Gracy Kelli Martins Gonçalves (Suplente Interno- PPGCI/ UFPB)

Prof. Dr. Fernando Luiz Vechiato (Suplente Externo - PPGIC/ UFRN)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 54

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese da Doutoranda **MAYANE PAULINO DE BRITO E SILVA** como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Organização, Acesso e Uso da Informação.

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um (30/09/2021), às nove horas e término as onze horas e quarenta minutos, na sala virtual do Google Meet, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Doutora em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a doutoranda **MAYANE PAULINO DE BRITO E SILVA**. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), considerando as estratégias de distanciamento social para contenção pandêmica e a Portaria Nº 323/GR/REITORIA/UFPB, de 16 de outubro de 2020, a videoconferência da defesa ocorreu com acesso por meio do link: <https://meet.google.com/geh-oceg-yei>. A banca examinadora foi composta pelos(as) professores(as): Dra. Virginia Bentes Pinto – PPGCI/UFPB (Presidente/Orientadora); Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira – PPGCI/UFPB (Examinador Interno); Dr. Edvaldo Carvalho Alves – PPGCI/UFPB (Examinador Interno); Dra. Márcia Maria Tavares Machado – UFC(Examinadora Externa); Dr. Osvaldo de Souza – UFC (Examinador Externo); Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB (Suplente Interna) e Dr. Fernando Luiz Vechiato – UFRN (Suplente Externo). Dando início aos trabalhos, a Professora Dra. Virginia Bentes Pinto, Presidente da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra à discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de tese intitulado: **DESINFORMAÇÃO X FACT-CHECKING: PROPOSIÇÃO DE MODELO DIRECIONADO À INFORMAÇÃO PARA SAÚDE**. Após a apresentação, a candidata foi arguida na forma regimental pelos examinadores.

Respondidas todas as arguições, a Professora Dra. Virginia Bentes Pinto, Presidente da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(x)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, a Professora Dra. Virginia Bentes Pinto, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, como representante dos participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da TESE e da defesa de tese da doutoranda, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 30 de setembro de 2021.



Profa. Dra. Virginia Bentes Pinto
Presidente da Banca/Orientadora – PPGCI/UFPB

*À minha mãe Margarida, ao meu pai Manoel e
ao meu amor Igor. Vocês são minha fortaleza.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Margarida, meu maior exemplo de paciência, dedicação e sabedoria, que sempre me deu todo apoio e amor do mundo.

Ao meu pai Manoel, que, mesmo sem entender muito bem a minha trajetória acadêmica, do seu jeitinho, sempre me encorajou a continuar.

A Igor, amor da minha vida, que, de todas as formas possíveis, foi meu suporte e minha luz, nos melhores e piores momentos dessa árdua jornada.

À professora Virgínia, por ter aceitado me guiar nessa complexa tarefa que é o doutorado.

A todos os professores do PPGCI/ UFPB por, cada um à sua maneira, terem contribuído para eu me tornar a pesquisadora que venho aprendendo a ser a cada dia que passa.

Aproveito para agradecer aos professores Edvaldo, Henry, Márcia, Osvaldo, Gracy e Fernando por terem aceitado compor a banca deste trabalho, me oferecendo contribuições que foram muito valiosas para aprimoramento da tese.

Sigo aqui agradecendo a todos os professores que já tive ao longo da minha vida. Já são mais de duas décadas (e contando...) exercendo o papel de estudante. E, no decurso dessa caminhada, vocês sempre foram uma inspiração para mim. Essa linda e difícil missão que vocês exercem é, sem sombra de dúvidas, essencial para a transformação do mundo. Particularmente, foi essencial para minha própria transformação. Tive sorte de encontrar cada um de vocês. Sei que muito do que sou hoje sou graças ao privilégio que foi aprender com todos. Obrigada por, mesmo em meio a tantas adversidades, ainda acreditarem na educação e no poder que esta tem de fazer do mundo um lugar melhor. Obrigada por tudo.

Aos meus colegas do doutorado, por compartilharem períodos divertidos e estressantes no decorrer das disciplinas, me permitindo encarar essa fase de forma muito mais leve.

Aos queridos amigos do apartamento mais feliz de João Pessoa. Vocês me ajudaram tanto. Estar com vocês nos anos iniciais do doutorado foi importante demais para mim. Eu adoro vocês e guardo todos com muito carinho no meu

coração.

Aos meus amados Alexsandro, Luana e Alex. Vocês não têm noção do quanto me deram força. Obrigada por acreditarem em mim.

À CAPES/ FAPESQ, pelo financiamento a mim concedido durante alguns meses do doutorado. Esse tipo de incentivo é fundamental para se fazer pesquisa de qualidade. Obrigada.

Aos participantes da coleta de dados dessa pesquisa. Vocês foram essenciais. Obrigada pelo tempo dispensado ao meu trabalho em meio à ocupada agenda de vocês.

A todas as outras pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para que esse processo louco e tão difícil desse certo até aqui.

A verdade é, ao mesmo tempo, frágil e poderosa. Frágil porque os poderes estabelecidos podem destruí-la, assim como mudanças teóricas podem substituí-la por outra. Poderosa, porque a exigência do verdadeiro é o que dá sentido à existência humana (CHAUÍ, 2000, p. 134).

RESUMO

Considera-se que o fenômeno da desinformação está cada vez mais presente no ambiente do ciberespaço, fato que chama a atenção para ser investigado. Neste sentido, a **questão** orientadora da pesquisa é: como o *fact-checking* pode viabilizar que os sujeitos informacionais acessem, se apropriem e façam uso da informação para saúde no seu cotidiano de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais, considerando o fenômeno da pós-verdade? Deste modo, o **objetivo geral** desta pesquisa é apreender como a prática de *fact-checking* pode viabilizar o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais, envolvendo aspectos relativos à pós-verdade. Com vistas a elucidar o problema que envolve o objeto de estudo em questão, foi escolhida como **metodologia** a Teoria Fundamentada nos Dados Construtivista, de Charmaz (2009). O estudo teve como campo empírico cinco agências de checagem brasileiras (Agência Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova, E-Farsas e Boatos.org). Foi utilizada como técnica de coleta de dados entrevistas abertas, realizadas através do Zoom, que depois foram analisadas e discutidas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo. Foram alcançados os seguintes **resultados**: compreensão das peculiaridades relacionadas à informação para saúde, refletindo sobre sua forma de acesso, apropriação e uso nas mídias digitais; assimilação acerca das relações existentes entre os conceitos de desinformação, verdade e pós-verdade; apresentação das categorias que devem ser adotadas para a construção de um modelo de *fact-checking* visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde; construção do modelo de *fact-checking* visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde; e discussão sobre como a prática de *fact-checking* pode viabilizar o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais.

Palavras-chave: *fact-checking*; desinformação; pós-verdade; organização, acesso e uso da informação; informação para saúde.

ABSTRACT

It is considered that the phenomenon of disinformation is increasingly present in the cyberspace environment, a fact that calls attention to be investigated. In this sense, the guiding **question** of the research is: how fact-checking can enable informational subjects to access, appropriate and make use of health information in their daily lives in order to minimize the misinformation existing in digital informational environments, considering the phenomenon of the post-truth? Thus, the **general objective** of this research is to understand how the practice of fact-checking can enable the access, appropriation and use of health information by informational subjects in order to minimize the existing misinformation in digital informational environments, involving aspects relating to post-truth. In order to elucidate the problem that involves the object of study in question, the Grounded Theory in Constructivist Data, by Charmaz (2009) was chosen as the **methodology**. The empirical field of the study was five Brazilian checking agencies (Agência Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova, E-Farsas and Boatos.org). Open interviews were used as a technique for data collection, conducted through Zoom, which were then analyzed and discussed through the Discourse of the Collective Subject. The following **results** were achieved: understanding of the peculiarities related to health information, reflecting on its form of access, appropriation and use in digital media; assimilation about the existing relationships between the concepts of disinformation, truth and post-truth; presentation of the categories that should be adopted to build a fact-checking model aimed at accessing, appropriating and using information in the health context; construction of the fact-checking model aimed at accessing, appropriating and using information in the health context; and discussion on how the practice of fact-checking can enable the access, appropriation and use of health information by informational subjects in order to minimize the misinformation that exists in digital informational environments.

Keywords: fact-checking; disinformation; post-truth; organization, access and use of information; health information.

RESUMEN

Se considera que el fenómeno de la desinformación está cada vez más presente en el entorno del ciberespacio, hecho que llama la atención para ser investigado. La **pregunta** orientadora de la investigación es: ¿cómo la verificación de hechos puede permitir a los sujetos informativos acceder, apropiarse y hacer uso de la información de salud en su vida diaria para minimizar la desinformación existente en los entornos informativos digitales, considerando el fenómeno de la posverdad? Así, el **objetivo general** de esta investigación es comprender cómo la práctica de la verificación de hechos puede posibilitar el acceso, apropiación y uso de la información de salud por parte de los sujetos informativos con el fin de minimizar la desinformación existente en los entornos informativos digitales, involucrando aspectos relacionados con la post- verdad. Se eligió como **metodología** la Teoría Basada en Datos Constructivista, de Charmaz (2009). El campo empírico del estudio fueron cinco agencias de cheques brasileñas (Agência Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova, E-Farsas y Boatos.org). Se utilizaron entrevistas abiertas como técnica de recolección de datos, realizadas a través de Zoom, que luego fueron analizadas y discutidas a través del Discurso del Sujeto Colectivo. Los **resultados**: comprensión de las peculiaridades relacionadas con la información en salud, reflexionando sobre su forma de acceso, apropiación y uso en los medios digitales; asimilación de las relaciones existentes entre los conceptos de desinformación, verdad y posverdad; presentación de las categorías que deben adoptarse para construir un modelo de verificación de hechos orientado al acceso, apropiación y uso de la información en el contexto de la salud; construcción del modelo de verificación de hechos orientado al acceso, apropiación y uso de la información en el contexto de la salud; y discusión sobre cómo la práctica de verificación de hechos puede permitir el acceso, apropiación y uso de la información para la salud por parte de los sujetos informativos con el fin de minimizar la desinformación que existe en los entornos informativos digitales.

Palabras clave: verificación de hechos; desinformación; posverdad; organización, acceso y uso de la información; información para la salud.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - TFD Construtivista	30
Figura 2 - Diálogos com a CI	46
Figura 3 - Fases do Desenvolvimento Social a partir do Acesso à Informação	60
Figura 4 - As três categorias da desordem informacional	83
Figura 5 - Trompete da desinformação	84
Figura 6 - Ecossistema da desinformação	85
Figura 7 - Plataformas utilizadas para a manipulação nas mídias sociais através de <i>Cyber Troops</i>	91
Figura 8 - Instagram e o combate à desinformação	111
Figura 9 - Exemplo de engajamento - Usuários com mais de 5 tweets anti-hidroxicloroquina	114
Figura 10 - Exemplo de engajamento - Usuários com mais de 5 tweets pró-hidroxicloroquina	115
Figura 11 - Polarização na discussão sobre a “cura” da COVID-19 no Twitter	123
Figura 12 - Diferença entre <i>fact-checking</i> , <i>debunking</i> e <i>verification</i>	133
Figura 13 - 8 passos para identificar <i>fake news</i>	142
Figura 14 - Modelo de <i>fact-checking</i> visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde	178
Quadro 1 - Levantamento de pesquisas científicas relacionadas aos conceitos de desinformação, pós-verdade, fact-checking e informação para	

saúde na BRAPCI	31
Quadro 2 - Agências de checagem utilizadas na pesquisa	35
Quadro 3 - Desenho Teórico-Metodológico da pesquisa	38
Quadro 4 - Objetivos específicos associados às técnicas de pesquisa utilizadas	38
Quadro 5 - Características do paradigma da tecnologia da informação	71
Quadro 6 - Fatores que tornam as pessoas mais vulneráveis à desinformação	87
Quadro 7 - Alfabetismo no Brasil em 2018	90
Quadro 8 - Concepções da verdade	97
Quadro 9 - Conjunto de propostas para enfrentar a desinformação	118
Quadro 10 - Como lutar contra a desinformação	120
Quadro 11 - Projetos de Lei que tratam sobre <i>Fake News</i> no Brasil	125
Quadro 12 - Codificação focalizada sobre informação para saúde	149
Quadro 13 - Codificação focalizada sobre acesso, apropriação e uso da informação	153
Quadro 14 - Codificação focalizada a respeito do conceito de desinformação	156
Quadro 15 - Codificação focalizada a respeito do conceito de verdade	161
Quadro 16 - Codificação focalizada a respeito do conceito de pós-verdade	163

Quadro 17 - Codificação focalizada a respeito da prática do <i>fact-checking</i>	166
Quadro 18 - Competências necessárias para o alcance da cidadania digital	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

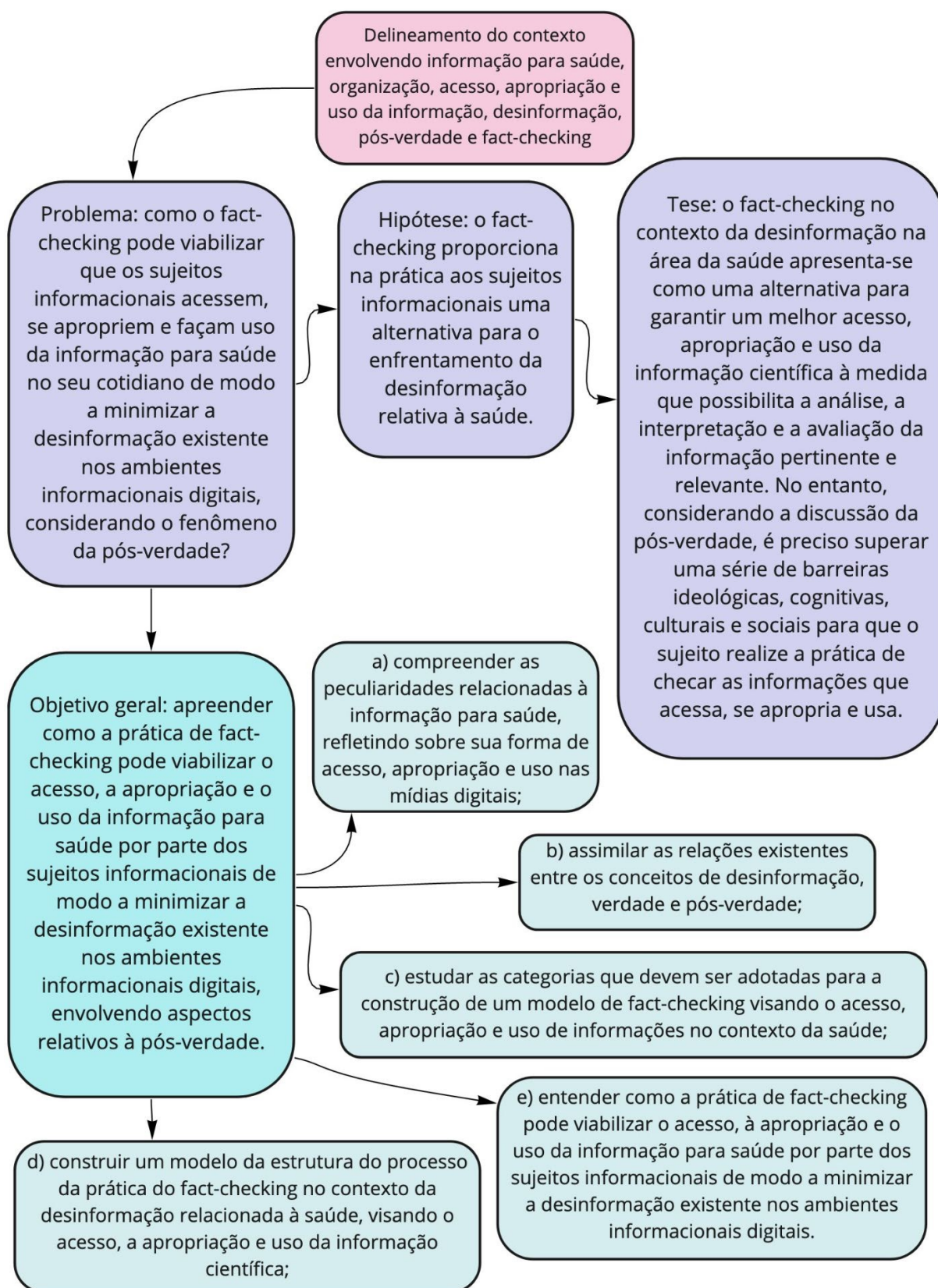
CCDH	Centro de Contrações de Ódio Digital
C&T	Ciência e Tecnologia
CI	Ciência da Informação
COVID-19	Coronavírus 2019
DAI	Direito do Acesso à Informação
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ENANCIB	Encontro Nacional de Ciência da Informação
GfK	Growth from Knowledge
IFCN	International Fact-Checking Network
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Lei Geral de Proteção aos Dados
MERS	Síndrome Respiratória do Oriente Médio
OI	Organização da Informação
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SUS	Sistema Único de Saúde
TDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TFD	Teoria Fundamentada nos Dados

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Delineamento da tese.....	19
1.2 Problema, Hipótese e Tese.....	22
1.3 Objetivos.....	23
1.4 Justificativa.....	24
1.5 Estrutura da tese.....	25
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	28
3 DIÁLOGOS ENTRE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E CIÊNCIAS DA SAÚDE.....	41
3.1 Informação para saúde.....	47
4 ORGANIZAÇÃO, ACESSO, APROPRIAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO...	56
5 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO OU DA DESINFORMAÇÃO?.....	70
5.1 Desinformação, verdade e pós-verdade	94
5.2 Desinformação e Saúde.....	100
5.2.1 O CASO DA COVID-19.....	105
6 FACT-CHECKING	132
6.1 Fact-checking e informação para saúde.....	141
7 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	146
7.1 Compreendendo as peculiaridades relacionadas à informação para saúde, refletindo sobre sua forma de acesso, apropriação e uso nas mídias digitais, identificando o que pode fazer os indivíduos se tornarem	

vulneráveis à desinformação.....	148
7.2 Assimilando as relações existentes entre os conceitos de desinformação, verdade e pós-verdade.....	155
7.3 Estudando as categorias que devem ser adotadas para a construção de um modelo de <i>fact-checking</i> visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde.....	166
7.4 Construindo um modelo da estrutura do processo da prática do <i>fact-checking</i> no contexto da desinformação relacionada à saúde, visando o acesso, a apropriação e uso da informação científica.....	176
7.5 Entendendo como a prática de <i>fact-checking</i> pode viabilizar o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais.....	184
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS.....	195
Apêndice 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO...	214
Apêndice 2 – ENTREVISTA.....	216



1 Introdução

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, são apresentados os elementos que caracterizam o panorama geral deste trabalho, quais sejam: o delineamento do tema, o problema, a hipótese, a tese, os objetivos, a justificativa e a estrutura da tese.

1.1 Delineamento do tema

A sociedade contemporânea do século XXI se confronta com um excesso de informação que vem se estendendo desde a “explosão informacional” do século passado. Acontece que esse excesso de informação presente no momento atual é cada vez mais potencializado pelo uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), as quais permitem o compartilhamento massivo dos mais variados anúncios, mensagens, pesquisas, pontos de vista, *etc.*

Não há dúvidas sobre os benefícios trazidos pelas tecnologias digitais, uma vez que ter acesso a informações sobre quase tudo que existe no mundo e, além disso, poder estabelecer contato direto com diversas fontes de informação, representa uma mudança significativa na sociedade. Por outro lado, o acesso cada vez maior à informação traz à tona uma nova problemática: há informações em demasia e cada vez menos tempo para processá-las de forma eficiente.

O excesso de informações em forma de diversos gêneros textuais, variados documentos iconográficos, críticas, suposições e interpretações disseminadas, ao invés de embasar o conhecimento e auxiliar a tomada de decisão, pode acabar trazendo uma dispersão do conteúdo informacional e, conseqüentemente, aportar conclusões mal fundamentadas e decisões equivocadas.

Acrescentamos ainda que essa avalanche de notícias e opiniões que são difundidas, especialmente por meio das mídias sociais, sem nenhum ou quase nenhum critério de responsabilidade quanto à autenticidade do que é disseminado, revela um cenário em que é cada vez mais difícil distinguir em qual classificação do espectro verdadeiro-falso aquela determinada informação se enquadra. Ao mesmo tempo, percebemos que nossas “verdades” passam a ser feitas baseadas no sentimento de conforto e de adequação a determinado grupo social e ideológico.

Aliado a isso, observamos que novas maneiras de relacionamento com a opinião pública afloraram, consolidando-se em meios de comunicação alternativos, como os canais de mensagens instantâneas e as mídias sociais, que surgem cada dia mais com expressiva força. Esses espaços permitem que tanto informações verídicas como boatos sejam compartilhados quase que sem controle, para milhares de pessoas, de modo rápido e em tempo real, agravando ainda mais as consequências resultantes do compartilhamento acentuado de informações falsas.

O excedente de informações parece sobrecarregar o sistema cognitivo, por não haver tempo suficiente para podermos pensar conscientemente. Neste sentido, como relatam Leite e Matos (2017), a informação acaba se tornando apenas produto, *marketing*, status pessoal e instrumento de manipulação social. Como efeito, ela se encaminha para um distanciamento cada vez maior da sua principal finalidade: a busca pelo conhecimento.

Refletimos que, desde que a internet se tornou o ingrediente onipresente em nossas vidas, interação e conexão transformaram-se em palavras centrais em todas as situações. Todavia, entendemos que isso cobra seu preço em paradoxos, ambivalências e contradições que vêm cada vez mais desafiando tanto os especialistas no tema, quanto os profissionais da informação e comunicação e, inclusive, até os usuários mais críticos.

Ressaltamos Demo (2000), que problematiza a questão do processo comunicativo, evidenciando seu caráter ambivalente e paradoxal, pois, ao mesmo tempo que informa, também desinforma. O autor coloca que não se trata somente de nos entupir com informação, de tal maneira que já não saibamos gerenciá-la, mas sobretudo de usá-la para seu oposto, no sentido de cultivo da ignorância.

Nesta perspectiva, podemos pensar na existência de um grande desafio que tem se concentrado nas questões relativas à desinformação, que circula abusivamente nos ambientes digitais, e suas “bolhas informacionais”, também chamadas de “câmaras de eco”, que se tratam de um ecossistema individual e coletivo no qual há um vício na repetição de crenças e opiniões semelhantes. Simultaneamente, essas condições acabam intensificando o debate daquilo que vem sendo chamado de pós-verdade.

De fato, percebemos que, especialmente nos últimos anos, palavras como

desinformação, bolhas informacionais e pós-verdade vêm se apresentando exaustivamente no domínio público, por meio de jornais, revistas, *posts* nas mídias sociais, discussões em conferências e pesquisas científicas. É uma frequência tão intensa de seus aparecimentos que, ao mesmo tempo em que parece que se tornaram palavras obrigatórias para nossa realidade atual, às vezes soa até redundante retornar a uma discussão como essa.

Entretanto, percebemos um contexto de emergência relacionado à complexidade crescente da explosão desinformacional digital, a qual constantemente se dilata, abarcando todas as atividades pessoais, sociais e culturais, que não se pode deixar de compreender a importância de novos estudos e reflexões capazes de acompanhar o ritmo dessa incessante metamorfose.

Ponderamos sobretudo que as considerações mencionadas tornam-se ainda mais agravantes quando se lida com a informação para saúde, pois esta, quando incorreta ou imprecisa, pode trazer consequências inimagináveis ao indivíduo. Consoante Silva (2013), a realidade presente é alvo de um contínuo assédio de uma vontade de educar, esclarecer, informar, saber, de fazer circular e de difundir questões relativas à saúde, ao cuidado com o corpo e à preservação da vida. Porém, destacamos que esse movimento não tem à sua frente somente especialistas ou cientistas isolados.

Tabakman (2013) observa que estamos vivenciando uma mudança de atitude na qual os pacientes se encarregam da própria saúde e procuram informações em todas as fontes possíveis. Em muitos momentos, inclusive, essas informações chegam aos indivíduos de maneira espontânea, por meio das mídias sociais e aplicativos de mensagem.

Assim, com a facilidade de informações médicas e sanitárias na internet, bem como com as formas descomplicadas de propagação dessas informações, as pessoas trocam o encontro com o especialista por consultas a revistas, jornais e recomendações presentes em sites médicos ou em outras fontes de informação informais. Só que a escuta e a fala não estão presentes na maioria desses espaços, condicionando o leitor a fazer interpretações por si mesmo (SILVA, 2013).

Torna-se conveniente analisar que, com base na interpretação que o indivíduo constrói a cada instante em que tem contato com alguma informação para saúde,

será produzido por ele um certo discurso de verdade. E será na relação que estabelece entre si e esses discursos que irá extrair um tipo de verdade que pode não corresponder à informação científica, desencadeando um processo que pode se configurar como desinformação.

Esse panorama faz surgir a necessidade do indivíduo adquirir o costume de lidar com a informação de modo mais objetivo, aprendendo a lidar com ela de forma mais cética, mesmo que isso envolva duvidar de notícias que dialogam com suas próprias crenças. Complementarmente, entendemos a necessidade de verificar em outras fontes se tal informação é verídica e se condiz com a realidade. Ou seja, acrescentamos à argumentação apresentando a prática do que hoje se conhece por *fact-checking*, que contribui para que a população se informe sobre assuntos que circulam em seu convívio e tenha acesso a informações confiáveis.

O *fact-checking* é apontado nesta pesquisa como uma saída relevante contra a desinformação, nas mais diversas conjunturas, posto que sempre que aceitamos passivamente informações sem verificar ou compartilhamos uma postagem, imagem ou vídeo antes de checá-las, aumentamos o ruído e a confusão. Particularmente, quando esse processo envolve informação para saúde, a responsabilidade deve ser ainda maior, pois neste contexto informações manipuladas podem apresentar resultados seriamente problemáticos.

1.2 Problema, Hipótese e Tese

Sendo assim, todas essas discussões convergem para a questão de pesquisa que buscamos analisar empiricamente: **como o *fact-checking* pode viabilizar que os sujeitos informacionais acessem, se apropriem e façam uso da informação para saúde no seu cotidiano de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais, considerando o fenômeno da pós-verdade?**

Tal questão de pesquisa reflete a nossa hipótese de trabalho, estruturada no argumento de que **o *fact-checking* proporciona na prática aos sujeitos**

informacionais uma alternativa para o enfrentamento da desinformação relativa à saúde.

Por fim, sustentamos a tese de que **o *fact-checking* no contexto da desinformação na área da saúde apresenta-se como uma alternativa para garantir um melhor acesso, apropriação e uso da informação científica à medida que possibilita a análise, a interpretação e a avaliação da informação pertinente e relevante. No entanto, considerando a discussão da pós-verdade, é preciso superar uma série de barreiras ideológicas, cognitivas, culturais e sociais para que o sujeito realize a prática de checar as informações que acessa, se apropria e usa.**

1.3 Objetivos

Fundamentando-se no exposto, considerando a questão central de pesquisa delimitada e a hipótese de trabalho, o objetivo geral que motivou o esforço de investigação consistiu em **apreender como a prática de *fact-checking* pode viabilizar o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais.** Nessa sequência, cinco objetivos específicos foram delineados como forma de operacionalizar as etapas inerentes à referida análise:

- a) compreender as peculiaridades relacionadas à informação para saúde, refletindo sobre sua forma de acesso, apropriação e uso nas mídias digitais;
- b) assimilar as relações existentes entre os conceitos de desinformação, verdade e pós-verdade;
- c) estudar as categorias que devem ser adotadas para a construção de um modelo de *fact-checking* visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde;

d) construir um modelo da estrutura do processo da prática do *fact-checking* no contexto da desinformação relacionada à saúde, visando o acesso, a apropriação e uso da informação científica;

e) entender como a prática de *fact-checking* pode viabilizar o acesso, à apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais.

1.4 Justificativa

Entendemos o valor de uma pesquisa como esta porque estamos vivendo atualmente um cenário crítico para a sociedade no que diz respeito à proliferação de informações enganosas, notadamente nos ambientes informacionais digitais.

No horizonte da informação para saúde, isso é visto ainda mais evidentemente como consequência da pandemia da COVID-19, em que já foi observado que as notícias falsas se espalham muito rapidamente.

Refletimos que o excesso de informações, muitas vezes conflitantes, dificulta o encontro daquelas que são efetivamente úteis para orientar as pessoas, podendo dificultar a tomada de decisão por parte dos gestores e profissionais da saúde.

Neste olhar, é urgente compreendermos o fenômeno, não somente para que se entenda como a desinformação se espalha e como ganha credibilidade entre as pessoas, mas, sobretudo, de forma a instrumentalizar as autoridades públicas com modos de combate a esse preocupante problema.

Ainda que a desinformação não seja algo novo, é possível observar seu crescimento nos últimos anos, devido à facilidade do compartilhamento de informações.

Por isso, acreditamos que trazer como resultado da tese um modelo metodológico que ajude a entender como se desenrola as práticas dos sujeitos informacionais relativas à desinformação e ao *fact-checking*, frente ao acesso,

apropriação e uso da informação para saúde, pode se tornar extremamente relevante para o debate científico e social.

Julgamos, inclusive, que a área da Ciência da Informação (CI) tem muito a contribuir sobre pesquisas que envolvam desinformação, pós-verdade e *fact-checking*. Se antes a Ciência da Informação lidava com a urgência do acesso à informação - quanto mais as pessoas buscarem e acessarem a informação, mais produtivas elas serão, além de serem mais atuantes como cidadãos por se inserirem melhor na sociedade democrática, - agora, mais do que acessar a informação, é preciso que os sujeitos pratiquem o uso da informação com o comprometimento na busca pela verdade científica.

1.5 Estrutura da tese

Para conceber o que se pretende alcançar com o estudo, a tese está dividida em oito capítulos. O primeiro, capítulo introdutório, aponta o contexto geral no qual esta investigação está inserida, expondo a questão de pesquisa, hipótese, tese, objetivos e justificativa.

O segundo, intitulado "Percurso Metodológico", detalha o planejamento teórico-metodológico destinado à resolução do problema, evidenciando a Teoria Fundamentada nos Dados.

O terceiro, "Diálogos entre Ciência da Informação e Ciências da Saúde", reflete a interdisciplinaridade entre essas áreas, ratificando os diálogos necessários e urgentes nos campos científicos.

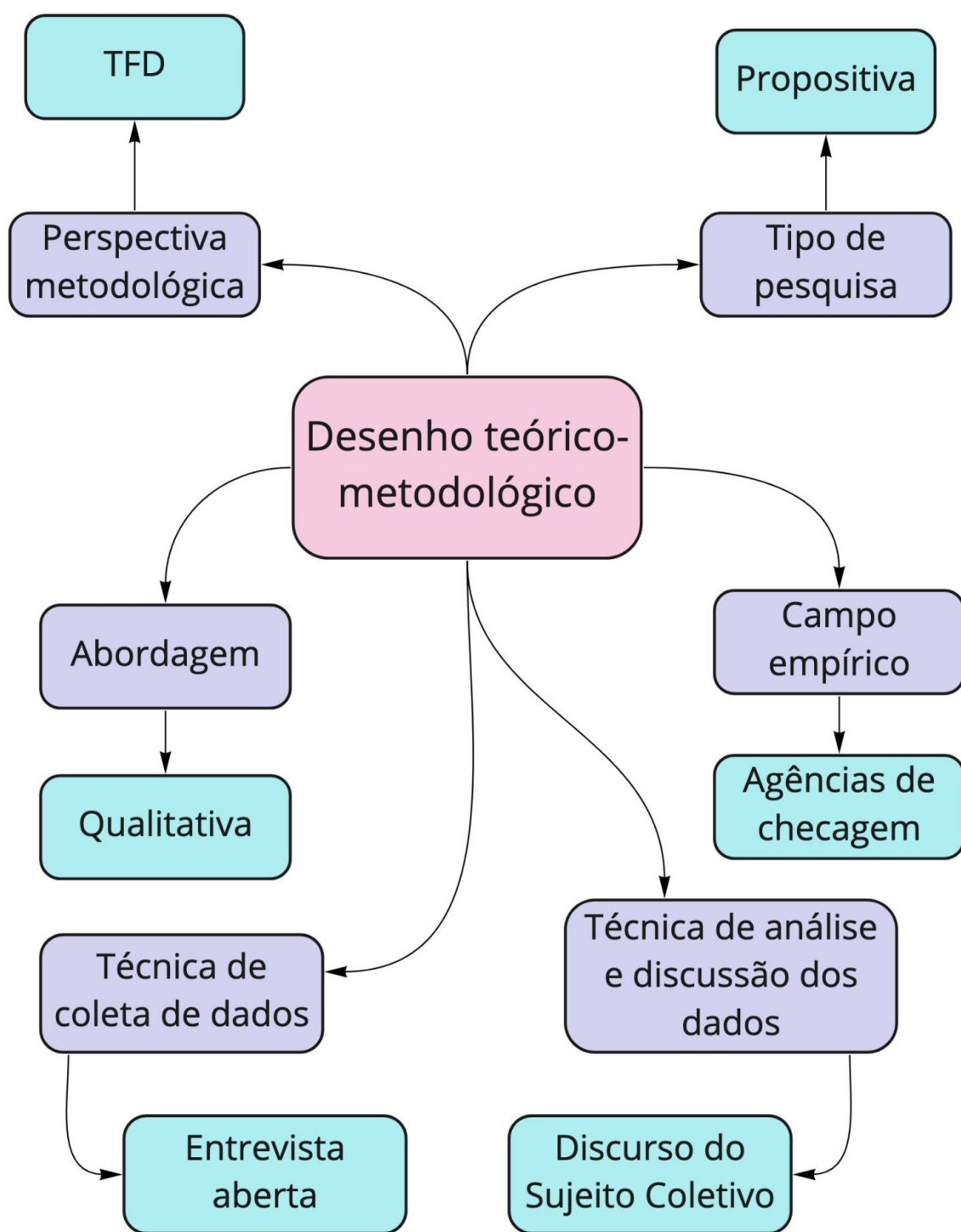
O quarto, "Organização, acesso, apropriação e uso da informação", delimita o estudo proposto dentro da linha de pesquisa e que vem ao encontro da empiria deste trabalho.

O quinto, "Sociedade da Informação ou da Desinformação?", discute questões relacionadas aos conceitos informação e desinformação, enfatizando as principais características da última.

O sexto, "Fact-checking", apresenta a prática da verificação de fatos como uma alternativa relevante na luta contra a desinformação.

O sétimo apresenta a análise dos dados e a interpretação dos resultados do estudo, exibindo detalhadamente as descobertas em cada objetivo específico definido.

E o oitavo, finalmente, expressa as conclusões da pesquisa, sintetizando as principais discussões e resultados concebidos, bem como projetando desdobramentos decorrentes desta investigação.



2 Percurso metodológico

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Toda investigação científica sujeita-se a um conjunto de teorias, metodologias, técnicas e outros procedimentos concernentes ao fazer científico para que seus objetivos sejam auferidos.

Com arrimo em Minayo (2004), entendemos que a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade a ser investigada. E é com base nisso que foi construído o planejamento teórico-metodológico destinado à elucidação do problema que envolve o objeto de estudo em questão.

Considerando os objetivos da pesquisa, este estudo trata-se do tipo propositivo (HERNÁNDEZ-SAMPIERI; FERNÁNDEZ; BAPTISTA, 2014; DEL RINCÓN *et al* 1995). Em que concerne à pesquisa propositiva, nesta é elaborado um método como resultado de uma síntese propositiva a respeito de que maneira apreender como a prática de *fact-checking* pode viabilizar o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais, envolvendo aspectos relativos à pós-verdade.

Quanto à abordagem a ser utilizada, trata-se da qualitativa. Tal abordagem se justifica respaldando-se em Granger (1982), que diz que a realidade social é qualitativa e os acontecimentos nos são dados primeiramente como qualidades em dois níveis: a) em primeiro lugar, como um vivido absoluto e único incapaz de ser captado pela ciência; e b) em segundo lugar, enquanto experiência vivida em nível de forma, sobretudo da linguagem que a prática científica visa transformar em conceitos.

Em concordância com essas escolhas, a metodologia selecionada é Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). Conforme Glaser e Strauss (1967), a TFD é uma metodologia geral de análise comparativa e um conjunto de procedimentos capazes de gerar sistematicamente uma teoria fundamentada nos dados.

Para esse trabalho, a TFD é entendida como uma metodologia que contém várias indicações de procedimentos, as quais podem assumir diversas declinações, dependendo da escola e dos autores interessados (TAROZZI, 2011).

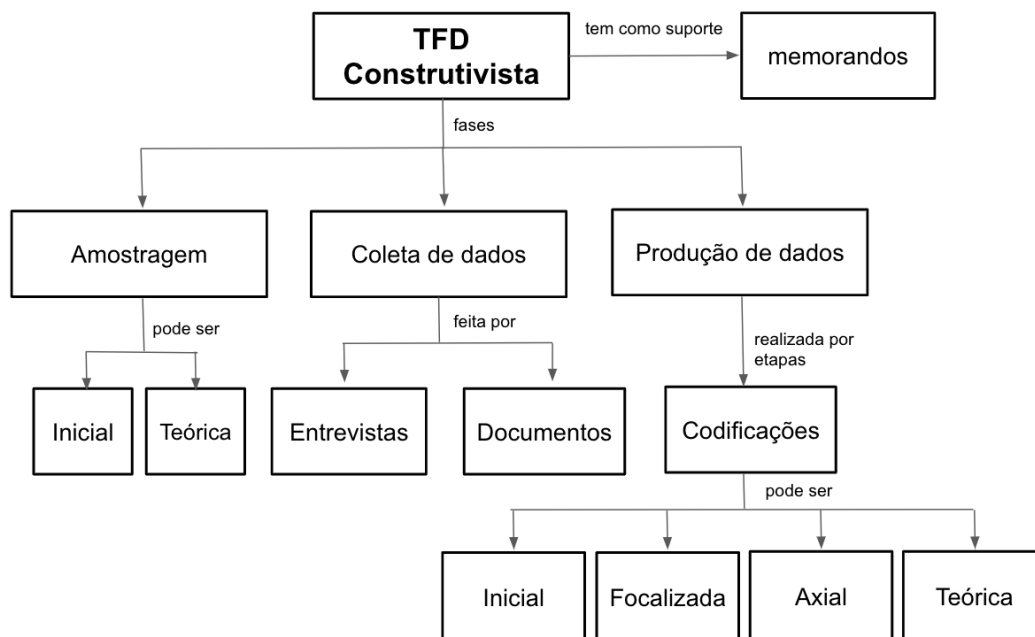
Existem três versões principais da Teoria Fundamentada nos Dados: TFD clássica (Glaser); TFD straussiana (Corbin e Strauss) e TFD construtivista (Charmaz). Este trabalho é embasado nesta última. Isso acontece porque a TFD Construtivista capta a diversidade de fatos, dados, informações, experiências da realidade, além da multidimensionalidade e a multicausalidade dos fenômenos. Além disso, preenche possíveis lacunas que podem surgir entre a teoria e a pesquisa empírica, uma vez que propõe um conjunto de princípios e práticas/ diretrizes básicas, como a codificação, a redação de memorandos e a amostragem, guiando o pesquisador nas etapas do processo de pesquisa, bem como no caminho a ser percorrido para a descoberta da teoria.

A metodologia, na perspectiva construtivista de Charmaz (2009), pressupõe a interação entre os indivíduos e o contexto em que estão agregados, utilizando a comunicação para mostrar as reflexões ocorridas nas interações/ ações e identificando como foram desenvolvidas e ressignificadas durante o processo da pesquisa, para entender como e por que os participantes constroem significados e ações em situações específicas.

Outro princípio dessa metodologia é o trabalho simultâneo e o encadeamento circular de todas as ações do processo de pesquisa, favorecendo o conhecimento dos dados a partir de um novo ângulo, além da exploração de ideias sobre os dados, permitindo ao pesquisador um direcionamento analítico.

A TFD Construtivista é estruturada pelas etapas de amostragem, coleta e produção de dados, tendo como apoio documentos desenvolvidos pelo pesquisador no decorrer da pesquisa (memorandos) (CHARMAZ, 2009). A Figura 1 evidencia essa estrutura.

Figura 1 - TFD Construtivista



Fonte: Autoria própria, baseado em Charmaz (2009)

A amostragem inicial foi considerada o ponto de partida da pesquisa, utilizando critérios para selecionar as pessoas, os casos ou as situações para coletar e analisar os dados preliminares. A amostragem teórica, por sua vez, orientou sobre o que seria preciso para buscar o refinamento e obter dados para explicar as categorias dentro de um desenvolvimento conceitual e teórico. A obtenção de informação foi considerada suficiente quando os dados passaram a não ofertar novos conceitos, quando passaram a ser repetitivos e se verificou uma saturação teórica dos dados. A base da coleta de dados então foi caracterizada não pelo número de sujeitos contatados, mas sim pela variedade de dimensões contidas nos dados (CHARMAZ, 2009).

Na coleta de dados, o ponto de atenção para definir as técnicas e ferramentas a serem utilizadas foi a relevância dos dados, posto que estes devem apreender a essência da fala dos pesquisados (entrevista).

Outra forma de coleta de dados adotada através da TFD foi a análise textual. Os textos que foram utilizados formaram o *corpus* do processo de análise. Tratam-se de documentos diversos que não foram produzidos pela pesquisadora, como

relatórios, artigos e publicações, entre outros, que são considerados também fontes de dados suplementares (CHARMAZ, 2009). Para esta investigação, a análise textual se fez necessária para entendimento dos principais conceitos expostos na fundamentação teórica.

De forma a situar esta pesquisa em relação ao que vem sendo pesquisado na Ciência da Informação sobre os principais assuntos aqui estudados de maneira aprofundada, o Quadro 1 evidencia aspectos importantes.

Quadro 1 - Levantamento de pesquisas científicas relacionadas aos conceitos de desinformação, pós-verdade, fact-checking e informação para saúde na BRAPCI

Conceitos trabalhados	Quantitativo de trabalhos recuperados
Desinformação	134
Fact-checking	310
Pós-verdade	1574
Informação para saúde	652
Misinformation	47
Post-truth	391
Health information	478
Desinformação + Fact-checking	13
Misinformation + Fact-checking	6
Desinformação + Pós-verdade	42
Misinformation + Post-truth	10
Fact-checking + Pós-verdade	29
Fact-checking + Post-truth	13
Desinformação + Fact-checking + Pós-verdade	9
Misinformation + Fact-checking + Post-truth	2
Desinformação + Fact-checking + Pós-verdade + Informação para saúde	1

Misinformation + Fact-checking + Post-truth + Health information	0
---	---

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados do Quadro 1 foram alcançados com suporte na revisão sistemática levantada na BRAPCI, que é a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em CI, sem restrição de delimitação temporal e fazendo a busca usando os campos de "título", "palavras-chave" e "resumo".

Vemos que os dados mostram que, nas fronteiras da Ciência da Informação, já vêm sendo realizadas pesquisas que envolvem desinformação, fact-checking e pós-verdade. Inclusive muitos desses materiais serviram de base teórica para esta tese. Porém identificamos que ainda há uma necessidade de se trabalhar os conceitos em conjunto, sobretudo quando falamos no contexto específico da informação para saúde. E, por isso, julgamos que nossa pesquisa se diferencia dos estudos recuperados.

Dando prosseguimento às particularidades desta investigação no que toca a Teoria Fundamentada nos Dados, no momento da produção de dados foram realizadas as codificações. Estas são entendidas como uma etapa da TFD que tem o objetivo de fazer o questionamento analítico dos dados coletados. Assim, eles foram selecionados, separados e classificados, surgindo, desta forma, as partes que sintetizaram e representaram cada segmento deles. Os dados foram então categorizados para permitir a interpretação analítica sobre eles. Prigol e Behrens (2019) colocam que a codificação da TFD não trabalha com códigos pré-definidos, uma vez que estes precisam surgir por meio da análise detalhada dos dados, sendo entendida como uma codificação ativa, em que o pesquisador interage incessantemente com os dados. Charmaz (2009, p. 70) diz que "[...] a codificação é o elo fundamental entre a coleta dos dados e o desenvolvimento de uma teoria emergente para explicar estes dados".

Em relação aos estágios da codificação, a codificação inicial foi realizada nos primeiros momentos da coleta de dados da pesquisa, sendo uma etapa mais ampla e genérica, posto que todos os materiais coletados serviram como dados. Ela foi identificada como uma fase orientadora, auxiliando nas decisões e definições das

principais categorias conceituais.

Para esta pesquisa, como mencionado anteriormente, foram utilizadas na coleta de dados a análise textual do referencial teórico já existente, bem como a realização das entrevistas. Estas foram transcritas logo após o término de cada uma das conversas, que se solidificaram em textos e, permitiram, assim, os desdobramentos dos primeiros dados coletados para a identificação de ideias analíticas. Os códigos iniciais foram estruturados através da leitura e análise de todos os textos das transcrições (das entrevistas), possibilitando a apreensão dos dados. Com essas ponderações, foi feito o cotejamento de suas ideias, com a finalidade de identificar dados comuns. Neste momento, surgiram os primeiros códigos dos dados coletados, que depois definiram as categorias, que vieram a fazer parte da etapa seguinte, qual seja: a codificação focalizada.

Na codificação focalizada foram utilizados os códigos já mapeados na codificação inicial, fazendo uma rigorosa avaliação para selecionar aqueles mais significativos e/ ou frequentes, que possibilitaram melhor compreensão analítica para desenvolver categorias sobre os dados de modo mais completo. As categorias têm a função, segundo Prigol e Behrens (2019), de explicitar os pensamentos e concepções dos dados. Isto é, as categorias significativas, emergentes e que respondem aos objetivos do estudo podem ser consideradas respostas aos questionamentos motivadores da pesquisa.

Na codificação axial foi o momento de recompor os dados e dar coerência à análise emergente, apontando suas dimensões e propriedades dentro de um contexto, possibilitando explicações mais definidas que respondem ao fenômeno com questões de natureza: quem, quando, onde, como, por que para escrever a experiência estudada de uma maneira mais global. A codificação axial é colocada por Charmaz (2009) como sendo a utilização de diretrizes simples e flexíveis, desenvolvendo subcategorias de uma categoria, para demonstrar as conexões existentes entre elas. As subcategorias foram construídas mediante o texto produzido resultante das entrevistas, alinhados à pesquisa teórica, em que foram buscados elementos que evidenciem a subcategoria, como suas propriedades, características, atributos, caracteres e especificidades, que tinham o propósito de ajudar a compor o conceito e as propriedades da categoria.

Baseando-se em Charmaz (2009), a última fase da codificação foi a teórica, que contribuiu para conceituar a forma como os códigos substanciais podem ser relacionados uns com os outros de forma a integrar uma teoria. Os códigos teóricos são então integrativos, ajudando a contar a história analítica coerentemente, especificando as relações possíveis entre as categorias elaboradas na codificação focalizada.

Pontuamos que a TFD permitiu um desenvolvimento cuidadoso para identificar convergências, divergências e aproximações, levando a um conhecimento que, trabalhando cada uma das partes da narrativa, foi possível compreender o todo da análise empreendida. Prigol e Behrens (2019) chamam atenção para o fato de que o resultado revelará que ele não é a soma das partes, nem menor que elas, mas simplesmente um todo único e singular, que, sob um novo olhar, pode ter uma nova conclusão.

Por último, salientamos que ao utilizar a TFD, a pesquisadora poderia passar pela etapa intermediária conhecida como memorandos, que são desenvolvidos e utilizados entre a coleta de dados e a redação dos relatos de pesquisa. Eles referem-se a anotações analíticas informais, que são escritas no decorrer de todo o processo de pesquisa relativas aos dados coletados, da construção dos códigos até as categorias teóricas.

Sobre os sujeitos que foram investigados nesta pesquisa, foram utilizadas **cinco agências de *fact-checking* brasileiras** (Agência Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova, E-Farsas e Boatos.org).

Para entender a prática do *fact-checking*, as agências de checagem são um ponto fundamental e indispensável para este estudo, pois elas surgiram justamente como uma necessidade determinada pela intensa difusão de notícias mentirosas. Como aponta Diniz (2017, p. 25-16), as agências de *fact-checking* caracterizam-se, de modo geral, por:

[...] investir na especialização e na produção de conteúdo de nicho. [...]. A maioria delas possui uma área de atuação bastante segmentada e atua exclusivamente na internet, veiculando seu conteúdo em blogs próprios e disponibilizando suas checagens para os veículos parceiros.

Compreendemos que entrevistar os gestores das agências de checagem foi essencial para entendermos profundamente como o *fact-checking* pode viabilizar que os sujeitos informacionais busquem e façam uso da informação para saúde no seu cotidiano de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais. Justificamos essa escolha porque as agências são as especialistas em lidar com o *fact-checking*, tentando sempre buscar novos formatos de entrega para diminuir a disseminação de notícias falsas, especialmente na conjuntura sobre a crise de saúde pública.

Como forma de esclarecermos as agências de checagem selecionadas para este estudo, ressaltamos que nos apoiamos no entendimento de que elas são algumas das principais agências de checagem do Brasil que atuaram e atuam fortemente no que concerne à checagem de informação no contexto da saúde.

O Quadro 2 detalha informações a respeito das agências de checagem utilizadas nesta pesquisa.

Quadro 2 - Agências de checagem utilizadas na pesquisa

Agência	Sobre
Lupa	Fundada em 2015, trata-se da primeira agência de notícias do Brasil a se especializar na prática do <i>fact-checking</i> , acompanhando o noticiário de política, economia, cidade, cultura, educação, saúde e relações internacionais, buscando corrigir informações imprecisas e divulgar dados corretos. As checagens realizadas (que são feitas em forma de texto, áudio ou vídeo) são vendidas a outros veículos de comunicação e também publicado no próprio site da agência. Acrescenta-se ainda que a Lupa integra a <i>Internacional Fact-Checking Network</i> (IFCN), rede mundial de checadores reunidos em torno do Poynter Institute, nos Estados Unidos, e segue à risca o código de conduta e princípios éticos do grupo.
Aos Fatos	É um site jornalístico independente de verificação de fatos. Foi criado em julho de 2015 com o foco de verificar o que é falso e o que é real em discursos políticos. Produz diariamente reportagens investigativas sobre o universo da desinformação no Brasil, bem como monitora campanhas coordenadas com informações enganosas nas redes sociais, desbancando boatos e checando a veracidade do discurso das maiores autoridades no país. Na área de tecnologia, desenvolve projetos patrocinados de inteligência artificial e <i>fact-checking</i> automatizado, como é o caso da robô checadora Fátima.

Projeto Comprova	Trata-se de um trabalho colaborativo entre vários veículos de comunicação, coordenado pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e pelo First Draft (projeto de luta contra a desinformação e a desinformação online fundado em 2015), com o objetivo de verificar a veracidade de informações divulgadas na internet em geral, centralizando a checagem dos fatos em seu <i>website</i> e desmascarando notícias falsas. Em sua primeira fase, a iniciativa teve como motivação as eleições gerais no Brasil em 2018. Já em sua segunda fase, que começou em julho de 2019, o foco passou a ser em analisar e combater a disseminação de rumores sobre políticas públicas relacionadas ao governo federal. Em 2020, o projeto iniciou uma terceira fase, desta vez focada no combate à desinformação durante a pandemia do novo coronavírus.
E-farsas	É um site eletrônico criado pelo analista de sistemas Gilmar Lopes. Tem como objetivo desmentir boatos que circulam na internet. A página existe desde 2002.
Boatos.org	O site é fruto da necessidade que o jornalista Edgard Matsuki sentiu de um espaço que filtrasse o grande volume de informações contidas na internet e que muitas vezes são repassadas indiscriminadamente pelos usuários. O site existe desde 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa

Após selecionar as agências que participariam da pesquisa, entramos em contato com suas respectivas equipes através de e-mail e/ou das mídias sociais (*Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*) de cada uma delas. Os endereços desses contatos foram encontrados diretamente nos sites das agências de checagem. Após feita a primeira comunicação com o pessoal, foi falado à pesquisadora o gestor que representaria a agência em questão e a entrevista foi marcada com o representante. A coleta de dados aconteceu entre os meses de abril e julho de 2021 e as entrevistas efetuadas ocorreram individualmente com cada um dos gestores, de maneira remota, via o software de videoconferência Zoom.

A necessidade do encontro remoto se deu sobretudo por causa das diferentes localidades ao redor do Brasil em que as agências de checagem se situam. Salientamos que uma das participantes optou inicialmente por realizar a entrevista através de áudios do *WhatsApp*, porém depois acabou mudando de ideia e preferiu que fossem respondidas as perguntas apenas mediante troca de e-mail. Entendemos que esse tipo de coleta compromete a riqueza dos dados, pois não se

alcança a mesma profundidade que uma conversa cheia de diálogos e detalhes, todavia consideramos pertinente, mesmo assim, utilizar os dados obtidos com essa participante especificamente, pois foram trazidas contribuições importantes.

As entrevistas realizadas foram abertas, uma vez que deste modo pôde-se entrar de forma mais detalhada e profunda no assunto abordado. Baseando-se em Minayo (1993), a entrevista aberta é de suma importância quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre um tema específico, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento da temática em questão.

Para a análise e discussão dos dados, foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Essa escolha amparou-se, especialmente, no julgamento de sua adequação à aplicação da TFD. Para Lefèvre e Lefèvre (2005), o DSC tem como objetivo chegar a uma soma de pensamentos na forma de conteúdo discursivo, fundamentando-se nos discursos dos informantes.

Mediante essa técnica foi factível agrupar os discursos semelhantes e complementares dos sujeitos para representar o pensamento coletivo. Para isso, o ponto de partida foram os depoimentos em estado bruto, que foram analisados e decompostos, identificando as expressões-chave e as ideias centrais, o que sucedeu em uma síntese que reconstituiu discursivamente a representação social, o que vai ao encontro da Teoria Fundamentada nos Dados.

Gondim e Fischer (2009, p. 16) argumentam que, apesar de lidar com quantidade e frequência de sentidos e significados, a técnica do DSC “não precisa estabelecer como principal critério a quantidade, visto que a expressão individual é sempre compartilhada, em alguma medida.”

Considerando todos os pontos apontados neste capítulo e com o intuito de permitir a visão macro do desenho teórico-metodológico, foi construído o Quadro 3 que sintetiza seus principais elementos.

Quadro 3 - Desenho Teórico-Metodológico da pesquisa

Estrutura	Delimitação
Perspectiva metodológica	Teoria Fundamentada nos Dados Construtivista
Tipo de pesquisa	Propositiva
Abordagem da pesquisa	Qualitativa
Campo empírico da pesquisa	Agências de checagem
Técnica de coleta de dados	Entrevista aberta
Técnica de análise e discussão de dados	Discurso do Sujeito Coletivo

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 4, no que lhe concerne, associa os objetivos específicos deste estudo apresentados previamente às técnicas de pesquisa utilizadas para suas respectivas concretizações.

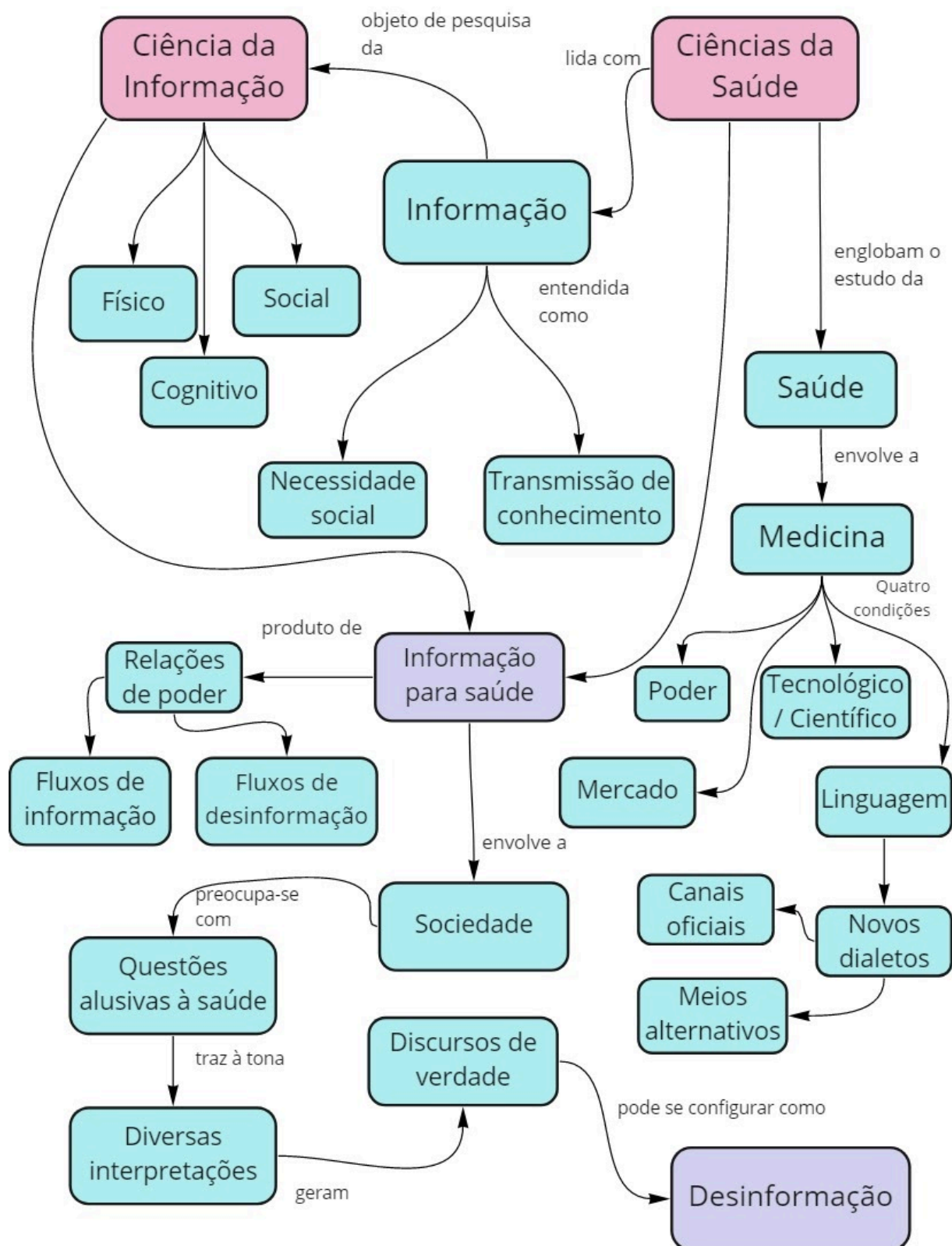
Quadro 4 - Objetivos específicos associados às técnicas de pesquisa utilizadas

Objetivo específico	Técnica de pesquisa
a) compreender as peculiaridades relacionadas à informação para saúde, refletindo sobre sua forma de acesso, apropriação e uso nas mídias digitais.	Análise textual/ Entrevistas abertas com as agências de checagem.
b) assimilar as relações existentes entre os conceitos de desinformação, verdade e pós-verdade;	Análise textual
c) estudar as categorias que devem ser adotadas para a construção de um modelo de <i>fact-checking</i> visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde.	Análise Textual/ Entrevistas abertas com as agências de checagem.

d) construir um modelo da estrutura do processo da prática do <i>fact-checking</i> no contexto da desinformação relacionada à saúde, visando o acesso, a apropriação e uso da informação científica.	Produção de dados através da construção do modelo baseado nas codificações da Teoria Fundamentada nos Dados Construtivista.
e) entender como a prática de <i>fact-checking</i> viabiliza o acesso, à apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais.	Interpretação dos resultados alcançados.

Fonte: Dados da Pesquisa

Apresentado o percurso metodológico, os capítulos 3, 4, 5 e 6 farão a exposição da fundamentação teórica desta tese.



3 Diálogos entre Ciência da Informação e Ciências da Saúde

3 DIÁLOGOS ENTRE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E CIÊNCIAS DA SAÚDE

Pensando sobre a semântica da palavra interdisciplinaridade, vemos que ela nos remete a outra e, talvez por essa diversidade, sua efetivação nem sempre seja tão simples de se concretizar no campo científico e nas práticas de trabalho.

Contudo, se pararmos para refletir sobre as áreas de conhecimento, nos daremos conta de que, segundo Pascal (1973, p. 77), todas as coisas são “[...] ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas se mantendo por um laço natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes, [sendo] impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes”.

Isto posto, destacamos a importância da interdisciplinaridade. Porém, para a sua concretização, no caso dos campos científicos, faz-se necessário que as disciplinas tenham seu(s) objeto(s) de estudo bem definidos.

A Ciência da Informação, desde sua aurora, identifica-se com uma interdisciplinaridade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000; SARACEVIC, 1996), pelo que se tornaria possível realizar discussões, debates e trocas de teorias e metodologias com outras áreas de conhecimento, como as Ciências da Saúde, por exemplo.

Focando-se inicialmente num resgate histórico do campo científico da Ciência da Informação, que é o campo no qual este estudo se desenvolve, julgamos importante observar que uma série de acontecimentos marcaram olhares distintos na forma como a informação é refletida e discutida, trazendo à tona o surgimento de novas teorias, paradigmas e conceitos que fundamentam teoricamente as problemáticas deste campo.

Na década de sessenta, particularmente em 1968, o americano Harold Borko propôs um dos conceitos mais expressivos de Ciência da Informação. Ele considera que a CI investiga “as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação”, visando a qualidade do seu acesso e uso. Em suas reflexões defende ainda que a CI se preocupa com o corpo de conhecimentos desde sua “origem, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão,

transformação, e utilização da informação.” (BORKO, 1968, p. 3).

Esse conceito é visto com especial interesse para esse estudo em baila por trazer disseminação e aperfeiçoamento do acesso e uso da informação como finalidade da CI, o que vai ao encontro dos interesses desta investigação, considerando a linha de pesquisa em que se enquadra.

Avançando na discussão, Araújo (2014) propôs um olhar para seis vertentes teóricas: 1) Os fluxos da informação científica; 2) Representação e recuperação da informação; 3) Os estudos de usuários; 4) Gestão da informação e do conhecimento; 5) Economia política da informação; e 6) Estudos métricos da informação.

É possível perceber que em cada uma das vertentes há abordagens que foram se estabelecendo ao longo do processo evolutivo da Ciência da Informação, servindo como referência para justificar as grandes preocupações da área.

Assim, Capurro (2003) menciona que, no percurso da Ciência da Informação, há três paradigmas epistemológicos que circunscrevem as teorias, metodologias e conceitos deste campo, denominados como: paradigma físico, paradigma cognitivo e paradigma social. Ele baseia-se em Kuhn (2006) para dizer que o paradigma se refere às realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante uma janela de tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência, interferindo no desenvolvimento do campo científico em que atuam.

Sobre o **paradigma físico**, a Ciência da Informação atua voltada a melhorar o desempenho de sistemas de recuperação da informação dentro de um campo físico (ØROM, 2000). Reconhecemos que esse paradigma se centra no conteúdo da informação, um pensar adepto ao pensamento positivista da sociedade moderna. Capurro (2003) acredita que os limites do paradigma físico se localizam no fato de o papel do sujeito cognoscente ser excluído, tanto no processo de recuperação da informação, quanto nos processos informativos e comunicativos de ordem mais geral. Nesse contexto, emerge a necessidade de integrar conhecimentos oriundos de diferentes disciplinas, isto é, de adotar uma perspectiva holística.

Por sua vez, o **paradigma cognitivo** busca entender de que forma os “processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de ‘modelos mentais’ do ‘mundo exterior’ que

são transformados durante o processo informacional.” (CAPURRO, 2003, Não paginado). Nessa compreensão, o paradigma cognitivo se centra na "qualidade" da informação no âmbito dos sistemas de recuperação (SANTOS, 2017).

Em termos mais precisos, González de Gómez (1993, p. 221) afirma que o paradigma cognitivo “[...] procura contribuir para a definição de um modelo de usuário que permita a manipulação operacional dos procedimentos intelectuais (internos) de representação, busca e absorção da informação, simulados em sistemas homens-máquinas”. No entanto, na medida em que o paradigma cognitivo ignora os condicionamentos sociais inerentes ao ser humano, ele passa a ser visto como reducionista (CAPURRO, 2003). Entendendo essa problemática, Ørom (2000) reporta-se à importância do contexto histórico e social para Ciência da Informação, haja vista que o próprio objeto de estudo da área está suscetível a mudanças históricas e, em razão disso, para entendê-lo é preciso considerar as condições e mutações pertencentes ao contexto social.

O **paradigma social**, então, incorpora todos os processos que estão envolvidos na dinâmica de produção e uso da informação em uma determinada realidade social (CAPURRO, 2003). Isso envolve não desconsiderar aspectos oriundos dos paradigmas físico e cognitivo, todavia interpretá-los dentro de um meio social (SARACEVIC, 1996). Nesse paradigma, destacamos a definição cunhada por Saracevic (1995, p. 2), que entende a CI como:

[...] um campo que voltado à pesquisa científica e à prática profissional e que trata dos problemas da comunicação dos conhecimentos e dos registros de conhecimentos na sociedade, no contexto de usos e necessidades das informações sociais, institucionais e/ou individuais. Na abordagem desses problemas de interesse particular, é vantajoso o emprego das modernas tecnologias da informação.

Observamos que essa compreensão destaca o papel social da Ciência da Informação, perante a preocupação de refletir e estudar os diversos aspectos relativos à informação.

Diante dessas questões, é importante ponderar sobre o próprio conceito de informação e vemos, conseqüentemente, que estudar a informação desperta um resgate de complexidades e de tensões que são próprias aos esboços conceituais

do termo (SANTOS, 2011). Logo, múltiplas disciplinas científicas usam o conceito de informação dentro de suas respectivas definições. Para o presente discurso, consideramos relevante assumir um posicionamento conceitual que coopere com o entendimento do termo, como também para a compreensão mais apropriada no decorrer da construção argumentativa adotada na pesquisa.

Será utilizado, portanto, o conceito de Le Coadic (2004, p. 4), que é categórico em delinear a informação como:

[...] conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. [...] A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado.

Depreendemos dessa definição que a informação é uma necessidade social e, por isso, seu objetivo é a transmissão do conhecimento. O modo como isso acontece se dá em virtude dos suportes em que é registrada ou por meio da linguagem, que são os canais por via dos quais a informação chegará ao sujeito.

Aprofundando-se agora no estudo da informação sob o olhar interdisciplinar, pontuamos que, quando se aborda estudos interdisciplinares, é comum a maioria destes serem desenvolvidos em áreas diretamente relacionadas, nas fronteiras de cada área ou ainda no mesmo grupo de ciências. Porém, Nevez e Braz (2018), apoiadas por Ribeiro (2009), asseveram que estudos entre áreas como a Saúde e a Ciência da Informação, por exemplo, são possíveis, especialmente sob o ponto de vista interdisciplinar.

A propósito, para melhor compreender o conceito de saúde, é trazido Scliar (2007), que afirma que o termo se refere à conjuntura social, econômica, política e cultural do indivíduo, apresentando significados diferentes para as pessoas, considerando aspectos geográficos, cronológicos, sociais, científicos, religiosos e ideológicos. O autor aponta que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no que lhe diz respeito, conceituou o termo Saúde como "o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social, não se tratando apenas da ausência de enfermidade".

Dito isso, para justificar a importância de um estudo que englobe tanto a Ciência da Informação quanto às Ciências da Saúde, baseamos-nos em Bentes Pinto (2020), que lembra que a sobrevivência dos domínios de conhecimentos demanda uma certa exorcização do paradigma cartesiano de fragmentação científica, nascido no século XVII e que ainda insiste em perdurar em pleno século XXI, pregando uma visão de isolamento entre as áreas. Defendemos que o novo paradigma científico exige:

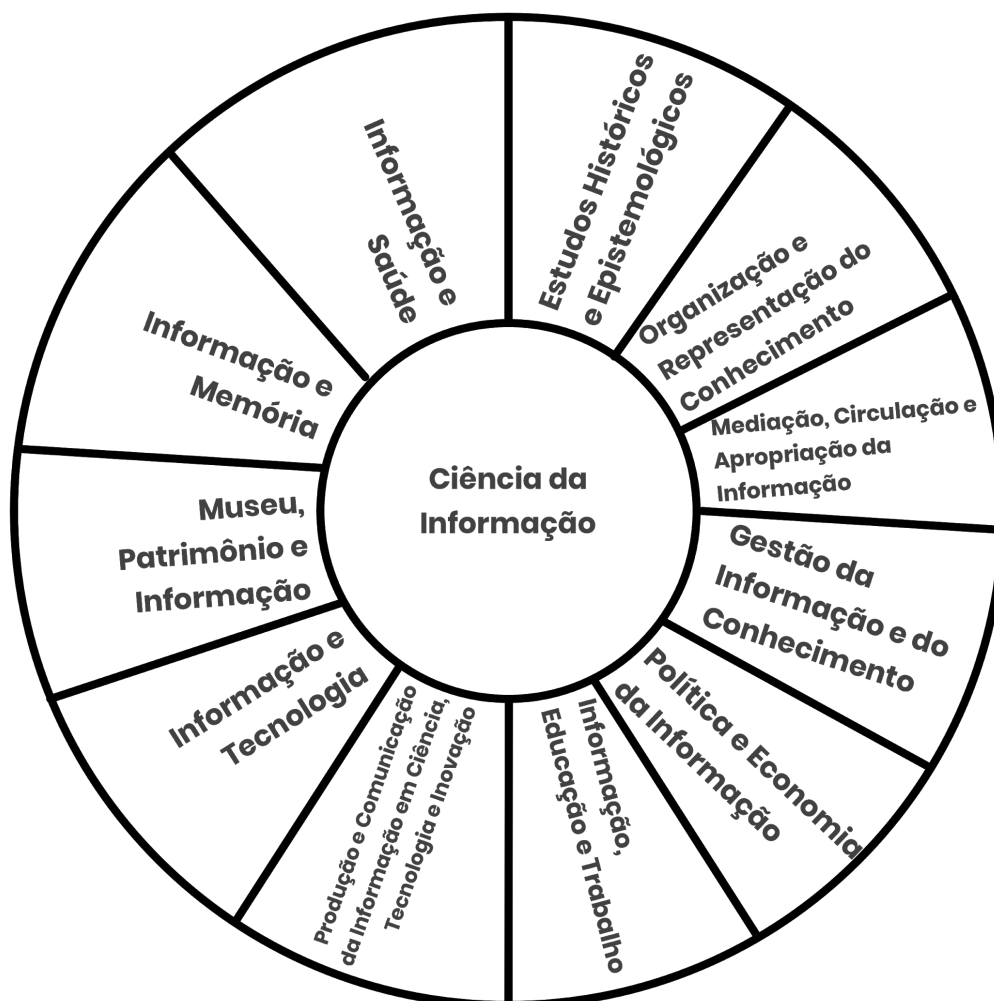
que se reconheça e se examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões; que reconheça e trate as realidades, que são concomitantemente solidárias e conflituosas; que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade (MORIN, 2001, p.88).

É neste ponto em que reside a complexidade das áreas de saberes e, por extensão, da informação vinculada a elas. Então, podemos dizer que ao se falar do tema Informação para a área da saúde, cai-se necessariamente em uma nova aliança entre os conhecimentos.

Por esse ângulo, Ribeiro (2009) menciona que a CI assume-se como uma ciência social e a Saúde, no que lhe concerne, ao tratar dos indivíduos, trabalham no nível da concepção dos contextos sociais, sem falar que lida diretamente com a informação (especialmente informação clínica, mas também informação científica e informação de carácter administrativo, indissociável do funcionamento dos serviços de saúde), a qual constitui o objeto da CI.

Dispondo-se a tornar visíveis as áreas e campos do conhecimento que fazem interseção com a CI, a Figura 2 apresenta os diálogos que podem ser encontrados dentro dessa ciência. Tomamos como base a forma como se estrutura o Encontro Nacional de Ciência da Informação (ENANCIB), que é o principal evento de pesquisa e de pós-graduação da área de Ciência da Informação do Brasil, que visa discutir e refletir a produção de conhecimento na área, de maneira a estimular o amplo diálogo entre os pesquisadores que nela atuam.

Figura 2 - Diálogos com a CI



Fonte: Dados da Pesquisa

Visualizamos que os campos que envolvem o núcleo da CI se sustentam da simbiose dos estudos advindos das áreas envolvidas, bem como pelos estudos desenvolvidos pelos cientistas da informação circunscritos nas demarcações fronteiriças. Os estudos tidos como fronteiriços obtêm influências direta ou indiretamente de outras áreas que fazem limite com o território da Ciência da Informação. Logo, eles representam um impulsionador para o crescimento da CI enquanto campo de estudos interdisciplinares (NEVEZ; BRAZ, 2018).

No contexto específico da aproximação interdisciplinar entre a CI e a Saúde,

Bentes Pinto (2011, p. 2) cunhou o conceito de informação para saúde:

A informação para a saúde é de natureza muito particular, e não se prende unicamente às questões referentes ao domínio da terapêutica médica, porém ao registro de todas as ações efetivadas por outros profissionais que se inserem na área, além daquelas que contribuem direta ou indiretamente para a qualidade no atendimento aos pacientes. Em realidade, diz respeito a todos os problemas que o setor de saúde enfrenta para a manutenção da normalidade do estado de saúde da pessoa doente e contribui para o desenvolvimento de políticas públicas de informação no contexto da saúde. Sendo assim, esse tipo de informação contempla questões que dizem respeito às patologias (per-si), à saúde, à legislação, à gestão, à padronização, à nutrição, às condições socioeconômicas, ao credo, à educação, às tecnologias, à terminologia, além de outras.

A análise da citação evidencia que, para a elaboração do conceito de informação para saúde, a autora se fundamentou no conceito ampliado de saúde, razão pela qual considera que a informação para a saúde estende-se às esferas do campo social, econômico, educacional, terminológico, científico, tecnológico e jurídico. Na realidade, esse tipo de informação incorpora em seu escopo outras informações geradas em outros campos de saberes, o que demanda um olhar ampliado do conceito de saúde, como o de Scliar (2007), por exemplo.

À vista disso, ressaltamos a importância das pesquisas sobre informação para saúde e do papel que a CI assume diante dos pesquisadores de todas essas áreas do conhecimento e, de uma maneira geral, dos indivíduos, que são todos produtores e consumidores da informação.

Acreditamos que a proposição das temáticas em saúde corrobora os aspectos interdisciplinares da Ciência da Informação e Ciências da Saúde e até mesmo reforça o conceito que surge da fusão das duas áreas - informação para saúde, que será trabalhado a seguir.

3.1 Informação para saúde

Aproximando-se da visão ampliada sobre a necessidade de estudar a saúde de forma holística, Canguilhem (2000) defende que os problemas das estruturas e

dos comportamentos patológicos humanos são mais facilmente compreendidos não isoladamente, e sim se tomados como um todo único. O autor entende que não se pode “saber”, é possível apenas “sentir” o que é saúde, pois, ao utilizar conceitos como normal, norma e normatividade, ele demonstra que a saúde pode variar de acordo com cada ser humano, dependendo do ambiente, características sociais e culturais e da adaptação frente às condições adversas.

O conhecimento clínico, na visão de Canguilhem (2000), engloba não somente os aspectos biológicos do sujeito, mas também a variabilidade existente nos organismos, considerando toda a complexidade de fatores normais e patológicos incidente sobre cada ser humano - levando em consideração, principalmente, que a saúde está situada na confluência de várias ciências, mais do que em uma única ciência propriamente dita.

Ao encontro desse entendimento sobre saúde, percebemos o conceito de informação para saúde neste mesmo pensamento abrangente. Bentes Pinto (2011) como já mostrado, entende que a informação para saúde não se volta somente à terapêutica médica; vai mais longe. Ela integra o registro de todas as ações desempenhadas na área da saúde além da figura do médico, e que contribuem direta ou indiretamente para a qualidade no atendimento aos pacientes. Por incorporar questões alusivas às patologias, à saúde, à legislação, à tecnologia, à ciência, à linguagem, etc, a informação para saúde não deve ser vista apenas em dados estatísticos, referentes a comorbidades ou outra coisa do gênero, como durante muito tempo ela era encarada pelas organizações de saúde.

Bentes Pinto (2020) exemplifica essa assimilação da informação para saúde, categorizando alguns pontos que se relacionam com este tipo de informação:

a) informação científica para a saúde: diz respeito aos avanços das ciências da saúde, descobertas relativas às doenças, tratamentos, nutrição, e ações para o enfrentamento do aparecimento de novas patologias. Trata-se ainda das reflexões epistemológicas sobre as patologias e estado de saúde de uma comunidade;

b) informação tecnológica para a saúde: refere-se aos aspectos de produção de tecnologias para aprimorar diagnósticos, por exemplo, máquinas específicas para área da saúde, scanners, produção de medicamentos, vacinas e tecnologias de inclusão, chips, próteses de modo geral, tecnologias eletrônicas de informação e de

comunicação no âmbito da telesaúde, *etc.* A autora entende que esse tipo de informação serve de insumo para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas na área de saúde, permitindo avaliar os impactos econômicos, assegurar o direito de propriedade industrial, subsidiar o processo de gestão informacional nas organizações de saúde e possibilitar o acompanhamento e a avaliação de tendências de desenvolvimento tecnológico na área da saúde;

c) informação sócio econômica para a saúde: tem a finalidade de conhecer os indicadores sociais e a qualidade de vida do cidadão e das comunidades;

d) informações legais para a saúde: está ligada, dentre outras questões, ao sigilo de informações acordante estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, que diz que ninguém será sujeito a interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação.

e) padronização da informação para a saúde: reporta-se não apenas à linguagem de especialidade, como também no que diz respeito ao registro do paciente.

Quer dizer, a informação para saúde engloba componentes científicos, tecnológicos, sociais e legais de outros campos de saberes.

Com o intuito de uma contextualização, faz-se aqui uma apresentação dos caminhos traçados pela medicina moderna, para também trazer reflexões sobre algumas questões que estão relacionadas à saúde e, em alguns aspectos, à informação para saúde.

Foucault (1980) relata que a medicina moderna fixou sua própria data de nascimento em torno dos últimos anos do século XVIII. De lá para cá, em harmonia com Médici (1992), a medicina e seu campo de aplicação - a saúde - enveredaram por muitos caminhos, que poderiam ser sintetizados em quatro condições: a de mercado, a de poder, a de questões tecnológicas/ científicas e a da linguagem.

Sobre a perspectiva de mercado, pontuamos que este é, antes de tudo, o "locus" no qual são trocados os frutos do trabalho humano. Dizer, então, que a medicina é passível de "passar pelo mercado" é entendê-la, previamente, como produto social do trabalho dos homens. É inegável, por consequência, a existência de uma medicina privada, "liberal", submetida aos mecanismos individuais e às leis

de mercado (FOUCAULT, 1979).

Arelado a essa concepção, é inegável que o mercado é, sobretudo, uma instância sujeita à estratificação. E, dessa maneira, discutir a questão da mercantilização da medicina é também discutir o acesso desigual aos serviços de saúde (MÉDICI, 1992). Acrescentamos, neste ponto, a desigualdade inclusive relacionada à informação para saúde, quando é observado que não há um acesso igualitário a esse tipo de informação.

A segunda condição representa a questão do poder em saúde. Na compreensão de Médici (1992), o poder envolve necessariamente dois aspectos: a política do Estado de um lado, e a política das corporações ou da Sociedade Civil, de outro. A primeira, até certo ponto, se apoia no "Estado", enquanto estrutura de poder. A segunda se legitima em formas corporativas de poder: profissões (sindicatos), empresas, ramos de conhecimento, movimentos sociais de bairros, movimentos ideológicos em torno de questões coletivas, partidos políticos *etc.*

Os movimentos sociais e ideológicos assimilam, cada um a seu modo, a questão da saúde como parte de sua visão de mundo. Ao mesmo tempo, as corporações tradicionais de profissionais de saúde, sindicatos, proprietários das organizações de saúde e funcionários públicos ligados ao setor desencadeiam formas de fazer representar seus interesses.

A terceira condição caracteriza a questão tecnológica em conjunto com a científica, que envolve o estudo das vias alternativas de construção do conhecimento em saúde, como as práticas medicinais, por exemplo. Médici (1992) expõe que o método científico utilizado na medicina baseava-se na observação. Dessa observação nasceu a analogia. Em seguida, após serem realizados um agrupamento de observações e comparações, eram identificados os sintomas. Estes eram hierarquizados e classificados observando-se critérios determinados. Por conseguinte, observação, analogia, identificação e classificação foram os quatro pontos essenciais para a construção do conhecimento em medicina clínica (MÉDICI, 1992). Essa metodologia permitiu, com o tempo, a utilização de equipamentos para a obtenção de exames, (realizados mediante equipamentos de imagem, som, análises clínicas de laboratório, *etc.*)

Sublinhamos também que a medicina da cura teve seu desenvolvimento

científico e tecnológico associado ao esforço de se descobrir novos equipamentos, terapias e remédios, no entanto foi no hospital que a ciência médica encontrou seu esboço de reprodução e seu laboratório de testes (FOUCAULT, 1979).

Quanto à medicina preventiva, os avanços iniciais ocorreram no campo da higiene. As medidas de saneamento conjuntamente com a vigilância dos hábitos de higiene pelos governos tiveram fortes efeitos na redução da mortalidade nas cidades. Posteriormente às descobertas no campo da imunização associadas às campanhas de vacinação e erradicação de endemias trouxeram êxitos ainda maiores (MÉDICI, 1992).

Frisamos que, no entendimento de Médici (1992), a prevenção e a saúde pública sempre foram considerados os "ramos" pobres da medicina e as inovações neste campo, apesar de estarem concatenados aos estudos de imunologia e biologia, tiveram um ritmo mais lento do que o observado na medicina curativa e na produção de fármacos, equipamentos e medicamentos. Isso acontece porque a circulação de recursos monetários em saúde sempre esteve ligada à medicina curativa, bem como os hospitais, empresas médicas e indústrias de insumos e equipamentos médicos têm trabalhado dinamicamente suas inovações tecnológicas movidos pelo lucro. Em virtude disso, são poucas as empresas que têm se dedicado à medicina preventiva. A criação de conhecimento e difusão científica e tecnológica em medicina preventiva tem sido, basicamente, papel do Estado e das universidades.

Finalmente, a quarta condição mencionada que está relacionada com a história da medicina, a linguagem. Médici (1992) comenta que o nascimento da medicina moderna é, primordialmente, o nascimento de uma linguagem que procura estabelecer um vínculo entre o saber e a dor, ou seja, procura decifrar o código da dor na concepção do saber.

É interessante quando Médici (1992) pondera que foi na linguagem que a medicina encontrou seu ponto de mutação, ou o estabelecimento de uma "zona cinzenta" na perspectiva do saber médico. Essa zona cinzenta é fruto de uma crescente segmentação do conhecimento e da prática médica, através de novos "dialetos" que surgem nesse campo de conhecimento, expressando-se não só nos canais oficiais, mas também nos meios alternativos de reprodução dessa prática e

desse saber.

Em torno dessas condições, reforçamos aqui que um enfoque pertinente para analisar a informação para saúde é que, num ponto de vista Foucaultiano, ideias gerais sobre o poder ganham potência e se materializam no espaço da informação para saúde. Este espaço abrange atores, práticas, procedimentos e saberes que se relacionam com a produção, armazenamento, análise, disseminação e tomada de decisões em saúde a partir da informação e suas tecnologias correlatas.

Cavalcante *et al* (2014) declaram que existem relações de forças neste campo do saber (informação para saúde) regulando os fluxos de informações e desinformação que atravessam o estado, o mercado, a sociedade civil e as comunidades locais, em torno da saúde. Isto é, percebemos que informação para saúde e poder estão interligados numa interdependência para sua própria atuação.

Para Foucault (1979), o poder possui uma eficácia sobre o corpo humano. É preciso aprimorar as forças produtivas dos corpos, como também gerir a vida dos homens, disciplinar em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e promovendo um sistema de aperfeiçoamento contínuo. Isto posto, o poder e informação se relacionam para produzir efeitos de poder na malha social, em rede, não localizada, mas multidirecional.

Por sua vez, a informação para saúde, como produto desta relação de poder, serve aos atores sociais, políticos e econômicos com vistas a normalizar o corpo individual e coletivo, a sustentar as estratégias e táticas de controle, empoderar o olhar vigilante, e ainda legitimar o discurso do que promove saúde, tal como permite a prevenção de doenças. (CAVALCANTE *et al*, 2014).

No contexto contemporâneo, nos deparamos, segundo Silva (2013), com uma sociedade que é alvo de um contínuo assédio de uma vontade de educar, esclarecer, informar, saber, de fazer circular e de disseminar questões alusivas à saúde, ao cuidado com o corpo e à preservação da vida. Existe uma busca frenética pela longevidade, pela saúde e pela conservação do corpo. Porém, ressaltamos que esse movimento não tem à sua frente somente especialistas ou cientistas isolados.

Hoje em dia, há uma mudança de postura nos pacientes, os quais se encarregaram da própria saúde, buscando informações em todas as fontes

possíveis (TABAKMAN, 2013). Muitas vezes, também, essas informações chegam espontaneamente às pessoas, sobretudo por meio de mídias sociais digitais e aplicativos de mensagem.

Vemos que há um interesse global por assuntos relacionados à saúde. No Brasil, especificamente, de acordo com a última pesquisa de percepção pública de Ciência e Tecnologia (C&T) realizada em 2015, o brasileiro se diz, em geral, muito interessado (35%) ou interessado (43%) por medicina e saúde, o que representa 78% do número total de entrevistados (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2017).

Segundo Tabakman (2013), esse cenário é resultado de um contexto de transformações em que a medicina é vista como mais mercantilizada do que nunca. Além disso, a imagem dos profissionais de saúde está desgastada e tem havido um aumento das pseudociências há décadas, que dominam as técnicas de comunicação de massa.

Ou seja, com a disponibilização de informações médicas e sanitárias na internet, por exemplo, as pessoas estão trocando o encontro com o médico por consultas a revistas, jornais e recomendações presentes em sites médicos e outras fontes de informação informais. Só que a escuta e a fala não estão presentes na maioria desses espaços, condicionando o leitor a fazer interpretações por si mesmo. Nesse sentido, Silva (2013) entende que temos uma nova realidade em andamento, que se caracteriza pelo controle do corpo pelo próprio indivíduo.

Mencionamos a pesquisa de Tabosa (2016), evidenciando que muitos sujeitos informacionais na área da saúde costumam buscar tratamento por conta própria para alguma doença que estejam enfrentando. Isso acontece porque há falta de tempo por parte dos indivíduos em horário comercial para poder agendar uma consulta e também porque há dificuldade de agendamento de consulta em horário conveniente.

Frisamos que a precariedade dos serviços de saúde pública obriga que o paciente se faça presente nas instituições hospitalares mais de uma vez até conseguir atendimento, a saber: ida ao hospital para agendar a consulta; ida ao hospital para a realização da consulta; ida ao laboratório realizar exames solicitados; ida ao laboratório para receber os resultados dos exames; volta ao consultório para

entregar os exames ao médico (TABOSA, 2016).

Musial, Dutra e Becker (2007) corroboram com o pesquisador ao entenderem que a debilidade orçamentária que assola o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o deficitário número de médicos nas unidades de saúde em algumas regiões do país podem explicar, por exemplo, o aumento das taxas de automedicação no Brasil.

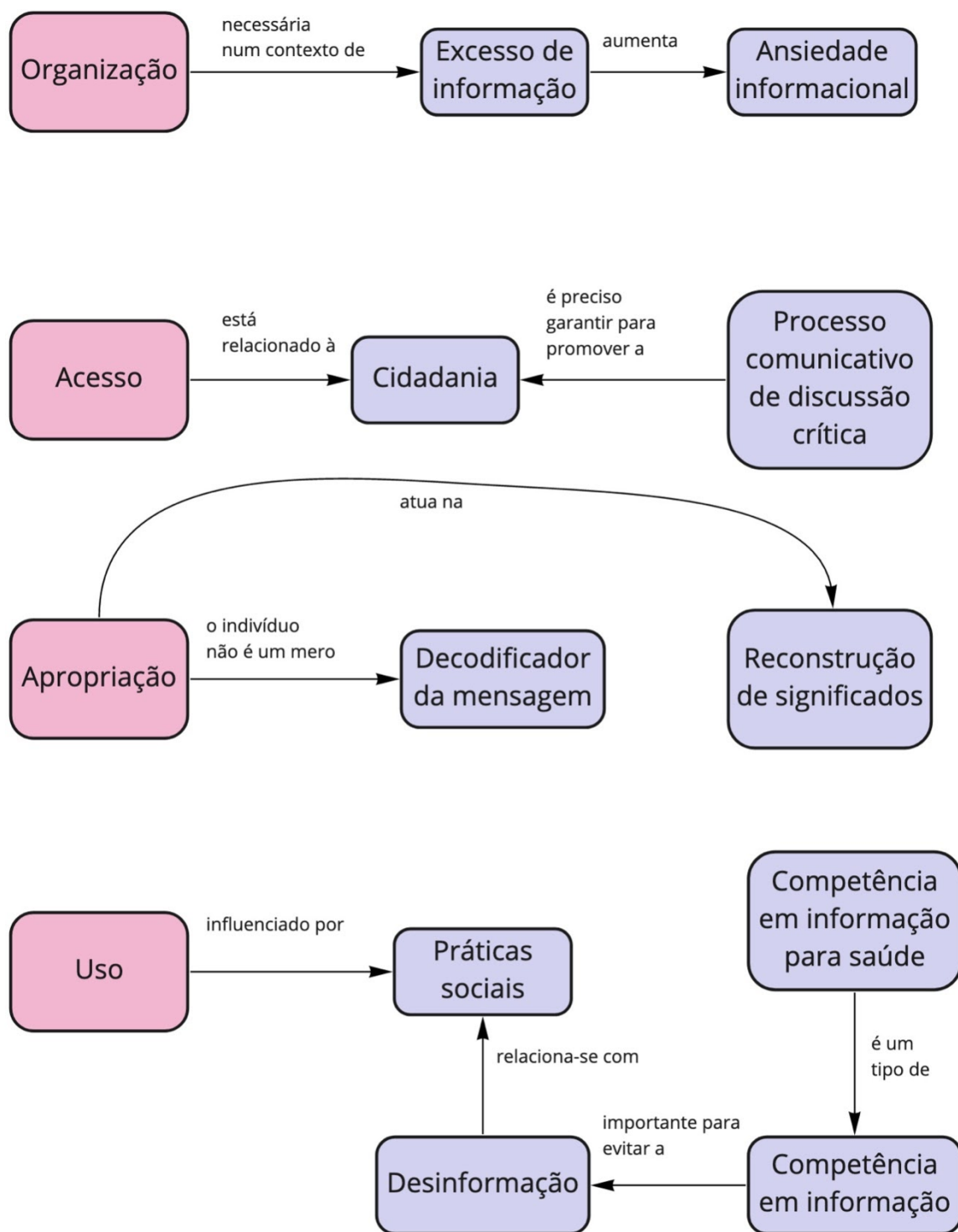
Consideramos, além desses apontamentos, a grande quantidade de informação na área da saúde disponibilizada na Internet e o aumento das facilidades de acesso à rede mundial de computadores (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2009), que encoraja os sujeitos a se sentirem livres para controlarem, sozinhos, a sua saúde, achando desnecessário a intermediação de um profissional da área.

No entanto, é salutar ponderar que, baseado na interpretação que o indivíduo vai formar a cada instante em que tem contato com alguma informação para saúde, será produzido por ele um certo discurso de verdade. E será na relação que estabelece entre si e esses discursos que vai extrair um tipo de verdade que pode não corresponder à informação científica, desencadeando um processo que pode se configurar como desinformação.

Partindo para essa vertente da discussão, Souza (2008) comenta que uma política pública para enfrentamento dos diversos problemas de saúde necessita de uma base de informações confiável, que sustente e direcione a tomada de decisão.

Ferreira (1999) chama atenção para o fato de que ter acesso a determinadas informações não garante que, conseqüentemente, as decisões e ações desencadeadas serão sempre “acertadas” ou estarão “corretas”. Ou seja, as informações refletem as concepções, os valores, as intenções, a visão de mundo e outras particularidades daquele que as está utilizando, influenciando diretamente em suas ações.

Entretanto, é essencial saber que todo mundo pode publicar o que desejar na internet, o que nos obriga a tomar muito cuidado ao selecionar as fontes que são utilizadas, dado que nem tudo que é publicado é confiável. Apesar dessa orientação parecer relativamente simples, ela requer habilidades que nem todos os indivíduos que utilizam a internet como fonte de informação possuem.



4 Organização, acesso, apropriação e uso da informação

4 ORGANIZAÇÃO, ACESSO, APROPRIAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO

A linha de pesquisa em que esta tese está inserida é intitulada "Organização, acesso e uso da informação". Desta forma, esta seção tem como finalidade situar este estudo dentro da perspectiva da linha. Esclarecemos, antes de mais nada, dois pontos importantes. O primeiro é que a parte respeitante à organização da informação não será tão aprofundada, visto que esta investigação não tem como foco esse olhar sobre a informação. O segundo ponto é que, apesar de não estar contido no título da linha de pesquisa, iremos abordar a compreensão de apropriação da informação, uma vez que acreditamos que conceber essa discussão é fundamental para os objetivos traçados.

Sendo assim, abordamos inicialmente que, em contextos informacionais, desde os tempos mais antigos, foi percebida a necessidade de representação e organização dos conteúdos dos documentos no entendimento de contribuir para o acesso, a apropriação e uso da informação. Com a chegada das unidades de documentação digitais também não é diferente, embora se tenha a impressão de que as possibilidades de acesso e recuperação sejam eficazes e eficientes, diante do excesso, sem precedente, de documentos no ciberespaço.

Nesse ambiente, a informação, otimizada pelo uso das Tecnologias Digitais de Informação e de Comunicação, passa a existir em imensuráveis canais e suportes moderníssimos, tendo seus fluxos redirecionados em inúmeros formatos. Tal fato demanda a necessidade de uma constante representação e organização do volume informacional para que o seu acesso, com melhor qualidade, apropriação e uso sejam possíveis. Não obstante, faz-se necessário observar que, nesse meio, existem também questões circunstanciais, relacionadas ao paradigma de tempo, espaço e movimento, inerentes à informação e que nesse novo ambiente também não podem ser deixadas de lado.

Ainda nesse contexto, Saeger *et al* (2016) chama a atenção para esse fato dizendo que, graças ao excesso de informação, há ameaça constante de não se privilegiar a sua qualidade. A preocupação parece ser apenas com o acesso irrestrito, abundante e colaborativo e, com isso, corremos o risco de negligenciar a

legitimidade e confiabilidade das fontes, produzindo um sério dano para a obtenção de informações capazes de produzir o conhecimento, posto que estas podem estar descomprometidas com uma análise crítica da sociedade.

Na mesma linha, Zeman (1970) afirma que a informação está conectada ao conceito de fonte e destinatário e/ ou fonte e usuário, fazendo com que a relação entre os níveis de informação do usuário e da fonte seja decisiva tanto para determinar o fluxo de informação como a capacidade de comunicação por parte do usuário.

Quanto à representação, entendemos que esse conceito é bastante importante para a CI. Meunier (2002) reflete sobre o conceito de representação para explicar as inúmeras operações que um sujeito deve executar a fim de processar a enxurrada de informações diferentes que recebe e que ele não tem, sozinho, capacidade para registrar e arquivar.

No que concerne à Organização da Informação (OI), Aguiar e Kobashi (2013, p. 5) afirmam que “no domínio da CI, ela pode ser compreendida como uma série de atividades processuais com a finalidade de descrever intelectualmente conteúdos documentais para serem representados nos sistemas de recuperação da informação”.

Alguns outros autores, como Svenonius (2000), Taylor e Joudrey (2008), Brascher e Café (2008), Kuramoto e Naves (2006) e Barité (2001), abordam a temática da Organização da Informação. A visão comum a esses autores é de que, cada vez mais, a sociedade e as instituições dependem da informação para desenvolverem seus conhecimentos e habilidades. Deste modo, o processo de organização da informação deve existir para auxiliar o indivíduo em sua tomada de decisão, sem que este perca seu tempo e o interesse por conhecer determinado assunto.

Na compreensão de Brascher e Café (2008, p. 5), “o principal objetivo da Organização da Informação é o de possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação”. Contudo, tal assimilação demanda que se tenha um olhar ampliado, pois, tratando-se de informação e de conhecimento, não há como esquecer os vários aspectos cognitivos inerentes à linearidade na compreensão. Reforçamos que, ainda de acordo com as autoras, o processo de descrição da informação, para

alcance do objetivo exposto, é de fundamental importância, em razão de o acesso ao conhecimento se dar por intermédio da informação registrada, da descrição física do objeto e do conteúdo das suas unidades informacionais.

O processo de descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, desenvolvido pela OI, resulta, conforme Brascher e Café (2008), na Representação da Informação. Para tais autoras, essas representações da informação são construídas por via de linguagens específicas que podem tanto descrever a informação quanto expor o conteúdo do documento.

A temática do volumoso fluxo de informação e a necessidade das corporações fortalecerem a Organização da Informação em seus sistemas e redes é trabalhada por Braga (2008) no artigo “O excesso de informação - a neurose do século XXI”. Em concordância com o autor, uma vez que se tornou crível acessar informações sobre praticamente tudo, bem como estabelecer contato direto com as fontes de informações, o excesso de informação se tornou um desafio às instituições, no que se refere à organização das informações, a fim de evitar a desinformação ou ansiedade no usuário em rede. O autor avalia que, por haver informação demais na rede e pouco tempo para processá-las, o próprio usuário demanda a mediação desses conteúdos para não se atrapalhar em seu processo de aquisição do conhecimento.

Evidenciamos, então, que o processo de organização da informação, ainda que no meio digital, é também dependente do recurso humano e do seu fazer operacional, auxiliando o usuário com o problema da ansiedade e do sentimento de impotência que ele possa ter sobre não saber algo, já que são apresentadas melhores condições de busca para que o espaço de tempo da sua angústia seja menor ou até inexistente.

Por não saber buscar a informação corretamente ou, ainda, não encontrar agentes de informação formais ou instrumentos de informações satisfatoriamente organizados, o indivíduo pode se submeter ao vício informacional (AZEVEDO, 2002). Isto é, na tentativa de se mostrar antenado com as coisas do mundo, o indivíduo, por efeito da ansiedade que esse contexto informacional traz, fica impossibilitado de obter e avaliar os conteúdos que são, de fato, fundamentais e verídicos para formulação de um senso crítico sobre um determinado assunto. À

vista disso, o sujeito poderá absorver e produzir conteúdos supérfluos e por vezes até enganosos. Nesse ponto de vista, quanto mais informações soltas o indivíduo obtiver, mais ficará sabendo da existência de novas fontes e isso desencadeará uma precocidade no ciclo de maturação da informação, podendo levar o indivíduo a afetar ele próprio, bem como outros indivíduos com desinformação.

Isso tudo ressalta a importância da realização correta do processo de trabalho na organização da informação, haja vista que deve ser promovida uma diminuição do “empilhamento de informações” para indivíduos ansiosos, facilitando o trabalho de fornecer informação para transformá-la em conhecimento e ampliar os seus leques para tomada de decisões adequada (PINTO, 2017).

Sobre o próximo ponto a ser discutido nesta seção, o acesso à informação é considerado por Martins e Presser (2015) como um exercício de cidadania, promovendo o desenvolvimento cultural e político, primeiramente, das pessoas, e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. Para Targino (1991), a informação é um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação e dignidade pessoal. Consoante a autora, não existe o exercício da cidadania sem informação, visto que para cumprir seus deveres e exigir direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecê-los, ato que prevê o acesso à informação.

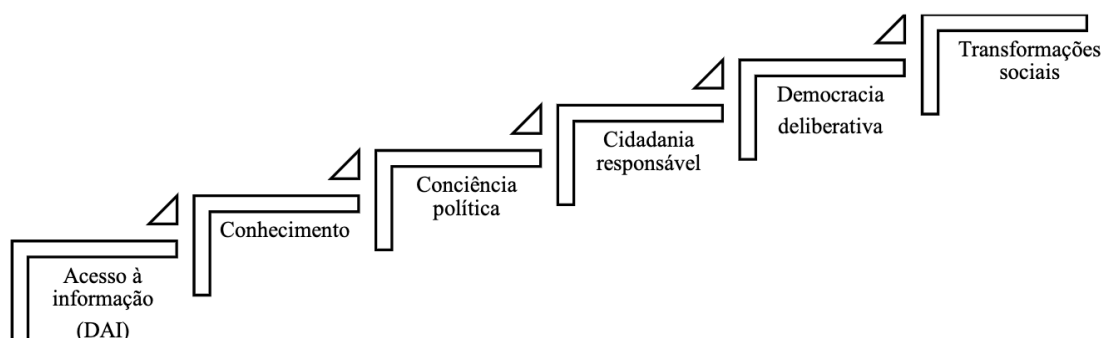
Na perspectiva legal, o Direito do Acesso à Informação (DAI) é um direito essencial resguardado tanto pelas leis internacionais como pela legislação nacional. Numa interpretação social e jurídica, Souza (2012, p. 180) sintetiza a utilidade do DAI, o definindo como “mola propulsora dos direitos e valores fundamentais da cidadania e da democracia participativa, pilares de nosso Estado democrático de direito, bem como do direito à memória, à identidade, à liberdade de imprensa e à proteção de dados pessoais.”

Uhlir (2006) assegura que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, uma das principais metas de qualquer sociedade tem sido a luta pelo desenvolvimento humano, ou seja, o fortalecimento de todos os cidadãos por meio do acesso e utilização da informação e do conhecimento. Numa visão sobre o potencial da informação para assegurar poder, Foucault (1979, p. 144) compreende que “o exercício do poder cria perpetuamente o saber e, inversamente,

o saber acarreta efeitos de poder".

Por esses fatores, Martins e Presser (2015) defendem que o acesso à informação vai abrindo espaço para a execução da cidadania, como é apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Fases do Desenvolvimento Social a partir do Acesso à Informação



Fonte: Martins e Presser (2015)

Vemos que o acesso à informação permite a ampliação do conhecimento das pessoas, o que poderá contribuir para a promoção de maior consciência política, que, por consequência, gera o exercício de uma cidadania responsável e de uma democracia deliberativa, que levam a transformações sociais.

Neste contexto, pontuamos que, como Freire (2004) observa, a sociedade se organiza mediante relações cada vez mais horizontais, em rede. Desta maneira, grande parte da informação encontra-se armazenada em meio digital. No mesmo sentido, Santos (2005) assimila que a era conhecida como era da informação tende a substituir as pirâmides de relações de autoridade e de saberes hierarquizados, por redes de relações cooperativas e de saberes interativos.

Martins e Presser (2015) advertem, entretanto, que uma informação unilateral, advinda somente de uma só fonte, mesmo que quantitativamente rica e qualitativamente sofisticada, direciona a personalidade para canais preestabelecidos, limitando objetivamente a oportunidade de escolha e a capacidade crítica do indivíduo.

Além disso, argumentamos que, como apontado por Araújo (1999), o simples acesso à informação não garante a promoção da cidadania, pois, para a autora,

após a ampla disseminação e circulação da informação, é preciso estabelecer um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade com maiores oportunidades para todos os cidadãos. Afinal, o acesso à informação ainda hoje não se dá de forma igualitária para todos e todas, potencializando fenômenos de infoexclusão.

Ademais, mencionamos a questão sobre a exacerbada quantidade de informação falsa que circula nos meios de comunicação de massa, que são espalhadas de forma tão rápida e com tamanho alcance. Como a distribuição acontece em rede, é difícil conter seu avanço. Os criadores, em geral, ficam imunes, protegidos pelo anonimato da internet. Apesar de agências de verificação realizarem o *fact-checking* (assunto que será melhor explorado mais na frente) para desmentir o que circula pela rede, as informações que condizem com a realidade não circulam com a mesma velocidade e não têm a mesma cobertura (GALHARDI *et al*, 2020).

Nesta conjuntura, se por um lado o acesso à informação garante direitos e benefícios nos mais diversos níveis pessoais e sociais ao indivíduo, promovendo um desenvolvimento à sociedade de inúmeras maneiras, ter acesso à informação sem senso crítico e responsabilidade sobre o que se vê, lê e escuta mostra-se como um perigo enorme para a coletividade.

Pontuamos, então, uma outra questão nesse debate que é essencial para compreendermos o contexto informacional de modo global: a apropriação da informação.

Pieruccini (2007) defende que a apropriação da informação não pode ser entendida como um ato imediato, mecânico ou natural. Ela deve ser vista, antes de tudo, como um ato produtivo, envolvendo a mobilização de diferentes capacidades em busca de construção de sentidos.

Logo, vemos que a apropriação da informação não depende somente de códigos linguísticos, haja vista que a construção de seus significados está atrelada a sujeitos sociais que trazem consigo valores e conhecimentos próprios que interferem na interpretação de uma informação. Borges (2018) compreende que, ao considerar a informação um signo, nenhuma informação é neutra; ela é composta por valores ideológicos. Na mesma linha, para Almeida Júnior (2009, p.93), “A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente.

A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, *etc*".

Na perspectiva do sujeito como produtor de sentidos, Almeida Júnior (2009) argumenta que o leitor assume um papel importante, ao passo em que deixa de ser um mero decodificador ou receptor passivo para ser um construtor, coautor da informação ou do texto. Ponderamos, então, que o leitor reconstrói os significados apropriando-se da informação, sendo que esta é efetivada por meio da leitura. A leitura está, portanto, no cerne da apropriação da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Dessa forma, Rastel e Cavalcante (2014) complementam dizendo que o leitor não é apenas um simples decodificador dos conteúdos das informações impostas pelos equipamentos ou dispositivos culturais, mas também produtor de novos significados, e a leitura é vista como direito e possibilidade de ação afirmativa dos sujeitos nos processos de composição de sentidos.

De acordo com Borges (2011, p. 30), "Não podemos manter um texto sob controle, a cada contexto e novas leituras, surge um novo texto com vida própria e incontrolável diante do mundo da linguagem e da interpretação de significados".

Diante do exposto, concordamos com Borges (2018) ao apontar que é necessário perceber o processo de apropriação da informação dentro de uma concepção social e cultural, visto que essas relações influenciam a forma de compartilhar ou não as informações, afetando diretamente no fluxo maior ou menor de apropriação dentro de um determinado contexto social. A autora discorre, paralelamente, que a informação é compreendida como um signo ideológico e, por consequência, possui aspectos simbólicos, ideológicos e culturais. Em virtude disso, o processo de leitura envolve diversos tipos de informações que estão relacionados não apenas com a apresentação visual do texto, mas, principalmente, com os conhecimentos do assunto por parte do leitor.

Borges (2018) reflete também que a apropriação da informação é um processo de interação entre texto e leitor, dentro de uma sociedade. No entanto, o significado das palavras não é fixo, mas sim negociado na interação. Assim, as relações entre texto, contexto e leitor são interações sociais fundamentais para a construção da realidade.

Essa discussão é de suma importância para nossa pesquisa porque embasa o entendimento de que o que um texto significa revela não somente sobre o objeto em si, mas também revela quem o produz. Além disso, ler a mesma informação em suportes variados pode gerar sentidos diferentes e, se dita por sujeitos distintos, pode causar impressões adversas. Reflexão que se relaciona, dentre outras coisas, com o estudo da desinformação.

Borges (2018) expressa que o valor, positivo ou negativo, de uma informação depende de quem, de onde e de como ela é mediada, produzida e compreendida. Isso é relevante para nosso estudo porque considera que as interpretações e construções feitas pelos discursos criados socialmente dependem daquilo que as pessoas acreditam e possuem como crenças, valores e opiniões.

Por esse ângulo, também se pode dizer que aquilo que é apropriado por um sujeito pode não ser realizado da mesma maneira por outro e, ademais, pode ser apropriado diferentemente por ele mesmo em outra época ou situação. Assim sendo, o resultado da apropriação não é fixo, devendo ser visto como uma materialização momentânea que será adequada dentro da capacidade interpretativa de cada um (BORGES, 2018).

Em seguimento, é pertinente trazer Nunes (1994), que enfatiza que tanto a produção quanto a recepção de um texto são realizadas por sujeitos históricos e sociais. Nunes (1994, p.29) afirma que “A prática de leitura envolve tanto o sujeito como as condições sócio-históricas em que ele se insere” (NUNES, 1994, p.20).

Levando a discussão da apropriação da informação para um paralelo com a realidade do uso das tecnologias digitais que permitem de forma amplificada um acesso a informações dos mais diversos tipos, Barreto (2007) coloca que a velocidade e modalidade de acesso provocam no sujeito modificações na sua sensibilidade e competência cognitiva. Entendendo que o ato de interpretação e apropriação da informação é uma condição privada e de solidão fundamental do sujeito, Barreto (2007) acrescenta que:

A convergência digital inseriu um excesso de imagem e som na estrutura de informação. A sua assimilação lida com a influência da incidência de um mundo de imagens pré-fabricadas. A solidão fundamental, essencial para a aceitação e apropriação da informação, está assombrada pelo deslumbramento de imagens e

sons que habitam os documentos digitais em rede.

Isto posto, vemos que a quantidade exponencial de conteúdo disponível na internet gera um ambiente que permite, em essência, uma liberdade de lidar com o texto. Barreto (2007) exprime que embora, como um elemento sistemático e compulsório dentro de uma comunidade, o código linguístico presente nos conteúdos publicados seja sempre comum, os enunciados são contingentes, pois a sua aceitação pelo receptor pode ou não acontecer.

Debatendo agora sobre o uso da informação, é sabido que para sua efetiva execução, os três processos mencionados anteriormente (organização, acesso e apropriação) precisam ser plenamente realizados. Usar a informação significa aplicá-la em uma situação específica e/ ou suprir uma determinada lacuna informacional, satisfazendo plenamente a necessidade informacional dos sujeitos envolvidos.

Para Nicholas, Huntington e Watkinson (2003) a característica que define o uso é a atividade, ou seja, um acesso útil. Choo (2003) certifica que o comportamento de uso da informação está relacionado a uma determinada finalidade ou objetivo; está voltado para a ação. Por sua vez, Araújo (2014) argumenta que o uso da informação está relacionado ao seu emprego para a execução de determinada tarefa ou problema. Já para Figueiredo (1979) e Taylor (1991), o uso da informação pode não se refletir em ações, ficando restrito apenas ao intelecto do usuário. Concordamos com os autores supracitados ao considerar que o uso da informação pode gerar uma ação ou não.

Sobre essa reflexão, Tabosa (2016) compreende que nenhuma ação pode ser tomada sem que se esteja consciente. É possível que o indivíduo possa fazer uso da informação apenas para satisfazer-se cognitivamente, no entanto é impossível que tome qualquer ação ou se dedique a qualquer atividade sem que esteja cognitivamente comprometido. Dessa forma, com base no pesquisador, inferimos que pode haver cognição sem ação, porém nunca ação sem cognição.

É pertinente quando Tabosa (2016) aponta que o uso da informação é influenciado pelo papel social ou pelas práticas sociais do indivíduo. Sobre essas práticas sociais, refletimos que pode-se encaixar a realidade da desinformação.

Afinal, pautando-se no entendimento de que o uso da informação está vinculado a um determinado fim ou objetivo, podemos inferir que o uso da informação pode se manifestar na prática de manipular uma informação à qual se teve acesso e transformá-la em enganosa.

Com outro olhar, citamos Santos e Carvalho (2009), ao defenderem que o uso da informação deve estar atrelado à melhoria da qualidade educacional e aumento da alfabetização da população, justamente para driblar cenários em que as pessoas possam ser facilmente desinformadas.

Nesse discernimento, reforçamos a observação da simples promoção desenfreada das tecnologias de informação e comunicação, como se elas por si só pudessem fazer com o que o sujeito conectado encontre os caminhos, processe, dissemine e transforme a informação recebida e a ser transmitida.

Acerca disso, Setzer (1999) afirma que a informação é objetiva-subjetiva no sentido de que é descrita de uma forma objetiva, contudo seu significado é subjetivo, dependente do usuário. Duarte e Lourenço (2002) acrescentam dizendo que não se pode ver a informação como um produto final do processo de representação nem algo a ser transportado de uma mente para outra, mas sim como uma dimensão existencial do nosso estado de convivência no mundo com os outros.

Percebemos que a noção de fácil acesso à informação por meio das tecnologias digitais, internet e as telecomunicações traz, de certa forma, uma noção equivocada do imperativo tecnológico como resposta às deficiências comunicacionais e educacionais da humanidade. Dudziak (2001) alerta para a questão de que a informação e o uso desse ferramental tecnológico são essenciais para a vida dos dias de hoje, todavia é fundamental que se considere que a tecnologia em si mesma não leva à comunicação e à educação.

A competência em informação entra neste contexto como um fator fortemente relacionado ao processo de interiorização e apropriação da informação, proporcionando habilidades e valores ligados à informação e ao aprendizado. Ela converge para um cenário em que é possível localizar, interpretar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar a informação em diferentes ferramentas e suportes (DUDZIAK, 2003).

Fechando as reflexões inerentes à organização, ao acesso, à apropriação e

ao uso da informação, julgamos também importante fazer uma breve discussão teórica para introduzir a compreensão e necessidade da competência em informação, especialmente quando se discute informação para saúde.

O conceito de competência em informação para saúde reúne os conceitos de competência em saúde e competência em informação. A competência em informação para saúde pode ser definida como “o grau em que os indivíduos têm a capacidade de obter, processar e entender informações e serviços de saúde necessários para tomar decisões de saúde apropriadas” (INSTITUTE OF MEDICINE, 2004, p. 20). De um modo geral, competência em informação básica em saúde refere-se à capacidade de um indivíduo aplicar habilidades de competência em informação relacionada a materiais sobre saúde.

Recentemente, o foco da pesquisa em competência em informação para saúde mudou para explorar uma variedade mais ampla de habilidades sociais, pessoais e cognitivas, como pensamento crítico, resolução de problemas, busca de informações e comunicação (CHINN; MCCARTHY, 2013; MANCUSO, 2009).

Diante disso, diferentes níveis de alfabetização em saúde foram distinguidos, a saber: alfabetização funcional, alfabetização comunicativa ou interativa e alfabetização crítica (CHINN; MCCARTHY, 2013; NUTBEAM, 2008), variando de habilidades necessárias para funcionar em situações cotidianas (funcionais) àquelas necessárias para analisar criticamente as informações e usá-las com a finalidade de exercer controle sobre os eventos da vida (crítico).

A competência em informação, por sua vez, pode ser definida como um conjunto de habilidades que permitem aos indivíduos reconhecer quando a informação é necessária e, em seguida, demonstrar capacidade para localizar, avaliar e usar efetivamente as informações recuperadas (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989).

Lau (2006) entende por competência em informação formar a base da aprendizagem ao longo da vida, sendo considerada por Yates (2013) uma chave para o empoderamento e a “sobrevivência” na era da informação.

O conceito de competência em informação tem sido aplicado principalmente em contextos educacionais (SMITH *et al*, 2013), entretanto mais recentemente o foco se expandiu para outro contexto. A *United Nations Educational, Scientific and*

Cultural Organization (UNESCO) (2014) apontou que a competência em informação e alfabetização midiática estão cada vez mais entrelaçadas, sugerindo inclusive o conceito de competência midiática e informacional.

Lloyd (2005) abordou a competência em informação para saúde fundamentando-se na definição da *Medical Library Association* (2003), sendo entendida como o conjunto de habilidades essenciais para reconhecer uma necessidade de informações para saúde; identificar fontes de informações prováveis; usá-las para recuperar informações relevantes; avaliar a qualidade da informação e sua aplicabilidade a uma situação específica; e, por fim, analisar, entender e usar as informações para melhorar decisões sobre sua saúde.

Ressaltamos que, no estudo citado, o conceito de competência em informação para saúde é usado para destacar que as pesquisas se concentram nas competências dos indivíduos gerais e não profissionais em relação à informação para saúde.

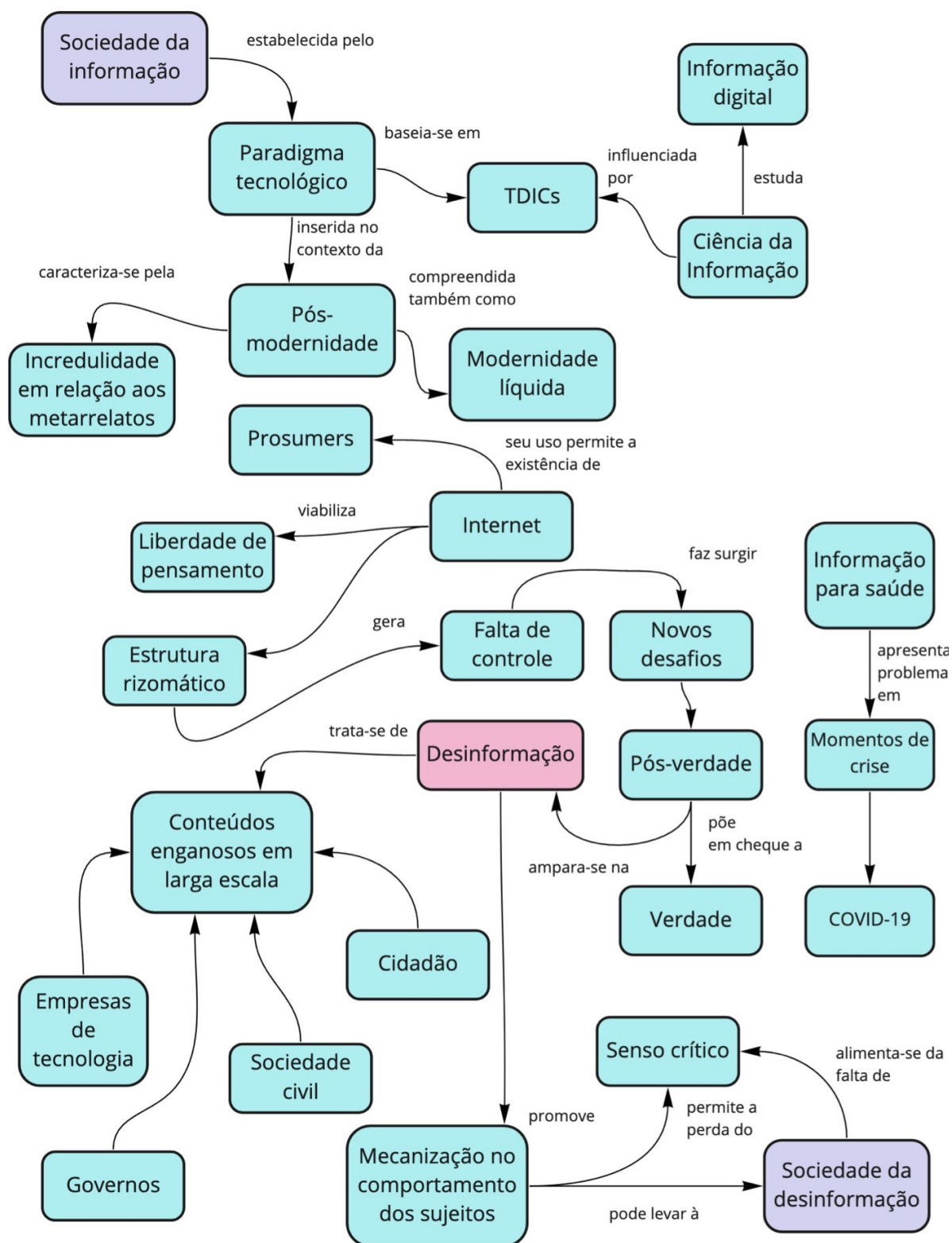
Hirvonen *et al* (2016) afirmam que a competência em informação para saúde tem sido sugerida para influenciar o conhecimento em saúde. Neste sentido, os autores enfatizam que deve-se notar que o papel da informação e do conhecimento pode variar em diferentes contextos de saúde. Alegamos que a baixa alfabetização em saúde está associada à saúde em grande parte porque reflete a capacidade cognitiva geral e os níveis educacionais ou ocupacionais das populações. Uma competência em informação para saúde inadequada é encontrada com maior prevalência entre os grupos socioeconômicos menos instruídos (HIRVONEN *et al*, 2015).

Correlacionamos similarmente à essa discussão as profundas mudanças que a internet vem provocando no modelo de produção e disseminação da informação. Constatamos que estamos diante de um novo paradigma, no que se refere à manipulação da informação em todos os seus estágios, desde o emissor até o receptor (LOPES, 2004).

As publicações eletrônicas disponibilizadas na *web*, sobre os mais diversos temas (como questões relacionadas à saúde, por exemplo) permitem o acesso, produção e disseminação de informação em larga escala, por um único indivíduo ou por organizações, revolucionando toda a estrutura desta produção, disseminação e

acesso que estava em vigor antes do advento da internet e, sobretudo, das redes sociais. E talvez seja esse o motivo que hoje em dia seja tão importante investir na competência em informação dos sujeitos.

A próxima seção irá contextualizar o fenômeno da desinformação, a qual está diretamente relacionada aos problemas advindos da ausência da competência em informação.



5 Sociedade da Informação ou da Desinformação?

5 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO OU DA DESINFORMAÇÃO?

Observando a história da humanidade, os conceitos sociedade, informação e desinformação parecem estar juntos, mesmo que não caminhem com a mesma velocidade. A impressão é de que o conceito de sociedade sempre existiu independente dos outros dois. Contudo, pouco a pouco, essa suposta independência dá lugar a uma junção e não há como falarmos em um sem pensar em outro, principalmente com a significativa utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, que trouxeram e trazem interferências no indivíduo e na sociedade, diretamente associadas com a informação ou a desinformação.

Inúmeras terminologias são utilizadas no decorrer dos anos para descrever a sociedade. Mattelart (2002) delineia um percurso histórico em que evidencia esse fato. Desse modo, num primeiro momento, é possível compreendê-la como a sociedade inspirada pela concentração e explicação numérica, cuja maior atenção eram os métodos matemáticos; no segundo, a sociedade como indústria com o poder da técnica; e, no terceiro, a sociedade das redes, buscando a universalização até à sociedade da informação com o paradigma das TDICs.

Expressões como “Aldeia Global” (McLUHAN, 1977), “Sociedade Pós-Industrial” (BELL, 1973), “Sociedade do Conhecimento” (DRUCKER 1994), “Sociedade Digital” (NEGROPONTE, 1995), “Sociedade Aprendente” (ASSMANN, 1999), “Sociedade em Rede” (CASTELLS, 1999), “Sociedade da Informação” (TAKAHASHI, 2000), “Sociedade Informacional” (CASTELLS, 2000), “Era da Informação” (CASTELLS, 2000), “Sociedade do conhecimento” (SORJ, 2003) e “Universo Coletivo de Inteligência Compartilhada” (LÉVY, 2004) foram usadas para caracterizar a sociedade.

Nesta pesquisa, adotamos o termo “Sociedade da Informação” para se fazer, mais à frente, o contraponto com a ideia defendida neste capítulo sobre a “Sociedade da Desinformação”. Castro e Ribeiro (1997, p. 21), por exemplo, entendem que “[...] ao lado da Sociedade da Informação há [...] a Sociedade da Desinformação”.

Capurro e Hjørland (2007), no que lhes concernem, esclarecem que, como

conhecimento comunicado, a informação exerce papel central na sociedade contemporânea.

Vemos que o processamento de informações focaliza-se no aperfeiçoamento da informação como insumo de produtividade, reproduzindo um novo modo de desenvolvimento informacional, estabelecido pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado nas TDICs. Este novo paradigma, no entendimento de Castells (1999), expressa a essência da transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade.

A dinâmica vigente caracterizada pela revolução da microeletrônica, o uso intensivo das TDICs, o acesso da informação em tempo real e pela popularização da realidade virtual aponta uma relação muito próxima com o crescimento econômico mediante inovações tecnológicas e estabelece a estruturação e uso da redes sociais como um novo padrão para relacionamentos entre sujeitos de uma sociedade. Essa dinâmica tem desenhado a sociedade da informação, em harmonia com Cezar e Suaiden (2017).

O novo paradigma que surge está fundamentado na reestruturação e expansão do capitalismo, que migra de um modelo rígido para um flexível. As características do paradigma da tecnologia da informação são detalhadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Características do paradigma da tecnologia da informação

Característica	Descrição
A informação é sua matéria-prima	As tecnologias se desenvolvem para possibilitar que o indivíduo atue sobre a informação propriamente dita, diferentemente do passado em que o objetivo era utilizar a informação para agir sobre a tecnologia.
Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias	Como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados pelo novo meio tecnológico.
Predomínio da lógica de redes	Característica de todo tipo de relação complexa, essa lógica pode ser devido às

	novas tecnologias, materialmente implementada em qualquer tipo de processo.
Flexibilidade	A tecnologia permite não somente processos reversíveis, mas também a modificação de organizações e instituições. O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é a sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade marcada por constante mudança e fluidez organizacional.
Crescente convergência de tecnologias	Vê-se isso principalmente na microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica e computadores, além de outras diferentes áreas do conhecimento. As telecomunicações agora são apenas uma forma de processamento de informação; as tecnologias de transmissão e conexão estão, simultaneamente, cada vez mais diversificadas e integradas na mesma rede operada por computadores.

Fonte: Adaptado de Castells (1999)

Essas características constituem uma tendência dominante tanto em economias industrializadas quanto em países menos desenvolvidos, haja vista que o poder da informação atravessa a vida em sociedade, implantando uma prática na qual as dinâmicas sociais e o espaço físico reconfiguram-se através de tecnologias digitais e da formação de espaços virtuais nos quais se dá a troca de conhecimentos e informações (CASTELLS, 1999).

Autores como Lyotard (2000) e Bauman (2001) veem essas mudanças e impactos inseridos no contexto da pós-modernidade. Lyotard (2000) qualifica a pós-modernidade como um “estado de cultura” depois das transformações ocorridas no mundo que afetaram as regras dos jogos da ciência e de outros domínios, a datar do final do século XIX. Nesse quadro, efetiva-se uma incredulidade em relação aos metarrelatos, entendidos como narrações com uma função legitimadora.

Esse cenário fez com que as ciências não mais projetassem modelos fixos a respeito de como se deve proceder. Nesse abandono de um fundamento universal racional, o certo e o errado passam a ser definidos pautando-se em padrões de

comportamento e as verdades passam a ser transitórias.

Já para Bauman (2001), a pós-modernidade ou modernidade líquida é caracterizada por uma performance líquida, leve e fluida, na qual o sujeito pós-moderno tem sua identidade cultural alterada a cada aparecimento de mudanças culturais.

No que tange a Ciência da Informação, esta, nas palavras de Smit (2012), se concebe, no seu atual momento, como uma ciência social, muito influenciada pelas TDICs e inserida nos propósitos da Sociedade da Informação. Consequentemente, esse olhar epistêmico do uso social da informação abre espaço para novas discussões a respeito do papel e do poder da informação e dos sistemas de informação que, ao organizarem a informação, impõem aos indivíduos determinada visão de mundo.

A respeito dessa visão de mundo, por exemplo, Bauman (2004) diz que estamos cada vez mais conectados, entretanto existe uma ausência de comprometimento. As relações se misturam e se reduzem a laços momentâneos, frágeis e volúveis, num mundo cada vez mais dinâmico e veloz.

A propósito, observamos essa liquefação tanto em espaços físicos quanto, sobretudo, nos digitais, dado que “o contato face a face é substituído pelo contato tela a tela dos monitores; as superfícies é que entram em contato [...]” (BAUMAN, 2013, p. 27).

Em meio a esse contexto de liquidez e de predominância do uso das TDICs, sob o olhar antropológico, Albagli (2007) verifica que profundas reconfigurações estão ocorrendo: aumento da fragmentação das identidades, da aceleração da compreensão espaço-tempo e da volatilidade. Complementa afirmando que o aumento da imaterialidade e da sua importância na atualidade corresponderia ademais ao aumento do espaço virtual. Este, ao permitir a ubiquidade, redefine a capacidade de reestruturação dos conteúdos que existem nos espaços sociais, mesmo que apenas potencialmente. A autora descreve também que o avanço tecnológico gera uma tensão entre continuidade e descontinuidade e entre utopias e distopias.

Fernando Ilharco, a partir de um plano filosófico, pondera que desponta-se um novo tipo de informação: a informação digital, a qual é entendida como:

[...] informação gerada, gerida, manipulada, armazenada, distribuída pela tecnologia. Ela surge como uma nova aproximação de topo ao homem e ao mundo, isto é, como um novo paradigma, no âmbito do qual se visa descrever e entender não apenas aquilo no qual o homem hoje está emerso, a informação tecnológica [informação digital], mas sob esse pretexto e no âmbito desse fenômeno de investigar e questionar os próprios fundamentos do que é, do que existe e do que somos nós, homens no mundo. (ILHARCO, 2003, p. 17).

Sendo a informação o objeto de estudo da CI, Stock e Stock (2015) asseguram que, desde o advento da internet e da informação comercial e industrial, amplas áreas do conhecimento humano estão acessíveis preponderantemente de forma digital, o que implica que o tema nuclear da CI volta-se para a informação digital.

Sendo cada dia maior o crescimento do uso das tecnologias digitais na sociedade e, obviamente, de cada vez mais informação digital, Kohn e Moraes (2007, p. 5, grifo nosso) expõem que:

A sociedade transita hoje no que se convencionou denominar **Era Digital**. Os computadores ocupam espaço importante e essencial no atual modelo de sociabilidade que configura todos os setores da sociedade, comércio, política, serviços, entretenimento, informação, relacionamentos. Os resultados desse processo são evidentes, sendo que essas transformações mudaram o cenário social na busca pela melhoria e pela facilitação da vida e das práticas dos indivíduos.

Neste ponto de vista, discorreremos que a informação digital hoje é um insumo fundamental para o desenvolvimento social, político e econômico dos países, como também apontamos que a informação se tornou um fator relevante para o desenvolvimento humano na pós-modernidade.

Rifkin (2000) argumenta que a era da informação é igualmente chamada de a “era do acesso”, sendo a produção, distribuição e acesso à informação o centro da nova economia da nossa sociedade.

Frohmman (1995, p. 13, tradução nossa), por sua parte, destaca ainda que:

As investigações de como a informação digital é materializada por meio de sua imersão em tecnologias de processamento de informação eletrônica levam diretamente às características públicas, sociais, políticas, econômicas e culturais da informação – o que tem

sido reconhecido como central para o estudo da informação.

Para o autor, é o documento digital que “desafia o cenário tradicional da disseminação da informação, [...] porque a intencionalidade, característica essencial do cenário tradicional, está ausente na geração de um vasto conjunto de enunciados digitais” (FROHMANN, 1995, p. 11, tradução nossa).

A tecnologia digital transforma o *status quo* da informação à medida que amplifica o seu raio de ação, atingindo, dessa maneira, as formas de uso que implicam em mudanças nos traços social, material e público da informação.

Coelho (2011) comenta que, pela primeira vez na história dos meios de comunicação, não há obstáculos para a publicação de informação em escala global, uma vez que todo e qualquer indivíduo se tornou um potencial produtor de informação. Associadamente, não há nenhum tipo de controle de conteúdo ou interferência por parte de indústrias de comunicação ou grandes corporações de mídia.

Consoante a autora, portanto, há um espaço essencialmente livre. No entanto, trazendo para a realidade atual, isso mudou um pouco, devido às novas políticas de redes sociais como o *Facebook* e *Twitter*, por exemplo, em que há algumas restrições sobre a publicação de conteúdo, para minimizar a propagação de notícias falsas e discurso de ódio. Essa suposta liberdade apontada por Coelho (2011) está mudando. Produzir pode ainda ser visto como algo livre, publicar não.

O sujeito deixa de ser um simples espectador e passa a ter possibilidade de ser também autor na troca de informação e, especialmente, nas interpretações dos acontecimentos do mundo. As informações não são mais disponibilizadas verticalmente, de tal forma que elas poderiam ser exclusivamente aceitas ou não pelo sujeito espectador, o qual, num cenário anterior, detinha meramente o poder de discordar ou não em conversas com outros espectadores e/ ou enviar mensagens aos emissores, que poderiam ou não ser respondidas ou publicadas, sendo disponibilizadas ou não a outros sujeitos.

Na atualidade deste século XXI, com o advento da Web 2.0¹, os indivíduos

¹ Entendida como uma nova fase de desenvolvimento da Web que se caracteriza por seu aspecto social, interativo e colaborativo na criação, transformação, organização, difusão e uso da informação. Na Web 2.0 os usuários utilizam as tecnologias disponíveis para colocar

deixam de ser unicamente consumidores e passam a ser produtores, transformado-se em *prosumers*. Além disso, as respostas que antes eram enviadas/recebidas de forma assíncrona, são hoje imediatas e não possuem controle de postagem. Ou seja, as interferências dos *prosumers* podem se propagar e desviar o rumo inicial da discussão (COELHO, 2011). Pontuamos, até mesmo, que numerosos movimentos e mídias têm se apropriado do espaço da internet para a constituição de uma “nova esfera pública”.

Oliveira (2012, p.65) analisa que:

A internet mudou completamente o rumo das relações sociais em todo o mundo e tornou-se uma poderosa ferramenta de organização política da sociedade. A criação de sites de compartilhamento proporcionou a milhares de usuários não apenas um maior acesso à informação, mas também à produção de conteúdo de diversos tipos por parte de qualquer cidadão. Em decorrência disso, passou-se a utilizar as redes para criticar regimes autoritários, lutar pelos direitos humanos e por liberdade de expressão.

Brisola (2016), avaliando este posicionamento de Oliveira (2012), evidencia a necessidade de se entender que a internet mudou completamente o curso das relações sociais é hiperbólico. Outrossim, em conformidade com a autora, assegurar que a produção de conteúdo ou qualquer informação está ao dispor de qualquer cidadão vai de encontro com a realidade da exclusão digital. Esta, por sua vez, diz respeito às consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual do acesso a computadores e internet (SORJ; GUEDES, 2005).

No contexto da sociedade do século XXI, compreendemos que a internet ultrapassa as fronteiras geográficas, transcende o espaço físico, favorece o diálogo direto e cria um ambiente de discussão para além das barreiras culturais.

Identificamos, sob este enquadramento, que os processos colaborativos são características marcantes da sociedade hodierna, em razão de que a “economia industrial de informação” que dominou a economia no século passado hoje se transfigurou para a “economia interconectada da informação” (BENKLER, 2006).

A internet é, em suma, um espaço que viabiliza a liberdade de pensamento e

em ação uma cultura de participação social sem fronteiras (O'REILLY, 2005).

sua estrutura rizomática possibilita uma comunicação livre que não assegura controle. Essa “liberdade” na prática comunicacional oportuniza o fomento da diversidade cultural, do pluralismo de ideias e da democratização dos debates públicos sobre os mais diversos assuntos na sociedade.

Mas, em concordância com Silva (2019), as novas composições que a internet tem assumido de maneira mais acentuada nos últimos dez anos, notadamente nas redes sociais *online*, projetou novos desafios a variados setores da vida social, impactando noções clássicas de política, cultura, economia, tecnologia, informação, comunicação e sociabilidade.

Nesse temporal de mudanças, nem mesmo o conceito de verdade saiu ileso. Embora ele seja suscetível a leituras nos mais diversos campos do conhecimento, sua problematização chegou a um ponto crítico por via do que vem sendo chamado de era da pós-verdade.

É uma época na qual decisões baseadas em apelos emocionais são mais importantes do que aquelas fundamentadas por fatos objetivos (SILVA, 2019), fazendo com que as pessoas muitas vezes aceitem determinadas mentiras que são propagadas se elas forem ao encontro de suas crenças.

A neurociência embasa esse tipo de constatação ao concluir que nosso cérebro tem uma maior tendência a aceitar algo se a mensagem recebida confirmar nosso ponto de vista (BARR, 2019).

No debate dentro da Ciência da Informação, Araújo (2021) reflete que, diferentemente de outros períodos da história, em que seria difícil ou impossível checar se uma informação é verídica, hoje, com acesso fácil e instantâneo a tecnologias e possibilidades de verificar a veracidade de uma informação, uma significativa parcela da população poderia sim checar a informação recebida. No entanto, mesmo com essa alternativa, muitas dessas pessoas não o fazem. Elas aceitam como real, repassam, compartilham e se apropriam de informações sem se preocuparem se aquilo se trata de um fato ou não. O autor supracitado aponta, portanto, que esse desdém, esse desinteresse pela verdade, numa realidade com tanto acesso à informação, é o fato novo que ampara a expressão “pós-verdade”.

A propósito, o Dicionário Oxford Languages [2016] elegeu o termo “pós-verdade” como a palavra-chave do ano de 2016. Desta forma, o dicionário

inglês descreve o conceito como “[...] um adjetivo definido que denota circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que o apelo à emoção e à crença pessoal.” (OXFORD LANGUAGES, tradução nossa, [2016]).

O verbete foi escrito por um comentarista cultural convidado, Neil Midgley, que apontou que o conceito de pós-verdade existe desde a década passada, mas o *Oxford Languages* viu um pico de frequência do termo no ano de 2016 em meio ao contexto do referendo sobre a União Européia (Brexit) no Reino Unido e da eleição presidencial nos Estados Unidos (DODEBEI, 2021).

É interessante pontuar que a expressão "pós-verdade" traz à tona uma expansão para o significado do prefixo "pós". Em seu caso em específico, o "pós" da "pós-verdade", em vez de simplesmente fazer referência ao tempo após uma situação ou um evento em particular (como no pós-guerra ou pós-correspondência, por exemplo), o prefixo em "pós-verdade" tem um significado como pertencer a um tempo no qual a ideia de verdade tornou-se sem importância ou irrelevante (OXFORD LANGUAGES, [2016]).

Seguindo esse entendimento e a concepção, através dessas discussões, da construção de verdades individuais a partir das mídias digitais, Han (2013, p. 35) coloca que "A comunicação digital se caracteriza pelo fato de que informações são produzidas, enviadas e recebidas sem mediação. Elas não são mediadas e filtradas, e a instância interventora é cada vez mais dissolvida". Há a impressão, por conseguinte, de que o protagonismo não vem mais da notícia do jornal ou da informação trazida por um especialista, mas sim do internauta que é o produtor da informação.

Como pontua Moraes (2020), os indivíduos raramente recebem informações passivamente. Cada um deles interpreta as informações recebidas com seu próprio ciclo sociocultural, posições políticas e experiências pessoais. A autora completa dizendo que os tipos de informações que consumimos e as maneiras pelas quais as entendemos são impactadas significativamente por nossa identidade subjetiva e pelos grupos aos quais nos associamos.

E ainda observamos que, nesse contexto da pós-verdade, as pessoas procuram e consomem conteúdos não apenas para se informarem, mas também

para se sentirem conectadas aos seus semelhantes, buscando uma sensação de pertencimento ao se associarem a uma determinada identidade. É uma espécie de performance como se nada precisasse de fato ser aprendido, mas sim que uma visão particular do mundo precisa ser retratada e confirmada.

Araújo (2021), por sua vez, entende a pós-verdade como uma condição na qual atitudes de desinteresse e mesmo desprezo pela verdade se naturalizam, se disseminam e são até mesmo estimuladas. Nesse ínterim, ele compreende a pós-verdade como uma "cultura", principalmente levando em consideração a forma como as tecnologias digitais mudaram de maneira decisiva a relação das pessoas com a informação. Entre essas mudanças, segundo Araújo (2021), há dois pontos importantes:

a) a informação pervasiva: informação enquanto processo presente em todas as nossas atividades (profissionais, empresariais, culturais, educacionais, esportivas, médicas, amorosas, *etc*) em uma escala inédita, no tocante a aparelhos ou dispositivos tão diferentes como computadores, telefones celulares, casas, carros e outros objetos.

b) o fenômeno conhecido como *big data*, que se concatena não apenas com o grande volume de produção de informação e do impacto dessa informação na nossa vida, mas também com a maneira como a informação é produzida. Isto é, cada vez mais, há conjuntos de dados gerados de maneira não intencional e não programado pelas pessoas. Opera-se agora mais do que nunca com a própria lógica de funcionamento dos motores de busca e das redes sociais, utilizando determinados critérios e provocando certos efeitos.

Essas dimensões acabam, conseqüentemente, atuando para a criação de um ambiente favorável à proliferação de mentiras, confusão e falta de confiança.

À vista dessas discussões, entendemos que a situação corrente da era da pós-verdade ampara-se fundamentalmente na desinformação, que é marca do ambiente digital, tendo como causa, entre outras, a criação e o compartilhamento massivo de informações falsas, difundidas predominantemente por intermédio de redes sociais *online*. Eis aí o retorno do termo desinformação que Volkoff (1986, p. 167-168) traz desde 1949 no dicionário soviético, pelo termo russo

“dezinformatsiya”, cujo conceito é “a ação de induzir ao erro por meio de informações mentirosas”.

Reforçando essas reflexões, Vilmer, Guillaume e Herrera (2018, p.17) consideram a desinformação como uma temática que acompanha a história da humanidade, desde a Antiguidade, como pode ser observado “nas obras Arthashastra indiana do século IV antes de nossa era, nos Diálogos de Platão e na Retórica de Aristóteles ou ainda mais recentemente, no livro Arte de persuadir de Pascal (1660) ou Arte de ter sempre razão do autor Schopenhauer (1830)”.

Ainda sobre o contexto histórico da desinformação, de acordo com um levantamento feito pela organização *International Center for Journalists* no estudo “*A Short Guide To History of Fake News*”, publicado em julho de 2018, o uso da desinformação como ferramenta para a manipulação da opinião pública tem seus primeiros registros datados do século IV a.C. Seu alcance foi ampliado pela criação da imprensa, inventada pelo grafista alemão Johannes Gernsfleisch Gutenberg, que, a contar de 1493, revolucionou a produção e o acesso a conteúdos escritos ou grafados (ARRUDA; TADEU, 2020). Hoje em dia, com a internet, seu alcance é deveras maior.

O livro, “Pequena história da desinformação”, publicado em 1986 por Vladimir Volkoff, chama atenção para esse conceito, afirmando que “os soviéticos foram os primeiros a utilizá-lo e que o referido termo é mal empregado, pois o prefixo 'des' significa que se desfaz alguma coisa que foi feito. Por exemplo, 'despir-se' é remover roupas, 'desinformar' não é desfazer informações, porém, estar dando informações falsas.” (VOLKOFF, 1986, p. 22, tradução nossa). Ele conceitua desinformação como sendo “uma manipulação de opinião pública; com fins políticos externos ou internos, com uma informação, verdadeira ou falsa, tratada por meios falsos” (Idem, p. 17, tradução nossa).

O autor diz ainda que o conceito desinformação aporta três características fundamentais, a saber:

- a) manipulação da opinião pública: nesse caso, ela não pode ser aplicada a um número limitado de pessoas, porém à opinião pública, de modo geral;
- b) finalidade política de manipulação: usa a opinião pública para alcançar um objetivo real e atender interesses específicos,

entretanto, não é necessariamente com a preocupação de fornecer informações falsas;

c) mascara ou manipula a opinião: seja "para fins políticos e por meios indiretos de processamento de informações", escamoteando algo a fim de " alcançar objetivos específicos (Idem, p. 23).

É importante lembrar que a desinformação também está muito presente nos textos não verbais, a exemplo das imagens. Nesse contexto, Volkoff (1986, p. 24) afirma que ela desempenha papel importante, justamente porque "A imagem atinge a sensibilidade enquanto a palavra atinge apenas o cérebro" e explica essa afirmação dizendo que os sujeitos tendem a observar e resistir a desinformação mais através das palavras do que pelas imagens.

Nos dias modernos, observamos que o conceito de desinformação é adotado para caracterizar o atual momento em que o mundo vivencia a disseminação intensa de conteúdos enganosos em larga escala. A desinformação submete os cidadãos a um universo em que informações comprovadamente falsas ou enganadoras são concebidas para expor e disseminar uma atmosfera distorcida da realidade.

Capurro e Hjørland (2007) buscam abordar a maioria dos contextos em que a informação acontece investigando seus muitos significados dentro dos seus pontos relacionados às multi, pluri e interdisciplinaridades. Os autores evidenciam que a diferenciação mais importante acerca do conceito de informação é na qualidade de objeto ou coisa (dados de máquina, descrições objetivos) e informação enquanto signo (subjetiva, interpretativa).

Assim sendo, quando a informação não é verdadeira, surge o conceito de desinformação, que é estritamente relacionado ao que se entende por *fake news*. Wardle e Derakhshan (2017) elucidam que um mapa do *Google Trends* mostra que as pessoas começaram a pesquisar o termo "fake news" extensivamente no segundo semestre de 2016. Além do mais, os autores afirmam que o uso do termo é colocado em contextos nos quais há algum tipo de discordância do receptor em relação ao conteúdo repassado. Em virtude disso, percebemos que o termo "fake news" tornou-se problemático e, portanto, devemos evitar utilizá-lo. O termo é inerentemente vulnerável a ser politizado e usado como uma arma contra a indústria de notícias.

Arruda e Tadeu (2020) complementam colocando que a expressão "fake news" é imprecisa, carregando uma ideia ambígua e simplista. Em seu lugar, é recomendável usar os termos informação incorreta ou desinformação (WARDLE; DERA KHSHAN, 2017).

Então, é importante ter noção clara do que diferencia esses dois últimos conceitos mencionados. Fallis (2010) pontua que mentira e engano estão relacionados ao contexto de informação imprecisa/ incorreta (*innacurate*) e enganosa/ ilusória (*misleading*). Neste sentido, refere-se à *misinformation* (informação incorreta) como um engano que se origina da fonte emissora de forma não proposital, algo como um "erro honesto". Diferenciando-se, por conseguinte, do conceito de *disinformation* (desinformação), que é quando há a intenção deliberada da fonte em enganar. Como a desinformação é produzida com a intenção de não ser identificada desta forma, torna-se mais difícil sua identificação, o que favorece cada vez mais a um ambiente de caos informacional.

Assinalamos ainda que a desinformação é uma forma particularmente problemática de informação. É a informação que desinforma, que visa alienar, que não acontece ao acaso (MOURA; FURTADO; BELLUZZO, 2019).

Wardle e Derakhshan (2017) colocam que "informação incorreta" refere-se a uma informação falsa que a pessoa que está divulgando acredita que seja verdadeira. Por outro lado, desinformação é uma mentira intencional e deliberada, resultando em indivíduos sendo ativamente desinformados por pessoas maliciosas.

Os autores supracitados ainda trazem uma terceira categoria, que a denomina como "má-informação", que significa que a informação trazida é baseada na realidade, todavia é usada para causar danos a uma pessoa, organização ou país.

As três categorias (informação incorreta, desinformação e má informação) seriam particularidades de uma desordem informacional, que se diferenciam e, ao mesmo tempo, se cruzam, vejam-se na Figura 4.

Figura 4 - As três categorias da desordem informacional



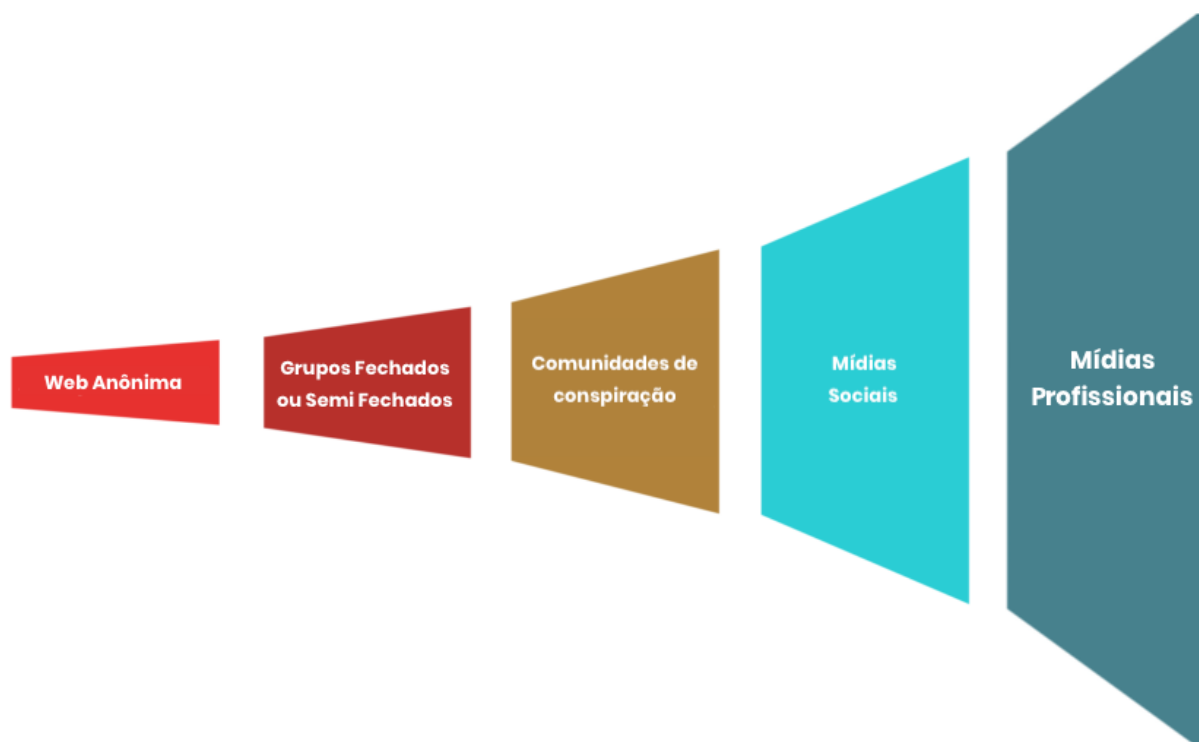
Fonte: Wardle e Derakshan (2019)

Em harmonia com a Figura 4, a desinformação seria, portanto, um cruzamento da informação incorreta e da má-informação.

Para melhor delimitação desta pesquisa, amparando-se na abordagem da Entidade Reguladora para Comunicação Social da União Europeia (2019), foi adotado como conceito operacional de desinformação uma informação total ou parcialmente falsa, que é passível de verificação e que pode ser usada para obter vantagens econômicas e/ ou para causar prejuízo público, abrangendo ameaças aos processos políticos democráticos, à saúde, ao ambiente e à segurança. Enfatizamos a característica de ser uma informação que pode ser verificada para fugir do escopo das informações que se enquadram como opiniões, visto que estas, por serem de natureza pessoal, muitas vezes não são verificáveis.

No seguimento da discussão, a Figura 5 mostra o desenvolvimento da desinformação e o alcance que ela tem em diferentes plataformas. Sua forma lembra um trompete, fazendo com que o crescimento da reprodução e da distribuição da desinformação de uma plataforma para outra seja chamado por Wardle (2018) de "trompete da desinformação".

Figura 5 - Trompete da desinformação



Fonte: Adaptado de Wardle (2018)

Esse diagrama simplificado evidencia o percurso que a desinformação geralmente leva, como uma maneira de iniciar e proliferar mentiras. A desinformação, no geral, começa na web anônima (plataformas como *4chan* e *Discord*), passa para grupos fechados ou semifechados (grupos de DM do *Twitter*, grupos do *Facebook* ou *WhatsApp*), para comunidades de conspiração nos fóruns do *Reddit* ou nos canais do *YouTube* e, em seguida, nas redes sociais abertas como *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*. Neste momento, ela geralmente se move para a mídia profissional. Isso pode acontecer quando uma informação ou conteúdo falso é incorporado em um artigo ou citado em uma história sem verificação adequada. Mas também pode ser quando uma redação decide publicar um desmembramento ou expor a fonte principal de uma conspiração. De qualquer maneira, nestes cenários os agentes de desinformação venceram. A amplificação, em qualquer cenário, era seu objetivo em primeiro lugar (WARDLE, 2018).

Wardle (2017) argumenta que é fundamental entender a função ritualística da comunicação. Em vez de simplesmente pensar no processo da comunicação como

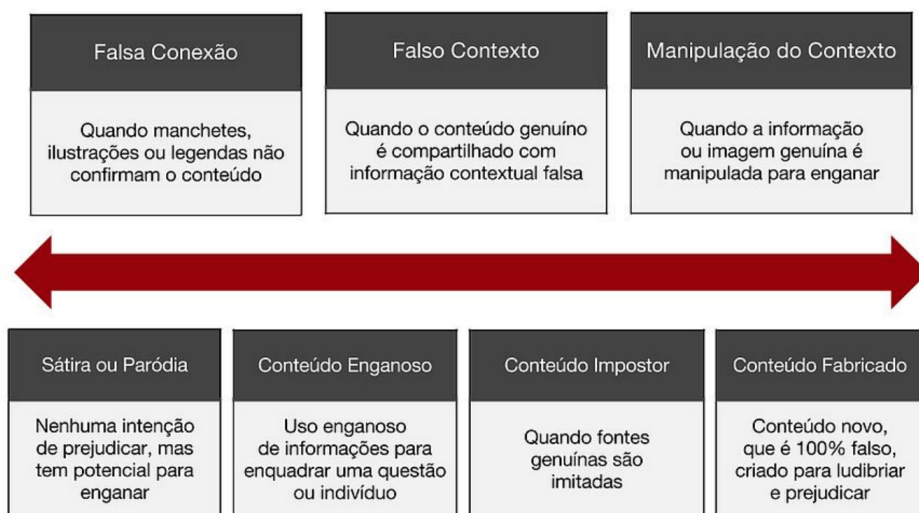
a transmissão de informações de uma pessoa para outra, deve-se reconhecer que a comunicação desempenha um papel fundamental na representação de crenças compartilhadas. Não é somente informação, mas um retrato das forças em disputa no mundo.

De fato, o conteúdo problemático mais bem-sucedido é aquele que toca nas emoções das pessoas, despertando sentimentos de superioridade, raiva ou medo. Isso ocorre porque esses fatores impulsionam o compartilhamento entre as pessoas que desejam se conectar com suas "tribos".

Quando a maioria das plataformas sociais é projetada para as pessoas se socializarem por meio de curtidas, comentários ou compartilhamentos, é fácil entender o porquê do conteúdo emocional viajar tão rápido e amplamente, ainda que se perceba certa explosão nas organizações quanto à verificação de fatos.

No que tange a classificação dos diferentes tipos de desinformação, Wardle (2017), ao se referir ao ecossistema da desinformação, cita diferentes tipos de notícias falsas, que vão da sátira a conteúdo 100% enganoso, visto na Figura 6.

Figura 6 - Ecossistema da desinformação



Fonte: Adaptado de Wardle (2017)

Para a pesquisadora Wardle (2017), a desinformação classifica-se em sete categorias: falsa conexão, falso contexto, manipulação de conteúdo, sátira ou paródia, conteúdo enganoso, conteúdo impostor e conteúdo fabricado.

Julgamos importante esclarecer o ponto que menciona a sátira ou a paródia como um conteúdo que tem potencial para ser desinformação, até porque na grande maioria das vezes esse tipo de texto não é construído originalmente com a intenção de enganar. A razão pela qual a ironia utilizada nesse tipo de informação ser um ferramenta que pode gerar desinformação é porque, apesar de à primeira vista as pessoas conseguirem observar a mensagem irônica, à medida que ela é compartilhada novamente, mais pessoas podem perder a conexão com a mensagem original e, conseqüentemente, não conseguir enxergá-la como sátira, fazendo com que essa determinada informação seja interpretada de maneira equivocada.

Essas classificações são essenciais para entender o fenômeno da desinformação porque é bem raro que tenhamos absoluta certeza de que algo é verdade e 100% de certeza de que algo é completamente falso. A maioria das informações se espalha dentro de um espectro. Portanto, a depender de quem seja o produtor, o emissor ou receptor, nunca haverá o mesmo entendimento por parte desses sujeitos.

Enfatizamos que a disseminação da desinformação pode ser atribuída a várias razões diferentes, porém uma das principais é que as mentiras têm uma vantagem óbvia em relação às informações corretas: as informações erradas são moldadas para provocarem o interesse de seus potenciais interlocutores. A desinformação pode ser projetada para atrair mais as preferências subjetivas do usuário do que as informações verdadeiras.

Sobre essa temática, ressaltamos a pesquisa de Acerbi (2019), que aborda o alastramento da desinformação apoiado numa perspectiva da evolução cultural e da antropologia cognitiva. O autor usa a ideia de que certas preferências cognitivas gerais tornam mais provável que alguns traços culturais sejam bem-sucedidos em relação a outros, tornando-os mais atraentes e memoráveis. Em seu estudo, o autor aponta que informações com características relacionadas a ameaças, ao sexo, a conteúdos que fogem do que é acreditado no geral como intuitivo, ao nojo, às interações sociais/ fofocas e à política são vistas como informações que tem uma alta potencialidade de atraírem para leitura e, por consequência, levarem à crença de que se tratam de informações verdadeiras que devem ser compartilhadas.

Sob o viés da psicologia, Shane (2020) elenca os fatores que nos tornam mais vulneráveis à desinformação, conforme pode ser visto no Quadro 6.

Quadro 6 - Fatores que tornam as pessoas mais vulneráveis à desinformação

Fator	Definição
Avareza cognitiva	O sujeito prefere maneiras mais simples e fáceis de resolver os problemas, saídas que requerem menos reflexão e menos esforço mental.
Teoria do processo duplo	Essa teoria fala como o processamento automático aumenta o risco de desinformação por levar a julgamentos rápidos e fáceis que parecem certos, mas não são.
Heurísticas	São indicadores que o indivíduo usa para fazer julgamentos rápidos que os levam a conclusões incorretas. É quando ele prontamente acredita em conteúdos repostados por quem ele confia.
Dissonância cognitiva	É a experiência negativa que a pessoa tem quando se depara com informações que contradizem suas crenças.
Viés de confirmação	O sujeito tende a acreditar em informações que confirmem suas crenças e a rejeitar tudo que possa as contradizer.
Raciocínio motivado	É quando o indivíduo usa sua habilidade de raciocínio para acreditar no que querem acreditar, em vez da verdade.
Ignorância pluralista	É uma falta de entendimento real sobre o que as outras pessoas pensam e acreditam. É capaz de levar o sujeito a pensar incorretamente que suas visões políticas são populares, quando na verdade não são.
Efeito da terceira pessoa	Significa que muitas vezes a pessoa subestima suas vulnerabilidades e não toma ações apropriadas porque tende a se assumir que a desinformação afeta outros indivíduos mais do que a ele mesmo.

Fluência	Refere-se a facilidade com que o sujeito processa as informações. É mais provável que as pessoas acreditem que algo é verdadeiro se puderem processá-lo com fluência.
Receptividade da besteira	Tem a ver com a ideia de que somos receptivos a informações que têm pouco interesse na verdade.

Fonte: Adaptado de Shane (2020)

Podemos considerar que esses fatores são atalhos mentais, confusões e ilusões que nos incentivam a acreditar em coisas que não são verdadeiras. Podendo, inclusive, nos dizer muito sobre como evitar seus efeitos nocivos.

Um complemento interessante sobre o assunto é trazido por Brashier e Schacter (2020) quando chamam a atenção para a falta de educação midiática e digital, dando ênfase aos idosos como uma população que não tem familiaridade com as novas tecnologias de um mundo que muda o tempo todo, apresentando-se como um grupo bastante predisposto a acreditar mais na opinião de pessoas dos seus círculos afetivos.

Apresentado todo esse contexto, retomamos o paralelo da “Sociedade da Informação” com a “Sociedade da Desinformação”.

Pinheiro e Brito (2014, Não Paginado) anunciam que a Ciência da Informação, ao não investigar a desinformação, compromete o próprio entendimento sobre o que seja a informação. Igualmente, “[...] a Ciência da Informação deve considerar a informação e a desinformação como objetos complementares de estudo [...]”.

Em concordância com o Relatório da Comissão Europeia, produzido em Bruxelas, em 26 de abril de 2018, intitulado “*Tackling online disinformation: an European Approach*”, a proliferação da desinformação tem causas econômicas, tecnológicas, políticas e ideológicas interligadas. O documento aponta que a propagação da desinformação é sintoma de um conjunto de fenômenos que afetam as sociedades que enfrentam rápidas mudanças, a saber: a insegurança econômica, o aumento do extremismo e as mudanças culturais que, logo, geram ansiedade e proporcionam um terreno fértil para campanhas de desinformação que fomentam

tensões sociais, polarização e desconfiança.

O relatório menciona ainda as tecnologias representadas pelas redes sociais *online*, que, quando utilizadas de forma inadequada, são manipuladas de modo a propagar a desinformação, tanto pelo mau uso dos seus recursos disponíveis, quanto por meio de mecanismos baseados em algoritmos, como no comportamento dos indivíduos habituados em disseminar conteúdos sem verificação prévia (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

Sobre o processo de desinformação, de modo geral, Demo (2000) avalia que este seria um fenômeno natural da comunicação humana, visto que nossos sentidos são limitados na captação das informações, que estão sujeitas a serem assimiladas conforme nossos interesses. No entanto, o autor adverte que a desinformação perigosa é aquela advinda da manipulação excessiva e que, à vista disso, é imprescindível preservar e estimular o senso crítico perante os processos de controle informacional.

A atual emergência da desinformação sugere que a leitura e a interpretação perderam seu poder de criticidade, promovendo uma mecanização no comportamento dos sujeitos no tocante à informação, de tal forma que acabam se tornando replicadores de uma “poluição informacional” (LEITE; MATOS, 2017).

Francisco (2004) alerta que, no caso de países como o Brasil, em que a era virtual chegou sem que tivesse sedimentado uma tradição letrada, a situação adquire um acento ainda mais dramático.

A edição de 2018 do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) revelou que três entre cada dez brasileiros têm limitação para ler, interpretar textos, identificar ironia e fazer operações matemáticas em situações da vida cotidiana e, por conseguinte, são considerados analfabetos funcionais. Eles hoje representam praticamente 30% da população entre 15 e 64 anos, mas o grupo já foi bem maior: em 2001, chegou a 39%. (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018a).

O INAF classifica os níveis de alfabetismo em cinco faixas: analfabeto (8%) e rudimentar (22%) (que formam o grupo dos analfabetos funcionais); e elementar (34%), intermediário (25%) e proficiente (12%) (que ficam na classificação de funcionalmente alfabetizados), como mostra o Quadro 7.

Quadro 7 - Alfabetismo no Brasil em 2018

Grupos	Níveis	Quantidade
Analfabetos funcionais	Analfabeto	8%
	Rudimentar	22%
Funcionalmente alfabetizados	Elementar	34%
	Intermediário	25%
	Proficiente	12%

Fonte: Adaptado de Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro, 2018a.

Em conformidade com a pesquisa do INAF, mesmo com suas dificuldades, os analfabetos funcionais são usuários frequentes das redes sociais. Entre eles, 86% usam *WhatsApp*, 72% são adeptos do *Facebook* e 31% têm conta no *Instagram*. (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018b).

Complementamos exibindo, mediante Figura 7, quais são as principais plataformas utilizadas para a manipulação nas mídias sociais no que diz respeito à atividade de *Cyber Troops*².

² São ferramentas utilizadas para manipular conteúdos nos meios de comunicação social para orientar a opinião pública, espalhar desinformação e minar o senso crítico, de acordo com a Universidade de Oxford (2016).

Figura 7 - Plataformas utilizadas para a manipulação nas mídias sociais através de *Cyber Troops*



Fonte: Bradshaw e Howard (2019)

Conforme podemos observar, no contexto mencionado, o Brasil é o país que mais manipula informação por meio do *WhatsApp*. No caso do *YouTube*, por sua

vez, o Brasil aparece em segundo lugar. Inferimos, então, o grande alcance da desinformação incluso nessas mídias.

Acentuamos que o alto índice do uso do *WhatsApp* revela que o brasileiro aderiu integralmente a esta rede social, até porque é uma plataforma gratuita que substituiu o SMS, que é cobrado pelas operadoras de telefonia celular. Além disso, o *WhatsApp* permite a criação de grupos fechados com várias pessoas (que pertencem, na maioria das vezes, a um círculo de confiança), o que problematiza ainda mais a gravidade da circulação de informações enganosas e manipuladoras.

Apesar de grande parcela da população usar o *WhatsApp*, ninguém foi treinado para isso, assim como não foi para nenhuma outra mídia social. Cada um, portanto, propaga as informações que recebe da forma que consegue compreender.

Um dos reflexos do baixo nível de alfabetismo no contexto digital é que essas pessoas ficam mais vulneráveis à desinformação, especialmente em formato de memes, imagens manipuladas e usadas em contexto falso.

Evidentemente, de acordo com Francisco (2004, p. 1), esse quadro delineado em rápidas pinceladas implica em graves consequências para a educação, a cultura e a democracia:

Se a leitura e os livros sempre foram instrumentos essenciais para o desenvolvimento da reflexão, da imaginação, do domínio da linguagem e do exercício do senso crítico, eles adquirem uma relevância ainda maior no contexto de uma sociedade da informação, marcada por inovações tecnológicas vertiginosas, pulverização das mensagens, dispersão das fontes de conhecimento, império do mercado e das dissimulações do marketing.

Os dados apresentados pelo INAF 2018 testemunham essa colocação trazida pelo autor. Além do mais, mostram que, nesses tempos atuais de grande adoção das TDICs, há cada vez mais a necessidade de implementar e fortalecer estratégias que combinem políticas públicas e iniciativas da sociedade civil, que sejam capazes de assegurar a incorporação de crescentes parcelas de brasileiros à cultura letrada, à sociedade da informação, à cidadania plena, à participação social e política e ao leque de oportunidades de trabalho digno, responsável e criativo (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018a).

Na mesma linha de pensamento, Murriel-Torrado (2020) afirma que, para haver desinformação, é preciso ter um ambiente propício para desinformar. E, para isso, a melhor maneira é fragilizar a educação, deixando de lado valores relacionados ao humanismo, como a ciência, a filosofia e a verdade. Precarizam-se as possibilidades dos cidadãos para que estes pensem e critiquem o menos possível.

Dentre as ações para combater a desinformação, o Relatório da Comissão Europeia preconiza a promoção da educação e da Competência Infomidiática, acreditando que o desenvolvimento vitalício de competências críticas e digitais, especialmente para os jovens, é fator crucial para reforçar a resistência da sociedade à desinformação. O quadro de competências digitais para os cidadãos, desenvolvido pela Comissão, apresenta o amplo agrupamento de competências necessárias a todos, desde a competência em informação, passando pela criação de conteúdos digitais, até à segurança e bem-estar nas redes (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

No contexto da Ciência da Informação, Pinheiro e Brito (2014) corroboram com os elementos apresentados no relatório supracitado. Os autores indicam que a falta de informação desencadeia a desinformação e a ausência de cultura ou da competência em informação impossibilita que o usuário localize e avalie por si mesmo a informação que necessita, não alcançando, à vista disso, suas próprias conclusões.

Cabe trazer mais uma vez Francisco (2004), que defendendo que, embora estejamos armados com um poderoso arsenal de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, uma Sociedade da Informação que produz uma legião de analfabetos funcionais, portanto sem capacidade de crítica sobre as informações que recebem e compartilham, está fadada a se transformar numa Sociedade da Desinformação.

Em meio a esse debate, é válido dar um pouco de ênfase à relação entre a desinformação e duas outras categorias importantes quando se discute a perda da reflexão e da análise, dando espaço quase que somente às crenças pessoais e aspectos morais, quais sejam: a verdade e a pós-verdade.

5.1 Desinformação, verdade e pós-verdade

Conforme estamos discutindo, percebemos que, ante o grande fluxo informacional, existe uma predisposição do indivíduo de não estabelecer uma consciência crítica sobre as informações que chegam até ele, acreditando, muitas vezes, naquilo que convém. Como declara o filósofo Jacques Derrida, citado por Safatle (2018, p.127), “[...] posso ouvir suas considerações, posso levar em conta o que você tem a dizer, mas desde que você fale a minha língua.”

Vemos que este tipo de pensamento “é, de certo modo, cômodo, tendo em vista que é muito melhor abraçar crenças e posicionamentos a ter que transgredir valores, [...] [sendo] um processo dolorido que requer muita maturidade”, como apontam Mello e Martínez-Ávila (2021, p. 116).

Nessas assimilações, é inevitável se questionar sobre o que pode levar certas pessoas a acreditarem mais em uma desinformação, motivadas por crenças pessoais, do que em uma informação baseada em critérios de cunho científico. É um questionamento complexo e que para essa pesquisa compreendemos ser necessário trazer à tona, à luz da discussão sobre o fenômeno da pós-verdade e das concepções de verdade.

Sobre a pós-verdade, McIntyre (2018) associa alguns fatores que estão correlacionados com o fenômeno. O primeiro fator, de acordo com o autor, é o **negacionismo científico**, cujo objetivo não é provar o contrário das evidências científicas, mas sim disseminar a dúvida e, conseqüentemente, gerar confusão e controvérsia.

O segundo relaciona-se com algumas **características cognitivas** dos seres humanos - viés de confirmação ou dissonância cognitiva. Já é sabido que a mente humana tem uma tendência de recusar os fatos ou ideias que vão de encontro a suas crenças, buscando sempre o conforto psíquico.

O terceiro fator vincula-se com a **desintermediação da informação**, isto é, a diminuição da influência dos meios de comunicação tradicionais à medida em que conteúdos compartilhados por anônimos nas mídias sociais, que não possuem lastro institucional, ganham cada vez mais espaço. Araújo (2021) fala que esse fator une-se às características cognitivas humanas, pois as pessoas estão dispostas a

acreditar no que for para confirmar suas opiniões.

O quarto fator aponta o **crescimento das redes sociais** como forma preferida de acesso às informações do mundo por parte das pessoas, fortalecendo a disseminação subterrânea da informação e criando o efeito bolha através da personalização dos filtros.

O quinto e último conecta-se com um fenômeno diretamente relacionado à verdade, o **sequestro**. Uma parcela de grupos políticos e econômicos arrebatam uma ideia bastante defendida pelo movimento intelectual da pós-modernidade: não existe uma única verdade, havendo interpretações diversas sobre o que é o real, dependendo do sujeito ou do ponto de vista. Esse argumento direcionou a posturas relativistas, sustentando a visão de que defender algo como verdade absoluta seria um ato de violência.

Sendo assim, em torno sobretudo deste derradeiro fator, julgamos relevante refletir sobre o entendimento da verdade, pautando-se no viés filosófico.

Para Chauí (2000, p. 111), "afirmar que a verdade é um valor significa: o verdadeiro confere às coisas, aos seres humanos, ao mundo um sentido que não teriam se fossem considerados indiferentes à verdade e à falsidade".

No desdobramento dessa discussão, Chauí (2000) traça um paralelo entre as concepções da ignorância, da incerteza e da insegurança. A respeito da primeira, a autora fala que a ignorância refere-se a não saber de alguma coisa. Essa ignorância pode ser tão intrínseca que não a percebemos ou a sentimos, ou seja, não sabemos que ignoramos. A autora complementa declarando que:

Em geral, o estado de ignorância se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos para viver e agir no mundo se conservam como eficazes e úteis, de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas, nenhum motivo para desconfiar delas e, conseqüentemente, achamos que sabemos tudo o que há para saber (CHAUÍ, 2000, p. 111).

A incerteza, por sua vez, é diferente da ignorância, pois nela descobrimos que somos ignorantes, assim como que nossas crenças e opiniões parecem não dar conta da realidade. Ao percebermos que existem falhas naquilo que cremos e que por tanto tempo serviu como referência para nossa forma de viver no mundo,

ficamos cheios de perplexidade e somos cobertos pela insegurança (CHAUÍ, 2000).

É possível, porém, que, ao se deparar com o novo e não saber o que pensar ou agir, possamos querer sair do estado de insegurança, perceber nossa ignorância e desejar superar a incerteza. Quando isso acontece, estamos na disposição de espírito chamada busca da verdade, segundo Chauí (2000).

Mesmo parecendo paradoxal, Chauí (2000) afirma que, em nossa sociedade, é muito difícil despertar nas pessoas o desejo de buscar a verdade. Apesar de viver em uma coletividade que acredita nas ciências, que luta pela educação e que recebe constantemente informações dos mais distintos meios de comunicação, a busca pela verdade não é uma regra indubitável. Isso acontece porque:

[...] todo mundo acredita que está recebendo, de modos variados e diferentes, informações científicas, filosóficas, políticas, artísticas e que tais informações são verdadeiras, sobretudo porque tal quantidade informativa ultrapassa a experiência vivida pelas pessoas, que, por isso, não têm meios para avaliar o que recebem (CHAUÍ, 2000, p. 113).

Se buscássemos uma vasta variedade das fontes de informações que existem, seria fácil descobrir que os conteúdos propagados por elas “não batem” uns com os outros, que há vários “mundos” e várias “sociedades” diferentes, dependendo da fonte de informação. Isso criaria perplexidade, dúvida e incerteza. Todavia, as pessoas não podem ter a percepção completa sobre o que está acontecendo na realidade e, por isso, não percebem que, em vez de estarem recebendo informações, estão sendo desinformadas muitas vezes. E, sobretudo, como há outras pessoas (o jornalista, o radialista, o professor, o médico, o policial, o repórter) dizendo a elas o que devem e o que podem saber, fazer ou sentir, confiando na palavra desses especialistas, as pessoas se sentem seguras e confiantes, e não há incerteza, porque há ignorância (CHAUÍ, 2000).

Contudo, essas dificuldades podem sim ter o efeito contrário, ou seja, despertar nas pessoas dúvidas, incertezas, desconfianças e desilusões que as façam desejar conhecer a realidade, começando a indagar sobre os fatos e as pessoas, exigindo explicações, bem como a realidade de pensamento e de conhecimento. Além disso, essa busca pode nascer não somente com base na

percepção da dúvida e da incerteza, mas também da ação deliberada contra os preconceitos, as ideias e opiniões estabelecidas e as crenças que paralisam a capacidade de pensar e agir, de acordo com Chauí (2000).

Chauí (2000) fala que nossa ideia do que é verdade foi construída ao longo dos séculos, a partir de três concepções diferentes, vindas da língua grega, da latina e da hebraica. O Quadro 8 sintetiza essas concepções.

Quadro 8 - Concepções da verdade

Concepções da verdade		
Grego	Latim	Hebraico
Verdade se diz <i>aletheia</i> , significando: não-oculto, não-escondido, não-dissimulado. A verdade é entendida como a manifestação daquilo que é ou existe tal como é . O verdadeiro se opõe ao falso, pseudos, que é o encoberto, o escondido, o dissimulado, o que parece ser e não é como parece. O verdadeiro é o evidente ou o plenamente visível para a razão. A verdade é, portanto, uma qualidade das próprias coisas e o verdadeiro está nas próprias.	Verdade se diz <i>veritas</i> e se refere à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato . Verdadeiro se refere, portanto, a enunciados que dizem fielmente as coisas tais como foram ou aconteceram. Um relato é veraz ou dotado de veracidade quando a linguagem enuncia os fatos reais. A verdade depende, de um lado, da veracidade, da memória e da acuidade mental de quem fala e, de outro, de que o enunciado corresponda aos fatos acontecidos. A verdade não se refere às próprias coisas e aos próprios fatos, mas ao relato e ao enunciado, à linguagem. Seu oposto, portanto, é a mentira ou a falsificação.	Verdade se diz <i>emunah</i> e significa confiança. Agora são as pessoas e é Deus quem são verdadeiros. Um Deus verdadeiro ou um amigo verdadeiro são aqueles que cumprem o que prometem, são fiéis à palavra dada ou a um pacto feito; não traem a confiança. A verdade se relaciona com a presença, com a espera de que aquilo que foi prometido ou pactuado irá cumprir-se ou acontecer . <i>Emunah</i> é uma palavra de mesma origem que amém, que significa: assim seja.

Fonte: Baseado em Chauí (2000)

Vemos, assim, que *aletheia* se refere ao que as coisas são; *veritas* se refere aos fatos que foram; e *emunah* se refere às ações e as coisas que serão. Chauí (2000) esclarece que a nossa concepção da verdade é uma síntese dessas três

fontes e, assim, relaciona-se com as coisas presentes (como na *aletheia*), com os fatos passados (como na *veritas*) e com coisas futuras (como na *emunah*). Além disso, se refere à própria realidade (como na *aletheia*), à linguagem (como na *veritas*) e à confiança-esperança (como na *emunah*).

É necessário explicar que, quando predominar a concepção da ideia da *aletheia*, consideramos que a verdade está nas próprias coisas ou na própria realidade, e o conhecimento verdadeiro é a percepção intelectual e racional dessa verdade. A marca do conhecimento verdadeiro é, por isso, a **evidência**. A visão intelectual e racional da realidade é alcançada, conseqüentemente, pelas operações de nossa razão ou de nosso intelecto (CHAUI, 2000).

Quando predomina, por sua vez, a *veritas*, discorremos que a verdade depende do rigor e da precisão na criação e no uso de regras de linguagem, que devem exprimir, simultaneamente, nosso pensamento e os acontecimentos exteriores a nós e que nossas idéias relatam ou narram em nossa mente. O critério da verdade é dado pela **coerência** interna ou pela coerência lógica das idéias e das cadeias de idéias que formam um raciocínio. A marca do verdadeiro é, então, a validade lógica de seus argumentos, segundo Chauí (2000).

Finalmente, quando predomina a *emunah*, percebemos que a verdade depende de um acordo ou de um pacto de confiança entre os pesquisadores, que definem um conjunto de convenções universais sobre o conhecimento verdadeiro e que devem sempre ser respeitadas por todos. A verdade se funda, portanto, no **consenso** e na confiança recíproca entre os membros de uma comunidade de estudiosos, conforme argumenta Chauí (2000).

Chauí (2000) expõe que existe ainda uma quarta concepção da verdade que se distingue das anteriores porque define o conhecimento verdadeiro através de um critério que não é teórico, e sim prático. Esta é a teoria pragmática, para a qual um conhecimento é verdadeiro por seus resultados e suas aplicações práticas, sendo verificado pela experimentação e pela experiência. A marca do verdadeiro é, então, a **verificabilidade** dos resultados.

Dunker (2018) fala que a pós-verdade prevê uma ruptura entre as concepções de verdade, uma vez que a pós-verdade é antes de tudo uma verdade contextual, que não pode ser escrita, posta no bolso e reapresentada amanhã, como

garantia de fidelidade, compromisso ou esperança gerada pela palavra.

Tiburi (2018) argumenta que ao espectro da verdade pertence o termo pós-verdade. Conceito que coloca em questão o fim da verdade como um valor maior, ou pelo menos coloca em jogo a sua inutilidade. A autora reflete que hoje nos contentamos com muito pouco para explicar o desconhecido. E esse pouco é justamente a pós-verdade. A verdade que podemos aceitar, a que cola, a que vemos circular, a que alimenta a mídia.

Manifestamos que, ao examinar as diferentes concepções da verdade apontadas por Chauí (2000), há uma relação entre o que foi apresentado (evidência, coerência, consenso, verificabilidade) e a ideia do que é verdade científica. Justificamos isso ao entender que a verdade utilizada pelo discurso científico é aquela que:

- a) fundamenta-se nas **evidências** obtidas por meio do discurso científico, embasando-se em um conjunto de elementos utilizados para apoiar ou refutar uma hipótese ou teoria científica;
- b) demanda a necessidade de **coerência** rigorosa entre o que é narrado e os acontecimentos exteriores, utilizando-se da linguagem científica para isso;
- c) depende de um **consenso** da comunidade científica, que se baseia em conjuntos de teorias que a maioria dos cientistas e pesquisadores de uma determinada área aceitam como sendo as melhores nessa mesma área, num dado momento;
- d) entende-se que uma teoria é científica apenas quando o conteúdo de uma hipótese pode ser, pelo menos em princípio, **verificado** pela experiência.

Assegurando-se nesses argumentos e levando em conta as concepções de verdade elencadas anteriormente, esta pesquisa relaciona a ideia de verdade defendida aqui com a compreensão da verdade científica especificamente.

Complementos que a verdade científica, muitas vezes, acaba não sendo para os indivíduos a base para a tomada de suas decisões.

Oliveira (2020) argumenta que as instituições epistêmicas - aquelas que produzem ou disseminam conhecimento, consolidadas em torno de métodos e que se auto-instituem como promotoras da verdade - vêm sofrendo um problema de confiança diante de um fenômeno em que crenças e experiências individuais são

indicadores de pertencimentos sociais, e que podem entrar em conflito com o conhecimento estabelecido através da dúvida, da mediação de controvérsias científicas e a politização da ciência.

Observamos que, se por um lado, existe uma urgência de se comunicar a verdade científica para a sociedade, a fim de que ela seja o alicerce para as tomadas de decisão, empiricamente podemos dizer que há um declínio da confiança nas instituições que se preocupam com essa disseminação. E, assim, a desinformação gerada devido a essa falta de credibilidade na informação científica, que se sustenta em evidências e fatos verificados, têm sido cada vez mais uma das grandes preocupações atuais, especialmente quando diz respeito a assuntos relacionados à informação para saúde, que é o foco central da discussão desta pesquisa.

5.2 Desinformação e Saúde

Na seção anterior, foi abordado, de maneira geral, sobre o papel da desinformação, particularmente, nessa sociedade do século XXI. Aqui, a discussão foca na desinformação no âmbito da saúde, que em tempos atuais, sobretudo, no contexto do coronavírus, se faz muito presente e, portanto, necessária. E, por esse prisma, entendemos que o direito à informação correta, sem “maquiamento”, deve ser garantido ao cidadão.

O direito à informação, como direito fundamental, engloba o direito de informar (liberdade de pensamento), direito de se informar (acesso à informação) e o direito de ser informado (receber informação) (BRASIL, 1988).

Em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura publica o documento intitulado *El Derecho de acceso de los ciudadanos a la información pública* cita uma passagem que afirma:

O direito à informação é um direito universal, inviolável e inalterável do homem moderno, pois se baseia na natureza do homem. É um direito ativo e passivo: por um lado, a busca de informações; e, por outro, a possibilidade de todos receberem (UNESCO, 2004, p. 15, tradução nossa).

Paesani (2007) argumenta que o direito de informar é considerado como um direito individual, definido como a possibilidade de transmitir informações sem qualquer forma de obstrução ou censura por parte do Estado. Neste sentido, é tido como o direito de acesso a meios de comunicação para divulgar informações. Já o direito de ser informado, diferentemente, é de natureza coletiva, objetivando o direito ao esclarecimento ou à instrução, contribuindo para o exercício da cidadania, como já discutido.

No entanto, como apontam Sanches e Cavalcanti (2018), de nada adianta o acesso à informação sem que se possa compreender efetivamente a informação recebida. É essencial que aquele que recebe a informação saiba se esta é verdadeira ou não e que saiba usá-la de forma consciente e responsável.

No que concerne à saúde, além de estar elencado como um direito fundamental, o direito à saúde também está diretamente relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Para que haja vida digna, é preciso que todos vivam bem e, conseqüentemente, com saúde, em sentido amplo (SANCHES; CAVALCANTI, 2018).

Frisamos que, apesar de estar prescrito na Constituição Federal de 1988 que a saúde é um direito de todos e todas e um dever do Estado, sabe-se que a questão da saúde no Brasil, juntamente com a questão da educação, é um tema que ainda precisa ser bastante debatido porque necessita ser encarado como um assunto de maior relevância para os nossos governos. Sem saúde e sem educação o indivíduo não alcança a plenitude da efetivação dos seus direitos fundamentais.

Diante dessas observações, lidar com a informação para saúde se configura como um processo bastante delicado e que merece ser tratado com muito compromisso.

Já foi comentado que, desde a organização da sociedade, boatos e fofocas fazem parte do nosso dia a dia, entretanto em tempos digitais as notícias correm muito mais rápido e têm um alcance incalculável, causando, muitas vezes, danos irreparáveis. Quando se trata de informações para saúde, mentiras e fatos distorcidos se tornam ainda mais graves, uma vez que, em tempos de desinformação, a informação é um remédio muito poderoso para a saúde.

Contudo, nos últimos anos, observamos uma disseminação crescente de

notícias falsas no contexto da saúde, tornando-se um problema de saúde pública (BEZERRA, 2019). Entendemos que, no caso da desinformação envolvendo a saúde, suas características são muito particulares e devem ter políticas públicas de enfrentamento bastante específicas. Nos dizeres de Sacramento (2018, p. 6), ressaltamos que:

Do ponto de vista da comunicação, as instituições que compõem a saúde pública no Brasil devem estar preparadas para uma atuação cada vez mais próxima nas redes sociais *on-line*, assim como buscar cada vez mais atuações locais para promover informação e educação, estando dispostas ao diálogo e abrindo-se ao contraditório. Isso acaba com os boatos? Não. Mas torna as instituições mais democráticas e os usuários do Sistema Único de Saúde com outras possibilidades de informação e formação.

Isto é, a aproximação das instituições de saúde pública do Brasil com a comunicação digital deve acontecer justamente porque o imperativo comunicacional contemporâneo impõe aos indivíduos estarem conectados quase que o tempo todo. As pessoas se informam, buscam, encontram e compartilham informações *online*.

Sobre as possíveis causas para a proliferação da desinformação na saúde, Henriques (2018) traz alguns apontamentos. De acordo com ele, isso acontece porque a maior parte da população tem pouco conhecimento sobre a área. Além disso, é gerada uma enorme ansiedade diante das notícias sobre doenças e epidemias, sendo ainda mais complicado, e gerando ainda mais desinformação, quando o assunto é doença grave ou ameaçadora.

Sacramento (2018) indica que devemos estar cada vez mais cientes de que vivemos em meio a excessos. Somos frequentemente movidos a buscarmos informações sobre nós mesmos, buscando nos proteger dos riscos que ameaçam nossos corpos e nossas crenças sob o enunciado de promoção da saúde.

Nesse intenso processo de produção e circulação de informações, percebemos uma avidez consumista. O consumo de informações *online* sobre saúde produz comunidades que buscam algo que possa evitar ou curar uma doença ou até mesmo todas elas. Com tanto ruído de informação, fica cada vez mais difícil parar para refletir, digerir as informações encontradas e formar um senso crítico sobre tudo que se encontra para entender o que é fato e o que é mentira.

Henriques (2018, p. 10) afirma que as consequências da desinformação na

área da saúde são preocupantes porque:

informações equivocadas podem levar a diversos comportamentos geradores de risco, seja pela indução ao uso de medicamentos e vacinas sem indicação, ou, no outro extremo, pela recusa a tecnologias e medidas de proteção necessárias ou ainda pela desorganização que provocam nos serviços de saúde.

Atuando como um espaço de disputa sobre a verdade, observamos que as teorias da conspiração e outras narrativas que se apropriam de discursos científicos emergem como um fenômeno de grande repercussão nas redes sociais digitais, principalmente quando ocorrem acontecimentos de grande impacto para a sociedade, como na área de saúde.

Movimentos como o antivacina, por exemplo, vêm ganhando influência nas redes sociais, e vários grupos desinformam acerca de mitos em torno de campanhas de vacinação em diversos canais, ganhando cada vez mais adesão da comunidade não-científica, colocando em risco a saúde da população e aumentando a probabilidade para a ocorrência de surtos de doenças até então controladas. Foi visto recentemente, inclusive, um aumento de casos de sarampo no Brasil, ocasionado por esse fenômeno de propagação de notícias falsas sobre a vacinação (OLIVEIRA; MARTINS; TOTH, 2020).

Neste mesmo cenário de antivacina, citamos que, apesar da aguardada vacinação contra a COVID-19, que hoje já é uma realidade, há a resistência por parte de uma parcela da população diante da possibilidade de ser vacinado, muitas vezes motivado por desinformações que circulam especialmente pelas mídias sociais.

No Brasil, uma pesquisa realizada pelo Datafolha revelou que 79% dos brasileiros querem se imunizar contra o coronavírus, porém 17% disseram que não pretendem se vacinar e 4% não souberam responder (RIGUE, 2021).

Entre os principais temas enganosos que são disseminados entre os grupos antivacina encontram-se: "a vacina irá modificar o DNA dos seres humanos", "a vacina contém na sua composição células de fetos abortados", "as vacinas são parte de uma conspiração de Bill Gates para implantar microchips em seres humanos" e "voluntários dos testes já morreram por terem se submetido ao uso das vacinas"

(SANAR MEDICINA, 2020).

Sacramento (2018) chama atenção para o fato de que o *Whatsapp* tem contribuído bastante para a movimentação de informações mentirosas, sobretudo, em grupos, ou seja, num circuito fechado de confiança e segurança (família, amigos, colégio, faculdade, trabalho). As pessoas têm preferido, então, acreditar em quem conhecem do que nas instituições. O autor, em seguida, reflete que o impacto das mentiras sobre a saúde são inúmeros e, por esse motivo, existe uma enorme necessidade da atuação das instituições brasileiras e do governo para coibir esse tipo de desinformação.

Levando a discussão sobre o enfrentamento da desinformação perante um cenário de pandemia como o vivido pelo mundo desde o ano de 2020 até os dias atuais, ressaltamos a contextualização abordada por Iamarino (2020) sobre a comparação de uma epidemia como a do coronavírus com a de outras epidemias que ocorreram nos últimos anos.

Com a gripe suína, em 2009, o mundo estava no começo dos *blogs* e, por isso, existia muito pouca informação falsa circulando, já que ainda não era comum ter muitas pessoas usando essas mídias regularmente. Era uma época em que essas redes sociais eram mais usadas por profissionais e pelos primeiros desbravadores desse meio (IAMARINO, 2020).

Já em 2015, com o surto do *zyka* vírus, as redes sociais já eram mais populares e aí já foi possível ver intensamente o movimento de desinformação. Todavia ainda era um movimento de desinformação espontâneo das pessoas buscando respostas, procurando uma receita caseira ou querendo achar um culpado. Até porque foi um problema que não afetava tanto a sociedade. Atingia, na verdade, uma parcela específica dos indivíduos. E o resto dos cidadãos conseguia ignorar o problema, seguindo sua vida normalmente (IAMARINO, 2020).

Agora com o novo coronavírus, o mundo enfrenta um desafio muito grande no que se refere à desinformação, principalmente porque foram tomadas medidas que dizem respeito à nossa vida diretamente e que cerceiam o nosso movimento, fazendo com que as pessoas tenham muito mais a perder. Ao mesmo tempo, há um movimento muito coordenado de questionar informações científicas e técnicas e, paralelamente, compartilhar muita desinformação.

5.2.1 O CASO DA COVID-19

Conforme já discutido nas seções anteriores, informações manipuladas e desinformação sobre ciência, tecnologia e saúde não são novas nem exclusivas do novo coronavírus. No entanto, em meio a uma crise mundial da saúde sem precedentes, muitos jornalistas, formuladores de políticas e acadêmicos enfatizam que a desinformação sobre o vírus representa um sério risco à saúde pública (BRENNEN *et al*, 2020).

Os coronavírus são um grupo de vírus de genoma de RNA (uma fita simples que contém a sequência de bases que regulam suas atividades) que causam doença respiratória de gravidade variável, do resfriado comum à pneumonia fatal, segundo Yang e Wang (2020). Eles pertencem à subfamília taxonômica *Orthocoronavirinae*, da família *Coronaviridae*, da ordem *Nidovirales* e vários deles, descobertos inicialmente em aves domésticas na década de 1930, causam doença respiratória, gastrointestinal, hepática e neurológica nos animais. No caso dos coronavírus humanos, estes foram identificados pela primeira vez em meados da década de 1960 (YANG; WANG, 2020).

Três coronavírus causam infecções respiratórias muito graves nos humanos, podendo levar ao óbito, e causaram grandes surtos de pneumonia fatal no século XXI. O SARS-CoV foi identificado em 2002 como a causa de um surto da síndrome respiratória aguda grave (SARS). O MERS-CoV foi descoberto em 2012 como a causa da síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS). E o SARS-CoV-2, que foi classificado como pandemia pela OMS em março de 2020, é o novo coronavírus detectado como agente etiológico da doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) que começou em Wuhan, na China, no final de 2019, e se espalhou por todo o mundo, causando mais de 203 milhões de contaminações e mais de quatro milhões e trezentas mil mortes³ (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021).

As estimativas atuais da taxa de mortalidade de casos da COVID-19 - uma medida da proporção de pessoas infectadas que morrem - sugerem que o coronavírus é menos mortal do que os patógenos por trás de outros surtos em larga

³ Esses dados foram atualizados por essa pesquisa até agosto de 2021.

escala, como o SARS e o MERS. Todavia, sua infecção parece se espalhar mais facilmente do que outras doenças, incluindo a gripe sazonal (YANG; WANG, 2020).

Por causa dessa alta transmissibilidade, a pandemia de coronavírus provocou uma reviravolta nos hábitos de bilhões de pessoas, incluindo restrições à liberdade de movimento, bem como à vida econômica e pública. O isolamento social foi visto como o modo mais eficiente para impedir mais contaminação do vírus entre a população. Isto posto, o fato de que muita gente precisava ficar em casa dedicando-se muito tempo, entre outras coisas, às redes sociais, fomentou ainda mais a guerra contra informações mentirosas, especialmente sobre o coronavírus.

Já no início de fevereiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (2020) falou numa "infodemia" em massa, isto é, a difusão descontrolada e muito rápida de informações falsas através das redes sociais. A superabundância de informações – verdadeiras e falsas – torna ainda mais difícil encontrar fontes confiáveis.

O curioso no fato de que hoje existe muita informação de todos os tipos disponível nos mais diversos formatos é que, com o advento da internet, foi instalada a utopia de que todos teriam acesso a todas informações existentes em um círculo virtuoso que tornaria os cidadãos mais bem informados do que os seus antepassados. Contudo efetivamente o que acontece é: nem todos os cidadãos têm acesso à internet, da mesma forma que nem todas as fontes de informação são verdadeiras e seguras. Pelo contrário, a internet parece ser cada vez uma aliada para a circulação exponencial e tóxica de teorias conspiratórias e informações falsas, nos "infectando" tanto quanto o vírus.

Noletto (2020) posiciona-se dizendo que os ruídos e a desinformação trazidos pela infodemia colocam vidas em risco. Isso acontece porque a desinformação, ao contrário da informação - que tem potencial de empoderar as pessoas - desempodera e, mais ainda, compromete a cadeia necessária para permitir os avanços científicos que a humanidade precisa especialmente em momentos de crise.

Durante a Conferência de Segurança de Munique, em meados de fevereiro de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, destacou que a

desinformação se dissemina mais rapidamente e mais facilmente que o vírus e é igualmente perigosa (VON HEIN, 2020). Ou seja, por trás de toda preocupação que uma pandemia por si só já proporciona, esse cenário apocalíptico todo carregou outro embaraço global e assustador: a velocidade com que se dissemina o pânico, banhado em mentiras e boatos.

Em realidade, estamos testemunhando uma onda massiva de informações falsas ou distorcidas, cujo objetivo parece não ser outro senão aumentar a incerteza e a ansiedade da população. São notícias falsas, memes distorcidos, vídeos alarmantes e tendenciosos, baseados em "fatos alternativos", que circulam sem controle, ao mesmo tempo em que o ritmo acelerado do ciclo de notícias sobre a COVID-19 devora tudo, sem permitir que informações falsas ou prejudiciais sejam desmentidas. Nesse sentido, ratificamos o pensamento de Wurman (1989) sobre ansiedade da informação, porém agora, com muito mais intensidade e com outras características já mencionadas ao longo deste texto.

É notório que existe uma máquina de produção de conteúdo em torno de um assunto que, devido à pandemia, todo mundo quer saber sobre e que deixa muitas pessoas em pânico em casa. E a desinformação mexe exatamente com a emoção do leitor, embasando-se em estratégias para deixá-lo confuso, com nojo e com medo ou, ao contrário, em como conseguir deixá-lo aliviado e tranquilo, sem ter noção da gravidade e complexidade da situação.

Diante desse desafio, a OMS declara que tão importante quanto orientar o trabalho central sobre as políticas públicas na área da saúde está o trabalho de monitorar as informações sobre o vírus que são disseminadas, devido à questão da desinformação poder prejudicar tanto quanto a doença.

Recuero *et al* (2021) aponta que a mídia social é um dos canais mais utilizados para consumo de informação para saúde no Brasil. Há mais de 140 milhões de brasileiros nas mídias sociais hoje e estes são canais prioritários para a obtenção de informações e de notícias sobre a pandemia (GLOBO, 2020). Assim, o conteúdo que é recebido e compartilhado em plataformas como *Facebook*, *Twitter*,

Instagram, Youtube e WhatsApp é um dos meios mais importantes para que as pessoas saibam mais sobre o coronavírus.

Contextualizamos que, no Irã, dezenas de pessoas morreram após beber álcool adulterado, acreditando em um boato que dizia que a bebida ajudaria na cura do coronavírus. Exemplos menos dramáticos, porém ainda sim prejudiciais, têm aparecido quase que diariamente no Brasil. Em geral, surgem mensagens anônimas compartilhadas à exaustão em grupos de *WhatsApp*, atribuindo a cura da doença a ingredientes triviais, como o vinagre, por exemplo. E, pior, na boca de pessoas públicas, a desinformação também se espalhou por teorias da conspiração, como a de que a pandemia é resultado de um plano do governo chinês para minar as economias dos demais países (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Donavan (2020) reflete que não é de se surpreender que o estrago prejudicial trazido por essas desinformações supere as recomendações válidas e informações cruciais sobre a saúde. Corrigir esses registros parece ser impossível. A pesquisadora argumenta que, em tempos de incerteza, o ciclo vicioso da desinformação é mais potente do que nunca. Afinal, a desinformação é menos restrita que uma informação verídica pela necessidade da última ser consistente com a realidade, enquanto que uma informação enganosa pode ser facilmente manipulada e trazer "resultados" simplistas em meio a contextos complexos.

Além disso, pontuamos que, na realidade de 2020 particularmente, os debates científicos, que normalmente já são confinados a uma pequena comunidade de especialistas, tornam-se ainda mais invisibilizados pelo mar de mentiras que circulam pelas redes.

Harari (2016), ao afirmar que cada vez mais estamos inundados a uma quantidade impossível de se imaginar de dados, de ideias, de promessas e de ameaças, questiona sobre como devemos decidir em relação ao que prestar atenção em meio a tantos cenários e possibilidades encontradas, especialmente nas redes *online*. Nesta discussão, ele avalia a respeito do gigantesco fluxo de informações existente como uma estratégia para promover censura:

No passado, a censura funcionava bloqueando o fluxo de informação. No século XXI, ela o faz inundando as pessoas de informação irrelevante. Não sabemos mais prestar atenção e frequentemente passamos o tempo investigando e debatendo questões secundárias. Em tempos antigos, ter poder significava ter acesso a dados. Atualmente ter poder significa saber o que ignorar. Assim, de tudo o que pode acontecer em nosso caótico, no que devemos nos concentrar? (HARARI, 2016, p. 398)

Iamarino (2020) tem uma visão parecida com essa ao associar a censura ao acesso ao conhecimento especificamente. O pesquisador argumenta que um ponto positivo trazido pelas novas mídias é que a partir delas quase todo mundo pôde ter voz e não se limitar a uma barreira de entrada para se fazer divulgação dos mais diversos conteúdos, até mesmo o próprio conhecimento científico. Deste modo, tornou-se muito mais difícil censurar o conhecimento circulado nessas mídias quando se compara com as mídias tradicionais, porque o acesso aos conteúdos disseminados ficou muito mais dinâmico. Entretanto parece que foi encontrada uma forma de censurar os novos meios: apesar de não ser possível esconder o que é postado nas redes sociais diretamente, a alternativa descoberta foi soterrar a informação científica válida com muito informações novas a todo instante, sobressaindo a grande quantidade de informações falsas e com muito ruído.

Neste ponto, comentamos sobre as constantes apropriações de discursos científicos para a propagação de informação que vai contra as próprias pesquisas científicas, o que tem sido chamado de *fake science* (OLIVEIRA; MARTINS; TOTH, 2020). Nesse sentido, foi propagado em diversos meios de comunicação, por exemplo, que o medicamento hidroxicloroquina apresentava-se como o tratamento da doença COVID-19. Contudo, foi apontado que seu uso não mostrou efeito favorável na evolução clínica de pacientes adultos hospitalizados com formas leves ou moderadas de coronavírus (GRANCHI, 2020).

Acrescentamos também que, como "COVID-19" e "coronavírus" são palavras-chave únicas, elas são facilmente exploradas por pessoas má intencionadas que se escondem entre as dezenas de centenas de domínios relacionados ao surto. Tentando enganar quem procura informações, essas pessoas combinam COVID-19 e coronavírus com termos como "máscaras", "empréstimo",

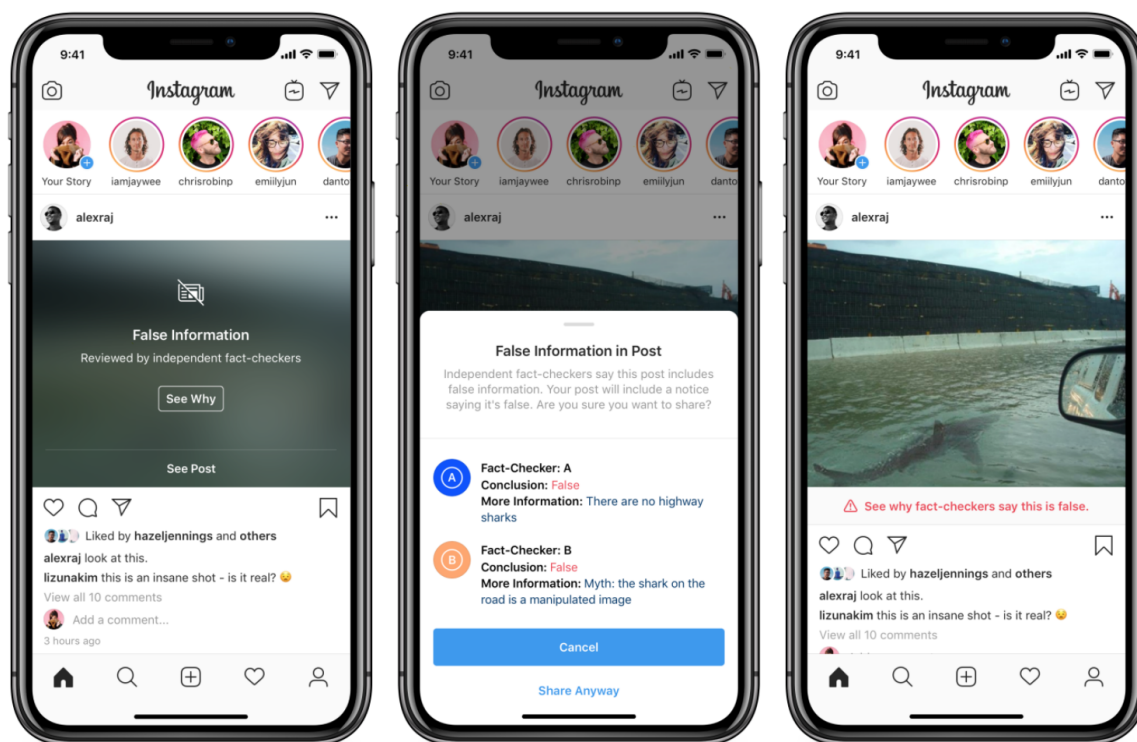
"desemprego", "julgamento", "vacina" e "cura". Algumas empresas de domínio estão restringindo o uso dessas palavras-chave para evitar fraudes, e as empresas de tecnologia estão coordenando essa questão (DONAVAN, 2020).

Por falar nisso, após anos de pressão e de até audiências no Congresso, empresas da área de tecnologia estão agindo contra a desinformação porque as consequências de não fazer nada se tornaram ainda mais óbvias. Por volta de março de 2020, o *Facebook*, *Google*, *LinkedIn*, *Microsoft*, *Reddit*, *Twitter* e *YouTube* enviaram uma declaração conjunta anunciando novos esforços combinados no combate à desinformação da COVID-19 e na elevação do "conteúdo oficial", conforme comunica Donavan (2020).

O *Instagram*, por exemplo, está trabalhando com verificadores de fatos independentes que ajudam a identificar, analisar e rotular informações falsas, permitindo a redução de sua distribuição. Na prática, isso significa que quando o conteúdo é classificado por um verificador como falso ou parcialmente falso, o *Instagram* reduz a distribuição dele. Para isso, o conteúdo é removido da guia "Explorar" e das páginas de *hashtag*, além de ser diminuída sua visibilidade no *Feed* de notícias e no *Stories*. É complementado também com a exposição de um rótulo na mensagem compartilhada para que as pessoas possam tomar decisões mais embasadas sobre o que ler, compartilhar e no que confiar. Esses rótulos são aplicados no *Feed*, no perfil, no *Stories* e nas mensagens diretas.

A rede social utiliza a tecnologia de correspondência de imagens para encontrar outras ocorrências e aplicar o mesmo rótulo, ajudando a restringir a propagação das notícias falsas. Se algo for classificado como falso ou parcialmente falso no *Facebook*, o mesmo rótulo é aplicado de forma automática em publicações idênticas no *Instagram* (e vice-versa). O rótulo fica vinculado à classificação feita pelo verificador de fatos e são fornecidos *links* de artigos de fontes confiáveis que refutem a afirmação apresentada na publicação (INSTAGRAM, 2019). A forma como aparece para o usuário pode ser apreciada através da Figura 8.

Figura 8 - Instagram e o combate à desinformação



Fonte: Instagram (2019)

Para determinar qual conteúdo deve ser enviado a verificadores de fatos para análise, o *Instagram* utiliza o *feedback* de sua comunidade e de algumas tecnologias. Existe a opção de *feedback* "Informação falsa" e, assim, as denúncias embasam o encaminhamento da informação para verificação.

Apesar desse esforço demonstrado, uma pesquisa realizada pelo Centro de Contrações de Ódio Digital (CCDH) mostrou que o algoritmo do Instagram está recomendando posts com desinformação a respeito da COVID-19 e sobre a anti-vacinação para potencialmente milhões de usuários. Foi descoberto que ferramentas da mídia social incentivam os usuários a ver desinformação e, em seguida, compartilhá-las àqueles que se envolvem com outros posts que contêm conteúdos conspiratórios e extremistas (MACAULAY, 2021).

No caso da verificação de fatos no *Twitter*, este anunciou que vai adicionar etiquetas e mensagens de aviso em alguns tuítes com informações controversas ou

enganosas sobre a COVID-19 como parte de uma nova abordagem à desinformação. As etiquetas vão fornecer *links* para mais informações nos casos em que o risco de danos do tuíte não seja grave o suficiente para ser removido, mas que possam deixar as pessoas confusas ou induzidas. A empresa ainda afirma que, dependendo da propensão a danos e do tipo de informação enganosa no tuíte, também podem ser adicionados avisos dizendo que a publicação entra em conflito com a orientação de especialistas em saúde pública antes que o usuário o veja ou, até mesmo, deletar definitivamente a mensagem falsa compartilhada. Destacamos que as etiquetas utilizadas pelo *Twitter* serão vinculadas a uma página selecionada pelo Twitter ou a uma fonte confiável externa que contém informações adicionais, de acordo com a reportagem do Estadão (2020).

O Google também vem tomando algumas medidas, como a mudança de sua política para o *AdSense*, proibindo inserir anúncios em páginas que fazem declarações falsas, que contêm descrições enganosas ou que omitem alguns tipos de informações. Segundo o grupo, foram interrompidos 6 milhões de anúncios ruins em 2018. Para mais, fez parcerias com agências de checagem e vinculou *links* de contextualização a notícias potencialmente falsas. A empresa, que controla também o *Youtube*, anunciou que tomou medidas para essa aplicação também, como o destaque para conteúdos de canais considerados confiáveis no sentido da contextualização das informações (INTERVOZES, 2020)

O *Whatsapp*, por sua vez, limitou o compartilhamento de mensagens, em resposta à luta contra a desinformação em meio à pandemia do coronavírus. A primeira redução no limite dos compartilhamentos no *Whatsapp* ocorreu em julho de 2018. Até então, o usuário podia repassar um mesmo conteúdo para até 250 contatos ao mesmo tempo. A restrição ocorreu em meio à utilização do aplicativo para a disseminação de notícias falsas nas eleições em diversas partes do mundo. Em janeiro de 2019, a plataforma aplicou nova restrição e reduziu a possibilidade de encaminhamento para cinco usuários. Em abril de 2020, a empresa comunicou que realizou uma nova mudança: uma mensagem que já foi compartilhada cinco vezes só poderá ser encaminhada para uma conversa por vez (ROSA, 2020).

Não obstante, esses esforços das empresas de tecnologias não são suficientes. Políticas de combate à desinformação podem e devem sim garantir que as empresas de mídia social identifiquem, implementem e avaliem maneiras de reduzir a disseminação de informação enganosa e que pesquisadores independentes possam avaliar esse trabalho. Mas para sanar os males da desinformação é preciso mais que isso. Prevenir a desinformação requer a curadoria de conhecimento e a priorização da ciência, principalmente durante uma crise pública.

Roozenbeek e Linden (2019) alertam que o efeito contínuo da influência da desinformação sugere que as correções são muitas vezes ineficazes, dado que as pessoas continuam a confiar em mentiras desmascaradas. Estudos recentes sugerem, inclusive, que as notícias falsas se espalham mais rapidamente e mais profundamente que as informações verdadeiras (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018).

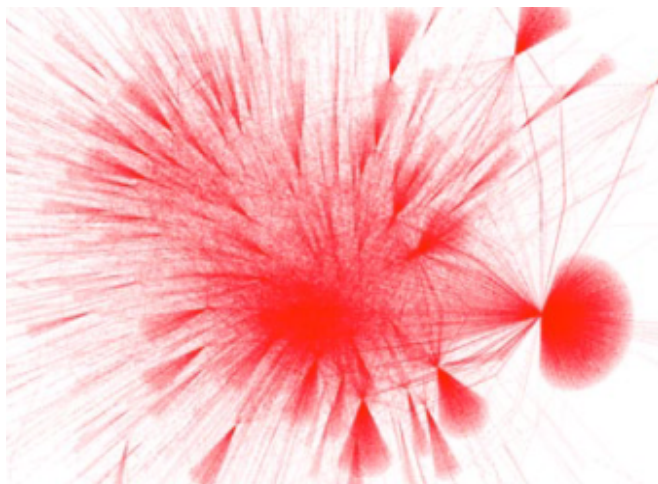
No contexto específico do coronavírus, o estudo "Ciência Contaminada - Analisando o contágio de desinformação sobre o coronavírus no *YouTube*", conduzido por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Centro de Análises da Liberdade e do Autoritarismo, mostrou que canais com grande circulação de desinformação sobre a COVID-19 tiveram quase três vezes mais visualizações do que os com informações verdadeiras. Foi constatado também que muitos dos canais identificados tinham mais inscritos do que o oficial do Ministério da Saúde e traziam, em sua essência, conteúdos conspiratórios no âmbito religioso, místico e político (MACHADO *et al*, 2020).

Recuero *et al* (2021) reafirmam a facilidade da propagação de informações falsas ao verificarem uma maior atividade na propagação de conteúdo desinformativo em comparação com o conteúdo informativo. Um *link* que defendesse o uso de hidroxicloroquina para combater e curar COVID-19 no *Twitter*, por exemplo, tinha uma probabilidade quase três vezes maior de ser repassado do que um link que contivesse algum conteúdo que desafiasse essa premissa (RECUERO; SOARES; ZAGO, 2021). No *Facebook*, por sua vez, a probabilidade de

um *link* desinformativo sobre o mesmo assunto circular era 1,5 vez maior do que a de um *link* com conteúdo informativo (SOARES *et al* 2020).

As Figuras 9 e 10 fazem uma comparação do engajamento anti-hidroxicloroquina e pró-hidroxicloroquina no *Twitter*. A Figura 9 apresenta o engajamento relacionado às informações anti-hidroxicloroquina para o tratamento da COVID-19.

Figura 9 - Exemplo de engajamento - Usuários com mais de 5 tweets anti-hidroxicloroquina

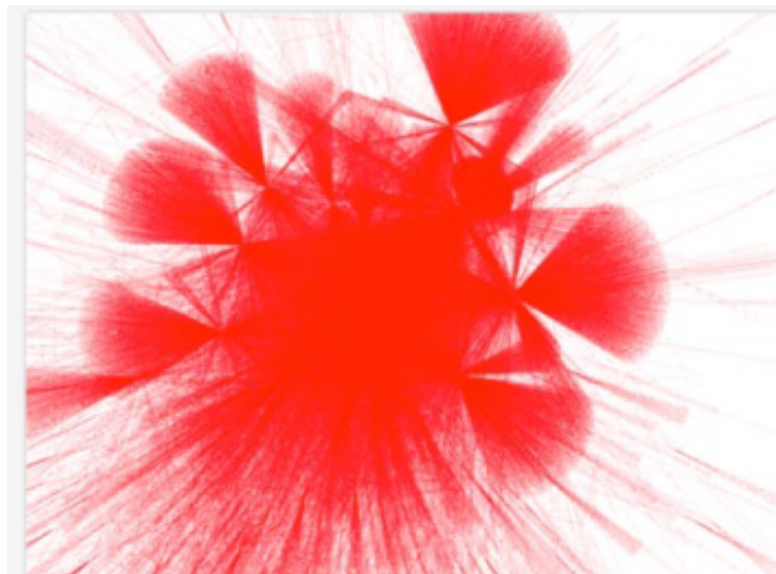


Fonte: Recuero, Soares e Zago (2021)

A Figura 9 envolve usuários que publicaram no *Twitter* mais do que cinco *tweets* com *links* para diferentes veículos que desmentiam a eficácia do uso do remédio.

A Figura 10, no que lhe toca, apresenta o engajamento relacionado às informações pró-hidroxicloroquina para o tratamento da COVID-19, apresentando usuários que também publicaram no *Twitter* mais do que cinco *tweets*. É possível notar que o grupo pró-hidroxicloroquina é necessariamente mais ativo em repassar o conteúdo que propõe do que o anti-hidroxicloroquina.

Figura 10 - Exemplo de engajamento - Usuários com mais de 5 tweets
pró-hidroxicloroquina



Fonte: Recuero, Soares e Zago (2021)

Analisando as Figuras 9 e 10, percebemos, portanto, que há mais atores engajados em ativamente espalhar desinformação do que em espalhar conteúdo checado ou informativo. Recuero *et al* (2021) refletem que isso pode se dar porque temos mais atores envolvidos ou porque temos mais atores engajados em compartilhar esse tipo de conteúdo ou ainda porque há um maior investimento e mesmo um maior suporte de redes automatizadas. De qualquer forma, isso mostra que há maior atividade no espalhamento de desinformação do que de conteúdo verificado.

Por tudo isso, é acreditado que, mesmo com os esforços das empresas de tecnologia para desenvolver melhores ferramentas de desmistificação de informações enganosas que são difundidas pela rede, é improvável que isso seja o bastante para o impedir o fluxo de desinformação *online*.

Recuero *et al* (2021) acreditam que o espalhamento de desinformação na mídia social é bastante importante por conta das características destas plataformas.

Primeiramente, é apontado pelos autores supracitados que canais de mídia social costumam dar permanência para as mensagens que são publicadas ali. Isso

significa que o que é publicado fica armazenado até que alguém decida apagar. Desse modo, mesmo mensagens antigas podem ser recuperadas e tiradas de contexto com o objetivo de desinformar.

Outra característica importante mencionada é a reprodutibilidade deste tipo de conteúdo. Este é facilmente compartilhável, pois as ferramentas são feitas para exigir um esforço mínimo nessas práticas. Com isso, esses conteúdos podem rapidamente viralizar, ou seja, são bastante escaláveis.

Finalmente, esses conteúdos são também buscáveis, isto é, podem ser recuperados e reproduzidos novamente. Esses elementos, portanto, tornam os canais de mídia social um espaço muito profícuo para o espalhamento de conteúdos problemáticos (RECUERO *et al*, 2021).

Por tudo isso, compreendemos nesta pesquisa a complexidade que envolve a desinformação e as alternativas viáveis para tentar combatê-la. Essas alternativas se mostram cada vez mais desafiadoras, especialmente na área da saúde, em que temos nos deparado com a circulação de informações falsas de proporções sem precedentes principalmente com o início da pandemia da COVID-19. Teixeira (2021), em uma oficina promovida pela Lupa Educação, aponta que a construção da desinformação em saúde acontece por três grandes motivos (informação verbal):

a) Há a tentativa de criar uma narrativa que defende (falsamente) a **preservação da vida**. A autora conversa com Foucault (1979), quando diz que a desinformação passa a participar da construção de um novo regime de verdade, que, segundo o filósofo francês, representa o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso, que irá ser atribuído aos efeitos específicos do poder. Isto é, esse conjunto de regras são procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados, e está ligado a sistemas de poder, que o produzem e o apoiam. E Teixeira (2020) afirma que a desinformação determina, então, condutas, tomando a dianteira em relação aos demais aparelhos enunciados da verdade, como o Estado e a imprensa, uma vez que busca inspiração nas crenças e dogmas da época. Ou seja, a desinformação pronunciará a verdade em que se quer acreditar - e renunciará toda verdade que exige a vontade de crer;

b) Manipulação do conceito de **risco**: há a articulação com os sentimentos de esperança (minimiza o risco) e medo (maximiza o risco) para induzir a alteração da percepção da realidade. Teixeira (2020) aponta a desinformação como a primeira voz das redes digitais a apresentar respostas às dúvidas ou angústias da sociedade, incentivando condutas de uma população que está tomada pelo medo de contrair uma doença, ao mesmo tempo em que não possui conhecimento suficiente da gravidade da doença para saber que atitudes devem ou não ser tomadas durante a crise sanitária surgida.

c) A desinformação disputa o lugar do **verdadeiro** com as vozes da sociedade. É como se existisse uma verdade baseada nas crenças - a verdade na qual se quer acreditar. A desinformação vai apresentar uma notícia performaticamente, combinando ideologias e crenças de seu tempo, desafiando os enunciados oficiais. Observamos que, de acordo com Arendt (1989), o resultado de uma substituição total e consciente da verdade por mentiras não é que a mentira seja agora aceita como verdade e que a verdade será difamada como uma mentira, mas sim que o próprio senso pelo qual nos orientamos no mundo real está sendo destruído.

Ao trazer esses três motivos, Teixeira (2021) reflete que há as seguintes intenções na prática de promover a desinformação na saúde, quais sejam: destruir os valores e as relações que mantêm a coesão social, incentivar a crise da confiança na ciência, e colocar as crenças no lugar das evidências; estimular o sentimento de medo e a sensação de incerteza nas populações ao combinar suas narrativas com disputas políticas; e influenciar condutas sobre cuidados com a saúde para atingir objetivos políticos, econômicos, sociais e ideológicos.

À vista dessa discussão e entendendo a urgência de se debater sobre alternativas viáveis para minimizar a desinformação em seus diversos contextos, trouxemos aqui um conjunto de propostas para enfrentar a desinformação apontadas pelo Intervozes [2018?] sintetizadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Conjunto de propostas para enfrentar a desinformação

Proposta	Descrição
Punir o uso artificial e industrial de plataformas de mensagens instantânea	É fundamental que haja uma proposta legislativa que possa levar a um fluxo informacional sadio ao passo em que os crimes são investigados e os responsáveis devidamente punidos.
Direito de resposta rápido e proporcional	A disseminação dos esclarecimentos sobre as mensagens desmentidas devem chegar às pessoas atingidas pelos conteúdos enganosos na mesma velocidade ou até mesmo em rapidez maior em casos específicos (como no caso da pandemia).
Proteger os dados pessoais e fiscalizar seu uso	Boa parte da operação de distribuição de desinformação gerada intencionalmente e de forma massiva para produzir dano está estruturada no uso de dados pessoais. É preciso, portanto, cobrar cada vez mais o cumprimento da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018) para desmotivar a propagação da desinformação.
Vedar a publicidade de candidatos e campanhas online	O fim da publicidade paga de candidatos na Internet também impactará de maneira positiva na distribuição de desinformação paga online.
Acesso integral às aplicações de internet	Para conter a desinformação é requerida a ampliação do acesso à conexão de qualidade a preços discretos e à Internet integral.
Transparência e autonomia diante de algoritmos	É necessário que se avance em medidas positivas de promoção de diversidade e pluralidade nas plataformas, permitindo que os algoritmos sejam utilizados para ampliação do fluxo comunicacional, situação inversa ao que temos atualmente, em que alguns conteúdos não têm alcance desejado na internet por causa da priorização algorítmica.

Quebra dos monopólios e oligopólios digitais	Devem ser efetivadas restrições à propriedade horizontal, vertical e cruzada para agentes com poder de mercado plataformas, é importante haver desmembramento dos vários negócios de um mesmo agente.
Incentivos ao jornalismo responsável, plural e diverso	É preciso avançar em regras para impedir o monopólio e oligopólio nos meios de comunicação e elaborar mecanismos de incentivo à produção de conteúdo responsável que visem à promoção do interesse público.
Educação midiática	É preciso desenvolver a proposição de um processo pedagógico amplo que envolva os meios de comunicação e a escola; inserir a educação para mídia no currículo escolar, partindo da premissa da escola como exercício reflexivo do que acontece na vida das pessoas; bem como apoiar, mediante políticas públicas, ações de educação midiática desenvolvidas por organizações da sociedade civil nos diversos territórios.
Transparência na comunicação dos servidores	Devido à ausência de procedimentos que garantam o armazenamento das comunicações dos servidores públicos e sua disponibilização periódica para controle social, vale a discussão sobre a necessidade de regulação dos canais oficiais de comunicação à disposição dos servidores, assim como dos processos para guarda, armazenamento e posterior disponibilização pública destes registros públicos para acesso pela sociedade brasileira.

Fonte: Adaptado de Intervenções [2018?]

Neste mesmo entendimento de que para que a sociedade consiga superar a desinformação é preciso um trabalho em conjunto de várias frentes envolvidas no combate desse fenômeno, o Quadro 10 aponta o que diversos segmentos podem fazer para lidar com o problema.

Quadro 10 - Como lutar contra a desinformação

Quem pode fazer	O que fazer
Empresas de tecnologia	Ser transparente quanto às alterações algorítmicas que classificam os conteúdos.
	Promover mais serendipidade.
	Criar ferramentas de verificação de fatos.
	Criar mecanismos de autenticidade.
Governos nacionais	Regular redes de anúncios.
	Exigir que as empresas de tecnologia permitam que os sujeitos tenham um verdadeiro controle sobre suas informações pessoais que são capturadas por elas.
	Punir os responsáveis pela criação de desinformação compartilhadas nas redes.
Sociedade civil	Educar o público sobre a ameaça da desinformação e sobre como lutar contra ela.
Cidadão	Checar toda e qualquer informação antes de compartilhá-la.

Fonte: Dados da pesquisa

É compreensível que gigantes da tecnologia como o *YouTube*, *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, etc demorem em se dar conta de suas responsabilidades contra a desinformação. Mas é fundamental que reconheçam seu compromisso público o mais rápido possível e comecem a agir. Entendemos que a primeira coisa que essas empresas devem fazer é tornar seus sistemas mais transparentes para a sociedade. *Facebook*, *Google* e outras redes sociais afirmam que revelar qualquer

parte de seus processos algorítmicos equivaleria a entregar seus segredos comerciais.

O *PageRank*⁴ e outras importantes partes do mecanismo de buscas do *Google*, por exemplo, são na verdade alguns dos segredos mais guardados no mundo (PARISER, 2012). O *Google* também afirma que precisa manter seu algoritmo de busca em segredo porque, se fosse conhecido, seria mais fácil influenciar seus resultados. Todavia, os sistemas abertos são mais difíceis de manipular resultados do que os fechados, justamente porque todos compartilham um interesse em consertar possíveis brechas.

Independentemente da discussão sobre a eficiência e segurança dos produtos, a ocultação do código tem um efeito evidente: protege essas empresas de ter que prestar contas sobre as decisões que tomam, pois o público tem dificuldade em enxergar essas decisões. E mesmo que a transparência completa seja impossível, as empresas têm a possibilidade de deixar mais claro a forma como lidam com problemas como a classificação e filtragem de conteúdos.

A transparência não diz respeito à ideia de revelar ao público as entranhas de um sistema, mas significa deixar que as pessoas compreendam intuitivamente o funcionamento dele. E essa é uma pré-condição necessária para que as pessoas controlem e usem as ferramentas - em vez de ser controladas e usadas por elas (PARISER, 2012).

É muito importante que as empresas sejam transparentes sobre a forma como usam nossos dados, quais partes dos conteúdos são personalizadas, em que nível e com base no quê. Naturalmente, para isso seria necessário revelar ao usuário que o site é personalizado, e, em alguns casos, as empresas têm fortes razões para não o fazer. Mas são razões comerciais, e não éticas.

Mesmo entendendo a necessidade da transparência, sabemos que ela por si só não resolveria o problema. É preciso investir também em uma questão essencial: a serendipidade, que é associada à solução de problemas e construção de

⁴ É um algoritmo utilizado pela ferramenta de busca Google para posicionar websites entre os resultados de suas buscas.

conhecimento que ocorrem a partir de descobertas que acontecem por acaso (VECHIATO; FARIAS, 2020).

Como a internet, de um forma geral, trabalha baseada em bolhas informacionais e estas escondem o conteúdo de modo invisível, os indivíduos não se sentem compelidos a aprender sobre o que eles não sabem (PARISER, 2012).

Com essas bolhas informacionais - ou câmaras de eco (SUNSTEIN, 2001) - criamos uma percepção de que “todos pensam como eu” e uma falta de conteúdo que desafie essa ideologia. Essa estrutura de conversações e discussões, que na grande maioria das vezes remetem a questões políticas, reproduz o fenômeno de polarização, que é cada vez mais recorrente nas conversações em mídias sociais no Brasil (RECUERO *et al*, 2021). Como consequência, a polarização favorece uma tendência de homofilia, isto é, a tendência de que pessoas com ideias semelhantes se aproximem na rede, segundo Recuero *et al* (2021).

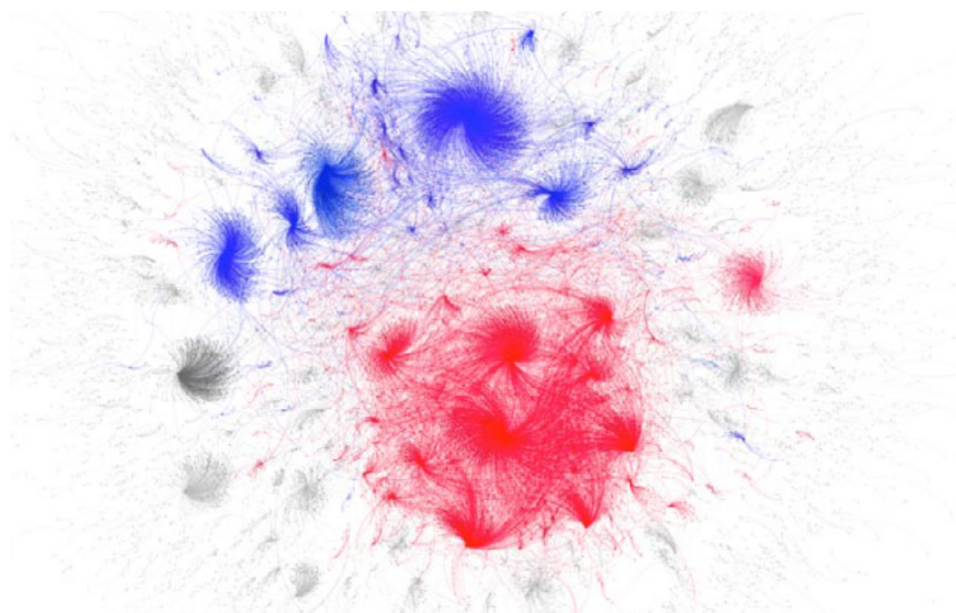
O cenário de polarização possui efeitos também no consumo de informações, uma vez que há uma tendência de que usuários de mídias sociais de grupos polarizados compartilhem informações distintas, conforme o grupo do qual fazem parte (BENKLER, FARIS; ROBERTS, 2018).

Neste cenário, nem sempre a polarização é simétrica, ou seja, ela não acontece com a mesma intensidade dos dois lados do espectro político (HACKER; PIERSON, 2015). Com isso, o grupo mais polarizado apresenta maior tendência a compartilhar conteúdo hiperpartidário e desinformação - o que Benkler, Faris e Roberts (2018) conectam com a “polarização assimétrica”. Este tipo de cenário pode favorecer disputas entre os discursos dos grupos polarizados, inclusive em discussões sobre saúde, como a pandemia da COVID-19 (RECUERO *et al*, 2021).

No Brasil, por exemplo, foi observado com frequência um tipo de competição pela “verdade” nas várias conversações nas mídias sociais. Há frequentemente uma disputa discursiva associada a uma leitura desinformativa de um fato. Essa disputa toma a forma de uma disputa por *hashtags*, por exemplo, em ferramentas mais públicas, como o *Twitter* ou de disputa de sentidos em outros espaços mais privados, como o *WhatsApp*, segundo Recuero *et al* (2021).

A Figura 11 mostra a polarização na discussão sobre a “cura” da COVID-19 no Twitter (em azul, grupo que compartilhou informação verificada; em vermelho, grupo que compartilhou desinformação).

Figura 11 - Polarização na discussão sobre a “cura” da COVID-19 no Twitter



Fonte: Recuero, Soares (2020)

Vemos na Figura 11 a assimetria da polarização entre o grupo mais articulado (em vermelho), que compartilha desinformação, e o grupo mais periférico (em azul), que compartilha conteúdo verificado.

Ainda no contexto da problemática das bolhas, Pariser (2012), quando fala sobre a personalização destas, afirma que elas se tratam de uma construção de um ambiente composto inteiramente do desconhecido adjacente - são notícias que não chegam a ser novidades para nós, mas que parecem ser novas informações. Isto é, o ambiente personalizado é muito bom para responder às perguntas que temos, mas não para sugerir perguntas ou problemas que estejam fora do nosso campo de visão.

Os algoritmos de personalização podem gerar ciclos de identidade nos quais o que o código sabe sobre nós constrói nosso ambiente midiático e, esse ambiente,

por sua vez, ajuda a formar as nossas preferências futuras. Esse problema pode ser evitado caso o algoritmo priorize a "falseabilidade", que se trata de um algoritmo que tenta refutar sua própria ideia sobre quem nós somos (PARISER, 2012).

Isto é, as empresas responsáveis pela guarda dessas informações devem promover o rompimento das bolhas, fazendo com que os indivíduos tenham acesso a informações com os mais diversos discursos, principalmente quando se trata de um grupo de indivíduos que chegam apenas a ter dentro de suas bolhas conteúdos mentirosos e que distorcem a realidade.

Também se chama a atenção para a necessidade de que as empresas de tecnologia criem ferramentas para checar informações ou firmem parcerias com agências de verificação de fatos, para explicitarem às pessoas quando uma desinformação for disseminada nas redes.

É necessário, além de tudo, que essas empresas criem mecanismos para garantir a autenticidade das contas que são concebidas, a fim de que não haja cada vez mais uma infinidade de robôs que circulam pela internet.

Quanto às responsabilidades dos governos no que concerne à luta contra a desinformação, é essencial que seja regulado a rede de anúncios dentro das mídias sociais, para que conteúdo que promova a desinformação não esteja recebendo incentivo financeiro, a fim de que esse ciclo não seja cada vez mais estimulado.

Ainda é preciso, sobretudo, exigir que as empresas permitam um controle dos indivíduos sobre suas informações pessoais. Os usuários devem ter o direito de saber quem possui seus dados pessoais, que dados são esses e como são usados. Além disso, devem ter a capacidade de impedir que aqueles coletados para um determinado propósito sejam usados para outro e de poder corrigir informações incorretas sobre eles mesmos.

Em tribunais de todo mundo, os mercadores da informação estão promovendo a ideia de que "todos saem ganhando se sua vida *online* nos pertencer". Eles argumentam que as oportunidades e o controle que os consumidores ganham usando suas ferramentas gratuitas compensam o valor de seus dados pessoais. Pariser (2012) pondera que os consumidores não têm a

menor possibilidade de fazer esse cálculo - embora o controle que ganhamos seja evidente, o controle que perdemos (o conteúdo que não chega até nós) é invisível. A assimetria de informações é enorme.

Os governos devem também, logicamente, punir os responsáveis que criam e disseminam conteúdo falso, mas sempre pautados em leis coerentes e que não afetem a liberdade de expressão, não julgando todos os usuários como potenciais desinformadores, de maneira a chegar a censurar as informações compartilhadas.

É preciso enfrentar a desinformação com vistas a fortalecer a esfera pública de debate, ou seja, sem colocar em risco o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão, à privacidade, ao devido processo legal, ao mesmo tempo em que é essencial assegurar a adequada punição a infrações e crimes, promovendo também o direito à reparação.

No Brasil, a maioria dos projetos de lei que tratam do assunto atualmente em tramitação no Congresso visam criminalizar os usuários por compartilhar conteúdos falsos. Julgamos essa abordagem como simplista, que ignora a complexidade do problema, os debates e consensos obtidos ao longo da tramitação e aprovação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) no Legislativo e as recomendações de organismos internacionais.

A Câmara dos Deputados tem em torno de 50 propostas que buscam combater, limitar a disseminação ou mesmo criminalizar notícias falsas. A mais antiga delas é de 2005 e em 2020 foram apresentados diversos projetos sobre o tema. O Quadro 11 apresenta os Projetos de Lei que tratam diretamente sobre o compartilhamento de notícias falsas que foram apresentados mais recentemente.

Quadro 11 - Projetos de Lei que tratam sobre *Fake News* no Brasil

Projeto de lei	Ementa
PL 4027/2020	Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2020, para impedir a veiculação de publicidade de órgãos públicos em veículos de comunicação que propaguem notícias falsas (fake news).

PL 3131/2020	Institui multa por confecção e divulgação de notícias falsas (fake news) sobre a pandemia de COVID-19.
PL 3307/2020	Dispõe sobre os danos causados pela publicação de notícia falsa.
PL 4096/2020	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever a aplicação da pena em dobro aos crimes contra a honra cometidos mediante a criação, divulgação, produção ou compartilhamento de informação ou notícia que sabe ser falsa por meio da internet.
PL 3221/2020	Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para vedar o patrocínio, a publicidade institucional, de utilidade pública e mercadológica da União em provedores de aplicações que promovam desinformação ou divulguem notícias falsas.
PL 3306/2020	Proíbe a utilização de qualquer tipo de acesso a internet da administração pública para a veiculação de notícias falsas e dá outras providências.
PL 3144/2020	Estabelece normas de transparência, educação, formação do pensamento crítico e ampla informação para o combate à desinformação no país.
PL 3029/2020	Altera a Lei nº 12.965, para criar a obrigação de normas próprias de publicação em aplicativos de Internet do tipo rede social e dá outras providências.
PL 2630/2020	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.
PL 1941/2020	Estabelece multa como penalidade para quem dolosamente divulgar por meios eletrônicos, telemáticos, digital, escrito, televisivo ou rádio difusão notícias falsas (fake news) sobre epidemias, pandemias, ou eventos sociais que caracterizem tragédias ou calamidade pública no território nacional.
PL 2389/2020	Dispõe sobre a tipificação do crime de criação e divulgação de notícias falsas -

	Fake News sobre a pandemia do Coronavírus - COVID-19 - acrescentando o art. 140-A ao do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal e dá outras providências.
PL 2844/2020	Determina a aplicação de multas, suspensão de isenções fiscais e financiamentos por bancos públicos, além da proibição de contratação pelo Poder Público de pessoas jurídicas que propagam, estimulam ou anunciam, direta ou indiretamente, notícias falsas (Fake News) em veículos de comunicação.
PL 1258/2020	Tipifica a divulgação de notícias falsas durante o período de calamidade pública, estado de defesa, estado sítio ou intervenção, tratando ainda do indiciamento e da indenização em tais casos, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.
PL 1394/2020	Tipifica, no art. 287-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a criação e a propagação, por qualquer meio, de informação falsa referente à saúde pública ou à segurança pública.
PL 2854/2020	Institui medidas contra a disseminação de conteúdo de ódio e preconceito pela internet, bem como a disseminação de informações a respeito de tratamentos de saúde que não sejam cientificamente validados e aceitos pelo SUS ou pela OMS.
PL 693/2020	Dispõe sobre a responsabilidade sanitária da conduta das autoridades públicas, tipifica o crime de divulgação ou compartilhamento de informação falsas que atentem contra a segurança sanitária.
PL 437/2020	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, condicionando a postagem de conteúdos nas redes sociais na internet ao fornecimento prévio, pelo usuário, de número telefônico ou endereço de correio eletrônico.

Levando em consideração esses Projetos de Lei, citamos Wardle (2018), que comenta que a luta contra a desinformação diz respeito a um movimento em que os políticos ficam muito preocupados com o tipo de conteúdo publicado e tentam legislar sobre isso. Contudo, um dos problemas é que, como a desinformação se trata de um espectro, para que se possa legislar sobre ela, é preciso ser muito claro e específico sobre o que significa desinformação ou conteúdo enganoso. Se você não for claro, não se consegue criar leis acerca disso. Apesar de os políticos quererem tomar alguma atitude a respeito, a pesquisadora diz que o mundo ainda carece de mais conversas globais sobre os desafios de definição, para se ter mais clareza sobre o assunto antes de escrever novas leis.

Dando continuidade às responsabilidades das diferentes parcelas do corpo social, a sociedade civil também tem um papel importante no combate à desinformação, educando o público sobre sua ameaça e sobre como lutar contra ela. Depois de tudo que foi dito a respeito da Web 2.0 e sua capacidade de transferir poder aos cidadãos, chega a ser irônico pensar que na luta pelo controle da internet, todos estão organizados, menos o povo. Apesar da desinformação ser algo que parece ser impossível guerrear contra, é interessante lembrar que a maioria de nós ainda não entrou nessa briga.

Nós somos literalmente centenas de milhões espalhados por todas as categorias demográficas - políticas, étnicas, socioeconômicas e geracionais - e acreditamos que todos temos interesse pessoal no resultado positivo da disputa contra a desinformação. E, por falar nisso, cada um deve assumir um papel crucial para minimizar o compartilhamento de mentiras dentro do contexto da internet, que é um megafone com o poder de se estender a tantas pessoas ao mesmo tempo.

É elementar que seja criado o hábito de se checar todas as informações que chegam até nossas redes pessoais, independentemente de quem tenha mandado seja alguém de nossa confiança ou não. É imprescindível que os consumidores dessas informações sejam céticos e desconfiem de tudo. E aqui destacamos que a diferença entre ser cético ou estar em negação é sutil, porém muito importante. Uma

pessoa cética está disposta a testar sua hipótese, sua dedução. Ela quer encontrar a verdade, mesmo que descubra que estava errada (A TERRA, 2018).

Por tudo isso, concordamos com Araújo (2019) ao entender que a solução contra a desinformação não está apenas em processos técnicos, tecnológicos e jurídicos, afinal de contas sempre serão criados novos subterfúgios com o objetivo de propagação de mentiras. É preciso o envolvimento de várias esferas da sociedade agindo em conjunto.

Acrescentamos ser necessário que a CI não seja alheia às questões políticas, ideológicas e econômicas da sociedade, estando preocupada somente com a transferência de dados ou com a cognição dos sujeitos. Muito pelo contrário, é preciso uma Ciência da Informação profundamente envolvida na proposta de intervenções para termos uma sociedade efetivamente mais democrática, mais inclusiva, mais participativa, mais justa e, portanto, uma sociedade que consiga recuperar a importância da veracidade nas informações que são consumidas e disseminadas para a formação das opiniões e das identidades dos indivíduos, bem como para a tomada de decisões.

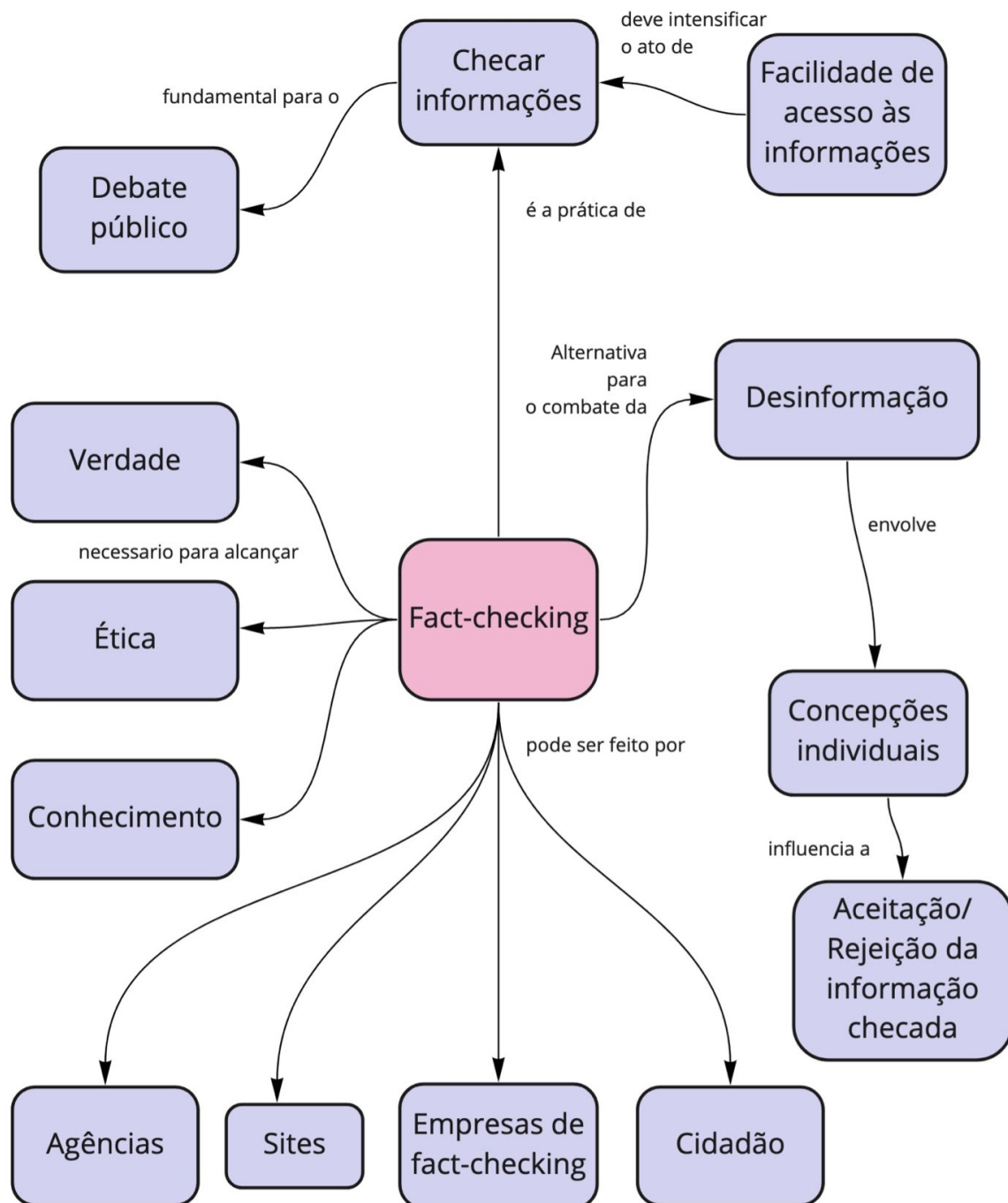
À vista disso, percebemos fortemente que, em situações críticas como a que se vive e diante das milhares de dificuldades que são impostas para lidar com o cenário da desinformação, torna-se ainda mais imperativo o sujeito ter a capacidade de garimpar informações apuradas com cuidado, baseadas em dados científicos e que se ancorem em fontes qualificadas, sempre questionando o conteúdo que consome e assumindo uma postura crítica e reflexiva.

É importante pontuar a mensagem de Peter Adams, vice-presidente de educação no *News Literacy Project*, que disse que: “O equivalente a gastar 20 segundos lavando as mãos também funciona muito bem para a informação. Se você tirar 20 segundos, investigar a fonte, fazer uma busca rápida no Google e manter-se cético, podemos eliminar uma boa dose da confusão gerada pela desinformação.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Destarte, na prática, é fundamental duvidar sempre de fontes desconhecidas, buscar orientações nos sites oficiais das autoridades da área, como a OMS, a

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Ministério da Saúde e as secretarias municipais e estaduais de saúde, além de evitar repassar informações sem certeza, mesmo que venham de amigos ou familiares. Ao desacreditar, à primeira vista, das informações que são divulgadas por intermédio de fontes alternativas, é importante que o cidadão adquira o hábito de checar essas informações, ou seja, pratique o *fact-checking*.

Mesmo sabendo que há um enorme desafio para conseguir consolidar esse exercício no dia a dia das pessoas, principalmente por questões relacionadas à educação midiática e à competência em informação, esta pesquisa aponta que o *fact-checking* é uma saída relevante contra a desinformação, nas mais diversas conjunturas, especialmente, no que toca à informação para saúde.



6 Fact-checking

6 FACT-CHECKING

Antes de entrar em profundidade na discussão sobre o *fact-checking*, consideramos importante sublinhar o debate sobre a relação das práticas de *fact-checking*, *debunking* e *verification*. O fundador e diretor do IFCN, Alexios Mantzarlis, expõe uma visão abordando uma distinção nas práticas.

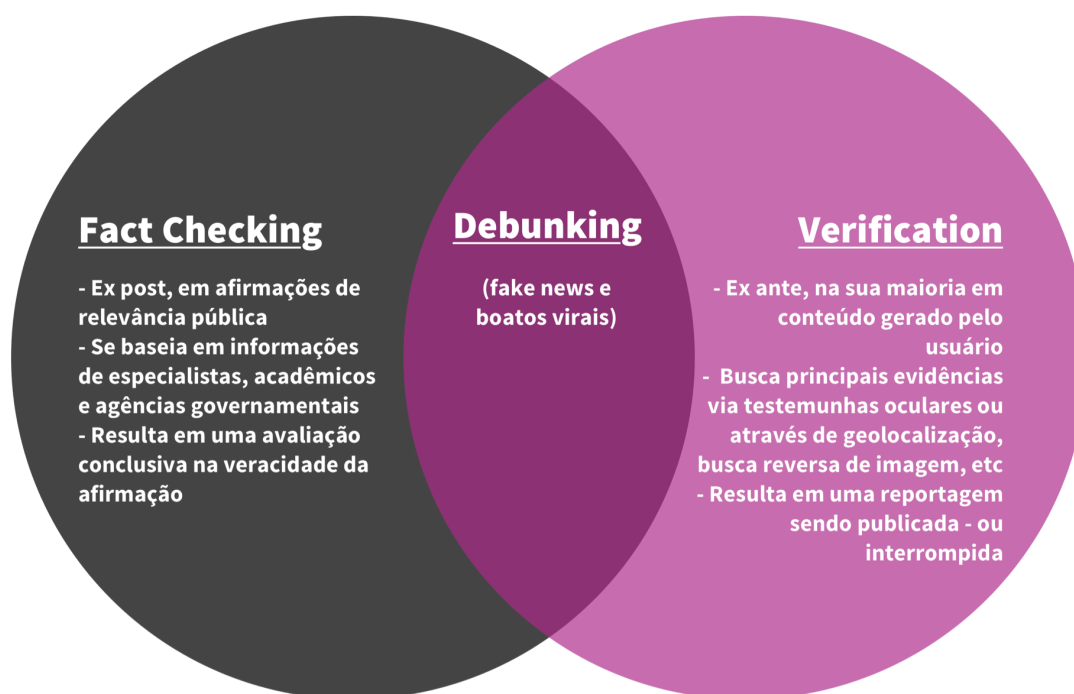
De acordo com Mantzarlis (2018), ***fact-checking*** refere-se ao termo que foi inicialmente usado para designar os departamentos de checagem das redações jornalísticas antes da publicação dos textos redigidos pelos seus repórteres. Ele era um termo empregado no contexto da avaliação da solidez de uma reportagem, servindo como um controle de qualidade para o conteúdo de uma agência de notícias antes da publicação.

Ainda segundo o autor, mais recentemente, a partir do início do século XXI, essa compreensão de *fact-checking* passou, na verdade, a ser atribuída ao entendimento de ***verification***, a qual se estende à assimilação também da necessidade de lançar mão de técnicas de verificação desenvolvidas para checar conteúdo gerado por usuário, como geolocalização e busca reversa de imagens. Hoje em dia, o mais comum é utilizar o conceito de *fact-checking* para designar a checagem após declarações relevantes, feitas por políticos e outras pessoas públicas, baseando-se em fontes primárias e confiáveis que possam confirmá-las ou negá-las, como especialistas e acadêmicos.

Já ***debunking***, é uma vertente de *fact-checking* e de *verification* que se detém a boatos virais (MANTZARLIS, 2018).

Uma comparação entre os três termos pode ser vista na Figura 12.

Figura 12 - Diferença entre *fact-checking*, *debunking* e *verification*



Fonte: Adaptado de Mantzarlis (2018)

Nesta tese, o termo adotado para a discussão restringe-se ao conceito de *fact-checking*.

Colocadas essas ponderações, desdobra-se o debate para o seguinte: como já apontado, no meio jornalístico, desde sempre houve a preocupação de checar e averiguar as informações. No entanto, a prática da checagem de fatos, de acordo com Mantzarlis (2018), cresceu em relevância e se espalhou pelo mundo na última década.

Com o constante aparecimento de notícias falsas nas mídias digitais e no convívio popular, instituições preocupadas com a dimensão alcançada e seus reflexos na sociedade, passaram a investir em ferramentas e métodos para combater esta adversidade.

Entre esses, um dos mais comentados é o *fact-checking*, sendo um serviço que contribui para que a população se informe sobre assuntos que circulam em seu convívio e tenha acesso a informações verdadeiras (SAGISMUNDO; GUIMARÃES, 2018). Nesta pesquisa, delimitamos por *fact-checking* o trabalho de confirmar (ou não) informações utilizadas em discursos nos meios de comunicação e outras publicações, com o propósito de detectar erros, imprecisões e mentiras.

Conhecidas como agências, sites e empresas de *fact-checking*, essas plataformas se tornaram fundamentais nos processos de apuração e combate a notícias mentirosas. Concordamos com Newtral (2021), quando este afirma que nos últimos meses, e especialmente durante a pandemia da COVID-19 o trabalho das agências de checagem tem se consolidado como indispensável, como um serviço capaz de apoiar os cidadãos em decisões importantes, inclusive no que se refere a salvar vidas.

Historicamente, a ideia de fazer checagem se tornou real em 1991, com a iniciativa do jornalista americano Brooks Jackson, durante um trabalho no canal de notícias CNN em Washington, quando recebeu a incumbência de checar se o que possíveis candidatos à presidência dos Estados Unidos diziam nos anúncios de televisão era verdade (SAGISMUNDO; GUIMARÃES, 2018).

Era tempo de primárias em solo americano e o então presidente George Bush (pai) pretendia disputar a reeleição pelo Partido Republicano, ao mesmo tempo em que o democrata Bill Clinton almejava derrotá-lo nas urnas. Neste cenário, Jackson fundou o "Ad Police", a primeira equipe jornalística especializada em checar propaganda eleitoral. Em 2003, estimulado pelo sucesso do trabalho na CNN, Jackson criou o primeiro site independente de *fact-checking*. Em parceria com a Universidade da Pensilvânia e do Annerberg Public Policy Center, inaugurou o FactCheck.org⁵. Meses depois, o jornalista Bill Adair, do "Tampa Bay Times", lançou uma nova seção em seu jornal, o Politifact.com⁶, ganhando um prêmio Pulitzer⁷ pelo feito (AGÊNCIA LUPA, 2020).

⁵ <https://www.factcheck.org/>

⁶ <https://www.politifact.com/>

⁷ Prêmio estadunidense, administrado pela Universidade Colúmbia, em Nova York, que é outorgado a pessoas que realizaram trabalhos de excelência na área do jornalismo, literatura e composição musical.

De lá para cá, os serviços e as iniciativas de *fact-checking* alcançaram uma importância muito grande e passaram a ser liderados por uma organização mundial: a IFCN, que tem como princípio garantir que os compromissos necessários para as organizações promoverem a excelência na verificação dos fatos estejam sendo cumpridos.

Compreendemos que os veículos de comunicação, além de funcionar como filtros, precisam apurar as notícias com extrema responsabilidade, fornecer possibilidades para alertar o cidadão e disponibilizar ferramentas de checagem. A população, por sua vez, precisa se ver como pertencente a uma engrenagem de disseminação de informações e que, se for omissa ao esforço de verificar se o que compartilha é verdade ou não, contribuirá para a propagação de mentiras. E o governo precisa criar políticas públicas eficazes de combate à desinformação, penalizando severamente as empresas que fazem esse tipo de trabalho de forma consistente.

Para a Agência Aos Fatos (2018), a checagem sempre foi necessária para qualificar o debate público e, no momento atual, este serviço se torna fundamental, dado a grande facilidade que as pessoas têm hoje às notícias - que muitas vezes são manipuladas e carregam uma série de distorções da realidade.

Numa entrevista concedida ao podcast CImplifica (2020), a jornalista, professora e pesquisadora Cecília Almeida Rodrigues Lima comenta sobre a relação do cenário de desinformação com a perda da confiança por parte dos cidadãos em relação ao trabalho dos jornalistas.

Reforçamos a essa comparação os resultados trazidos pelo Relatório Global de Confiança 2015, último levantamento do tipo feito pelo instituto Growth from Knowledge (GfK). Foi apontado pelo Relatório que a confiança do brasileiro na mídia (entendida como televisão, rádio e jornais) caiu de 45% em 2011 para 29% em 2015 (GfK VEREIN, 2015). Já o Edelman Trust Barometer 2018 mostra uma queda de cinco pontos no índice de confiança na mídia brasileira, ficando agora com 43% (EDELMAN, 2018).

Cecília Almeida enfatiza na entrevista do CImplifica (2020) que é preciso que a forma de se fazer jornalismo, ou seja, a produção e divulgação dos fatos, seja mais transparente nos seus processos, com a finalidade da recuperação da

confiança a respeito das notícias publicadas pelos profissionais da informação. A pesquisadora completa dizendo que o modo de fazer jornalismo era muito restrito aos profissionais jornalistas, ficando o leitor sem saber muito bem como a informação foi adquirida e quais os interesses que estavam ali por trás de cada conteúdo veiculado. Então, para legitimar fortemente o que é divulgado, é imprescindível que a imprensa seja clara em explicitar como determinada informação foi alcançada.

Obviamente, mesmo no caso das mídias utilizadas pelos grandes jornais, existe a passividade de erros e, inclusive, de manipulação da informação. Porém, pelo menos, existe ali uma pessoa jurídica a quem é possível cobrar responsabilidade pelo material comunicado e, dependendo da situação, até acionar a justiça, exigindo um posicionamento legal. Ao contrário, por exemplo, do emaranhado de mensagens que são recebidas pelo *Whatsapp*, que não permitem que o sujeito saiba quem originalmente publicou o que foi compartilhado, não estando explícito quem pode ser responsabilizado pelo material distribuído.

Neste debate, sublinhamos também que não é que a tarefa da divulgação de eventos, ideias e fatos seja exclusiva dos jornais, das revistas ou das mídias tradicionais para garantir a verdade das informações.

Há informações percorrendo redes sociais como o *Instagram*, *Facebook*, *YouTube* e, inclusive, *WhatsApp* que são de qualidade e que podem ser úteis sim para a população. Sem falar que permitir a circulação e a divulgação de ideias e fatos por esses meios colabora para um debate mais democrático, quando, por exemplo, muitas pessoas somente conseguirão acessar a internet por meio das redes sociais digitais.

Todavia, por se tratar de meios em que se encontra facilmente a falta de compromisso em compartilhar informações não condizentes com o factual, entendemos que é preciso muito cuidado ao se deparar com o que é recebido. É indispensável parar, refletir, checar, principalmente se for considerado pelo indivíduo compartilhar a publicação.

No Brasil, atualmente algumas das principais organizações exclusivamente dedicadas a dizer se algo é verdadeiro ou não, ou ao menos indicar escalas de

veracidade são: Agência Lupa⁸, Aos Fatos⁹, Boatos¹⁰, Veritas¹¹, Projeto Comprova¹², Fato ou Fake¹³, Estadão Verifica¹⁴, E-farsas¹⁵, Truco no Congresso¹⁶ e UOL Confere¹⁷.

Dito isso, vale tratar sobre como é a metodologia da apresentação dos fatos checados pelas agências que funcionam no contexto brasileiro.

A Agência Lupa usa uma escala de nove etiquetas: **verdadeiro** (a informação está comprovadamente correta), **verdadeiro, mas** (a informação está correta, mas o leitor precisa de mais explicações), **ainda é cedo para dizer** (a informação pode vir a ser verdadeira, porém ainda não é), **exagerado** (a informação está no caminho correto, mas houve exagero), **contraditório** (a informação contradiz outra difundida antes pela mesma fonte), **subestimado** (os dados são mais graves do que a informação), **insustentável** (não há dados públicos que comprovem a informação), **falso** (a informação está comprovadamente incorreta) e **de olho** (etiqueta de monitoramento).

A Aos Fatos trabalha com sete categorias de selos: **verdadeiro**, **impreciso** (quando a afirmação necessita de contexto para ser verdadeira), **exagerado** (quando as declarações não são totalmente falsas, “mas estão quase lá”), **contraditório** (quando o conteúdo da declaração checada é objetivamente oposto ao de afirmações ou ações anteriores atribuídas à mesma pessoa), **insustentável** (quando não há fatos, dados ou qualquer informação consistente que sustente a afirmação), **distorcido** (quando o conteúdo traz informações factualmente corretas, mas aplicadas com o intuito de confundir) e **falso**.

A Boatos faz apenas uma compilação de algumas das mentiras que são contadas online e que são cheçadas pela sua equipe, usando a hashtag **#boato** para apontá-las.

⁸ <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>

⁹ <https://aosfatos.org/>

¹⁰ <https://www.boatos.org/>

¹¹ <https://projetooveritas.com.br/quem-somos/>

¹² <https://projeto comprova.com.br/>

¹³ <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>

¹⁴ <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/>

¹⁵ <https://www.e-farsas.com/>

¹⁶ <https://apublica.org/especial/truco-no-congresso/>

¹⁷ <https://noticias.uol.com.br/confere/>

A Veritas diferencia as informações verificadas em duas abas do seu site, "**é falso**" e "**é verdadeiro**".

O Projeto Comprova utiliza quatro etiquetas: **enganoso** (conteúdo retirado do contexto original e usado em outro com o propósito de mudar o seu significado; que induz a uma interpretação diferente da intenção de seu autor; conteúdo que confunde, com ou sem a intenção deliberada de causar dano), **falso** (conteúdo inventado ou que tenha sofrido edições para mudar o seu significado original e divulgado de modo deliberado para espalhar uma mentira), **sátira** (memes, paródias e imitações publicadas com intuito de fazer humor) e **comprovado** (fato verdadeiro; evento confirmado; localização comprovada; conteúdo original publicado sem edição).

A Fato ou Fake utiliza somente as duas menções às quais dão seu nome: **fato** (quando a informação é verdadeira) e **fake** (quando a informação é mentirosa).

A Estadão Verifica utiliza diferencia os conteúdos verificados como **inventado** (que não tem nenhuma base na realidade), **manipulado** (que usa imagens e informações autênticas alteradas), **enganoso** (distorção de informações para favorecer um indivíduo ou assunto), **impostor** (imitação de fontes genuínas), **falso contexto** (inserção de dados contextuais distorcidos em conteúdo autêntico), **falsa conexão** (discrepância entre texto e manchete, imagens e legendas) e **sátira ou paródia** (conteúdo humorístico com potencial para enganar).

A E-Farsas divide seus artigos de verificação somente como **verdadeiro** e **falso**.

A Truco no Congresso diferencia as checagens em sete cartas, que recebem as classificações de: **blefe** (a informação é falsa), **não é bem assim** (a informação é exagerada, distorcida ou discutível), **tá certo, mas peraí** (a informação é correta, mas merece ser contextualizada), **que medo!** (projeto de lei ou emenda parlamentar que podem prejudicar uma parcela da população, reduzir ou suprimir direitos), **parlamentar em crise** (a frase contradiz declarações ou ações anteriores do próprio parlamentar), **zap** (informação correta e também relevante, raramente discutida com a devida atenção no Senado e na Câmara) e **truco** (desafio público relativo a declarações aparentemente infundadas ou polêmicas, feitas dentro ou fora do plenário).

A Uol Confere apenas apresenta as informações checadas e as identifica como falsas ou verdadeiras.

Sobre as instituições de checagem existentes ao redor do mundo, citamos algumas como exemplo: na África do Sul, há o *Africa check*¹⁸, na Índia, há a *Boom*¹⁹ e *SMHoaxSlayer*²⁰, no Japão há o *Japan Center of Education for Journalists*²¹, na Europa há o *BBC Reality Check*²², *FactCheckEU*²³, *Full Fact*²⁴, *The FactCheck blog*²⁵, *Les Décodeurs*²⁶, *Pagella Política*²⁷, *Miniver.org*²⁸, *Faktisk.no*²⁹, *Ferret Fact Service*³⁰ e *Stopfake.org*³¹. Na América Latina, há *Chequeado*³², *ChileCheck*³³, *Colombia Check*³⁴, *Detector de Mentiras*³⁵, *Checa Datos*³⁶, *El Sabueso*³⁷, *Verificado*³⁸, *OjoBiónico*³⁹, *UYcheck*⁴⁰ e *Cotejo*.⁴¹ Nos Estados Unidos, além dos já comentados *FactCheck.org* e *PolitiFact.com*, há também o *Fact Checker*⁴², *Snopes*⁴³ e *TruthOrFiction*⁴⁴.

No geral, os métodos de checagem utilizados pelas diferentes agências possuem particularidades, porém, no geral, elas apresentam uma conclusão

¹⁸ <https://africacheck.org/>

¹⁹ <https://www.boomlive.in/>

²⁰ <https://smhoaxslayer.com/>

²¹ <http://jcej.info/>

²² https://www.bbc.com/news/reality_check

²³ <https://factcheckeu.info/pt/>

²⁴ <https://fullfact.org/>

²⁵ <https://www.channel4.com/news/factcheck>

²⁶ <https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/>

²⁷ <https://pagellapolitica.it/>

²⁸ <https://www.miniver.org/>

²⁹ <https://www.faktisk.no/>

³⁰ <https://theferret.scot/ferret-fact-service/>

³¹ <https://www.stopfake.org/ru/glavnaya-2/>

³² <https://chequeado.com/>

³³ <https://www.cnnchile.com/chilecheck/>

³⁴ <https://colombiacheck.com/>

³⁵ <https://lasillavacia.com/hilos-tematicos/detector-de-mentiras>

³⁶ <https://checadatos.mx/>

³⁷ <https://www.animalpolitico.com/sabueso/>

³⁸ <https://verificado.com.mx/>

³⁹ <https://ojo-publico.com/ojobionico>

⁴⁰ <https://uycheck.com/>

⁴¹ <https://cotejo.info/>

⁴² <https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/>

⁴³ <https://www.snopes.com/fact-check/>

⁴⁴ <https://www.truthorfiction.com/>

transparente e eficaz, alcançados através da checagem e averiguação dos fatos de modo responsável, destacando documentos, fontes, links e referências. Os fatores levados em consideração para a notícia checada costumam variar, todavia os mais recorrentes estão relacionados à relevância, alcance, tema, emissor da informação, seu impacto na sociedade, os dados que são trazidos e declarações de personalidades públicas.

Em contextos brasileiros, para fazer uma checagem correta, as agências se debruçam sobre bases de dados e iniciam o processo de garimpo de informações públicas. Na ausência delas ou diante da necessidade de saber mais sobre o assunto a ser checado, recorre-se à Lei de Acesso à Informação (LAI) e/ ou assessorias de imprensa. Ainda podem ir a campo, apoiando-se em recursos tecnológicos, como equipamento fotográfico, de áudio ou de vídeo.

Mesmo que confiem em seus métodos de checagem, as agências possuem políticas de erros e correções, que possibilitam sua retratação e a reparação dos dados. Salientamos que as agências de *fact-checking* são checadas e possuem um controle de qualidade, mediante sua participação no *International Fact-Checking Network*.

A propósito, Wakka (2018), embasado em Dulce Ramos, que é coordenadora de programas da IFCN, aponta quatro pontos principais que as organizações de checagem devem respeitar em todo mundo.

O primeiro é o comprometimento em não ser ligada a nenhuma instituição partidária ou governamental, de modo a não gerar conflito de interesses e concentrar a checagem de fatos apenas em um dos lados da história.

Segundo, é imprescindível o comprometimento com a transparência das fontes. Para uma instituição de *fact-checking*, é crucial que os leitores tenham capacidade de revisar os dados apresentados, fazer a mesma análise que o chegador, para, então, chegar ao mesmo resultado.

Terceiro, o órgão precisa apresentar de modo claro em sua plataforma como é financiado e organizado.

E, quarto, a premissa é de que seja comprometido em mostrar correções de maneira aberta e honesta, o mais rápido possível, quando o erro for descoberto.

Seibt (2019) pontua que pesquisas acadêmicas ainda são precárias para indicar que o *fact-checking* é reconhecido pelo público como uma saída eficiente para frear a desinformação. Wardle (2018), de forma complementar, reflete que, embora haja resultados insuficientes para legitimar o *fact-checking* como "remédio" para o "distúrbio da informação", a prática, ainda sim, pode ter um efeito colateral na responsabilização de agentes políticos em relação às suas declarações.

Acreditamos que o *fact-checking* é uma prática que merece ser considerada na luta contra a desinformação, mas, baseando-se em Seibt (2019), entendemos que ele ainda não é suficientemente maduro, levando em consideração o ambiente marcado pela disputa de narrativas nas redes sociais.

Sabendo disso, apesar de compreender que o *fact-checking* se trata de uma prática que exige muito tempo e paciência, é importante sempre lembrar que todos nós desempenhamos um papel crucial no ecossistema da desinformação. Sempre que aceitamos passivamente informações sem verificar ou compartilhamos uma postagem, imagem ou vídeo antes de checá-las, aumentamos o ruído e a confusão. Quando esse processo envolve informação para saúde, a responsabilidade deve ser ainda maior, pois neste contexto informações manipuladas podem custar vidas.

6.1 Fact-checking e informação para saúde

Na tentativa de avançar no entendimento do perfil do usuário e das tendências de busca por informação de saúde no Brasil, Moretti, Oliveira e Silva (2012) realizaram um estudo com 1828 indivíduos que revelou que 86% deles consideravam a internet como umas das principais fontes de informação na saúde.

Em outra pesquisa, desta vez realizada pela Avaaz (2020), foi visto que 94% dos brasileiros entrevistados viram, pelo menos, uma notícia falsa sobre o coronavírus mostrada no estudo realizado. Foi constatado também que 73% dos brasileiros acreditam que ao menos um dos conteúdos com desinformação é verdadeiro ou provavelmente verdadeiro. Esses dados mostram um cenário importante sobre como se configura a desinformação em saúde no Brasil.

No Blog da Saúde, vinculado ao Ministério da Saúde, a postagem "8 passos para identificar *fake news*" orienta como identificar a veracidade de uma notícia

antes de compartilhar, como pode ser percebido na Figura 13.

Figura 13 - 8 passos para identificar *fake news*

- **Avalie a fonte, o site, o autor do conteúdo.**

Muitos sites publicadores de fake News têm nomes parecidos com endereços de sites de notícias. Portanto, avalie o endereço e verifique se o site é confiável, missão. Também veja se outros conteúdos do site também são duvidosos.

- **Avalie a estrutura do texto**

Site que divulgam fake News costumam apresentar erros de português, de formatação, letras em caixa alta e uso exagerado de pontuação.

- **Preste atenção na data da publicação**

Veja se a notícia ainda é relevante e está atualizada.

- **Leia mais que só o título e o subtítulo**

Leia a notícia até o fim. Muitas vezes, o título e o subtítulo não condizem com o texto.

- **Pesquise em outros sites de conteúdo**

Duvide se você receber uma notícia bombástica que não esteja em outros sites de notícia.

- **Veja se não se trata de site de piadas**

Alguns sites de humor usam da ironia para fazer piada.

- **Só compartilhe após checar se a informação é correta**

Não compartilhe conteúdo por impulso. Você é responsável pelo o que você compartilha.

- **Use o Saúde Sem Fake News**

Mande sua uma mensagem duvidosa sobre saúde ao novo canal do Ministério da Saúde.

Fonte: Blog da Saúde (2018)

As recomendações do Blog da Saúde incluem avaliar a fonte, o site e o autor do conteúdo, bem como a estrutura do texto; observar a data de publicação; ler a notícia até o fim, não apenas o título e o subtítulo; pesquisar em outros sites o conteúdo para checar a informação, verificando também se não se trata de piada produzida por site de humor. É chamado atenção para que não se compartilhe conteúdo por impulso, sem antes conferi-los e, por fim, indica o canal *Saúde Sem Fake News* como um serviço de checagem.

É preciso deixar a população cada vez mais ciente de que a desinformação tem um impacto muito real. Curas falsas, medidas preventivas não científicas e teorias da conspiração são abundantes nas mais diversas redes sociais e todas têm

uma influência tangível.

Como já mencionamos em outras passagens de texto, a desinformação se mostrou tão perigosa e perturbadora quanto o próprio vírus. Quebrar a cadeia de mensagens enganosas é um passo pequeno, mas crucial, que todos podem dar.

Na prática, vale destacar que em alguns casos o *fact-checking* pode ser contraditório, pois "os indivíduos tendem a não questionar a credibilidade da informação, contanto que ela viole seus preconceitos", conforme notabilizam Lazer *et al* (2018, p. 1095, tradução nossa). Isto é, mesmo que uma informação publicada seja amparada em fatos que são didaticamente explicados, as concepções individuais dos leitores interferem na aceitação ou rejeição da informação.

Portanto, mesmo depois de serem feitos os devidos apontamentos sobre uma desinformação, as crenças individuais podem continuar prevalecendo sobre a informação retificada. Braga (2018), em resposta a essa ponderação, pensa que o grande determinante é o viés de confirmação, uma vez que este seria a propensão de buscar ou de dar maior atenção às informações que legitimem os julgamentos pessoais do sujeito.

Sendo assim, mesmo em um contexto no qual as notícias passem por checagem, pode ocorrer que a pessoa exposta à determinada informação passe a duvidar da correção, devido à sua convicção particular sobre o assunto em questão.

Recuero *et al* (2021) mostram que, por conta da polarização, há muita dificuldade na circulação da informação qualificada e checada, nos grupos em que circula a desinformação sobre a pandemia, por exemplo.

Via de regra, onde circula a desinformação, não circula o fact-checking e outros tipos de conteúdos verificados. Em Recuero *et al* (2021) é apontado que, de um total de 4256 páginas e grupos que compartilharam desinformação no Facebook, apenas 10% dos grupos compartilharam a checagem. Além disso, nos grupos e páginas que compartilharam desinformação e checagem, observamos que quase sempre a checagem é apresentada de modo a sustentar a desinformação e o viés ideológico do grupo. Isso acontece porque grupos politicamente radicais ou altamente ideologizados tendem a proteger as suas crenças através da negação de fatos ou de evidências contrárias (RECUERO *et al*, 2021).

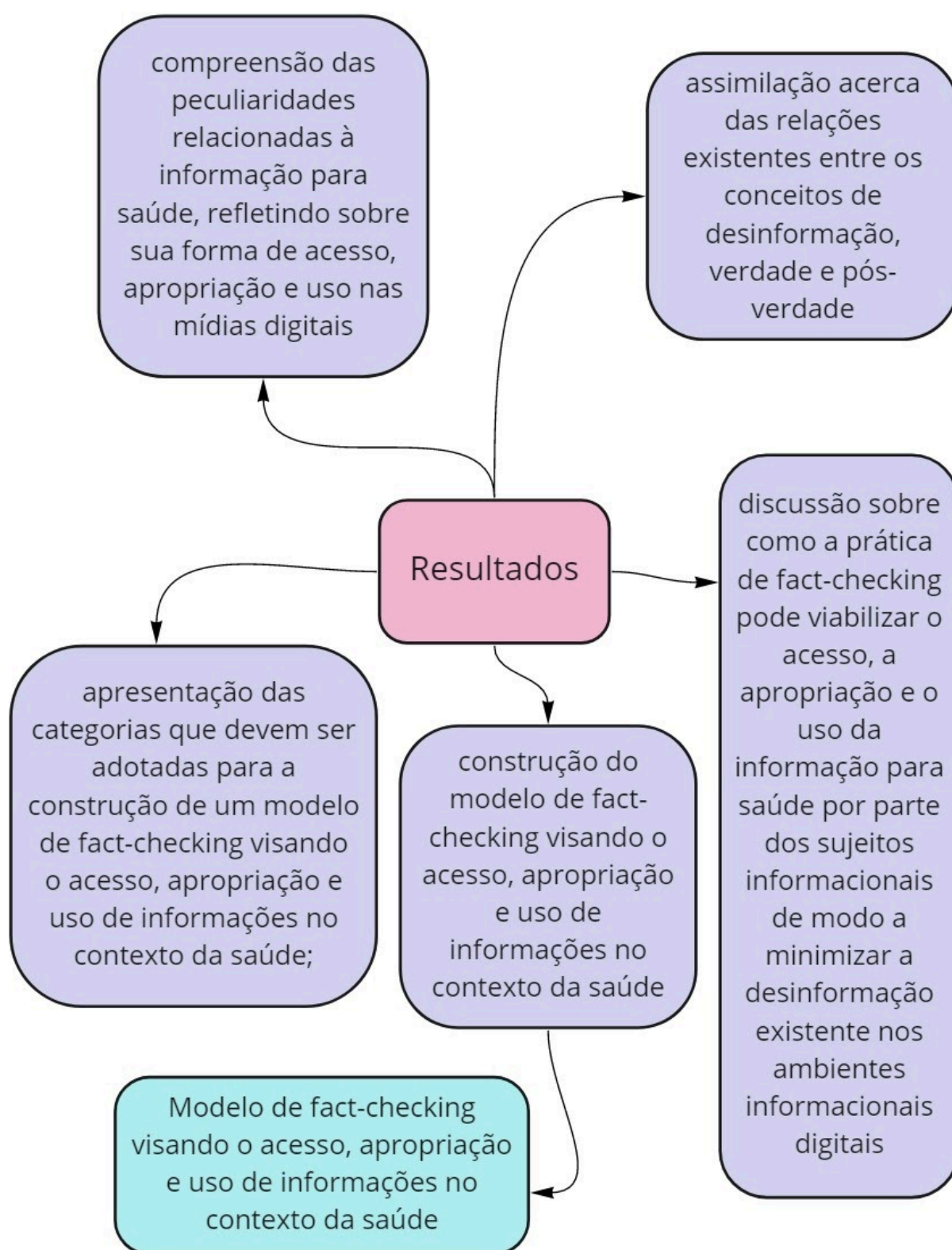
Uma análise importante realizada por Recuero *et al* (2021) mostra que,

comparando a circulação de *fact-checking* e desinformação no *Facebook*, percebe-se que a maior parte da desinformação é composta por conteúdo nativo da plataforma, à medida em que o *fact-checking* circula principalmente por meio de *links* para agências de checagem. Como consequência, muitos usuários conseguem consumir a desinformação nativa do *Facebook*, mas dependem do consumo de dados de internet para acessar a checagem publicada fora da plataforma.

No contexto do Brasil, conforme apontam dados do Cetic.br sobre o uso de internet durante a pandemia no país, 40% do acesso à internet ainda se dá exclusivamente através de planos de celular. Esse é um fator que dificulta o alcance das checagens de fatos, visto que usuários de planos de acesso patrocinado (zero-rating) enfrentam dificuldades para acessar informações publicadas fora de plataformas como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*. Isto pode ter impactos no consumo de informações dos usuários de mídias sociais e ajuda a explicar a maior popularidade da desinformação em comparação ao conteúdo de checagem (RECUERO *et al* (2021).

Levando em conta todas essas reflexões, fazemos a metáfora que as informações falsas e desinformações são como uma espécie de poluição. Trata-se de um problema que não é simples de se resolver e que deve ser atacado em várias frentes. É fundamental que seja instituída aos poucos a compreensão de que, quando alguém compartilha uma notícia sem checar, seria como jogar um lixo no chão. Assim, se milhares de pessoas tiverem a mesma atitude, como são os compartilhamentos via *WhatsApp* ou em outras redes sociais, o efeito seria uma poluição tal que, acumulada, poderia ameaçar a segurança de quem caminha em uma rua.

Atentando-se a essa metáfora, a cultura da checagem de informações antes do compartilhamento destas precisa ser firmada para alcançarmos uma sociedade mais comprometida com a verdade, a ética e o conhecimento. Mas, já adiantamos, isto é um macro processo sociocultural que demanda políticas públicas educacionais de longo prazo.



7 Análise dos dados e interpretação dos resultados

7 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Como já foi mencionado no Capítulo 2, em que foi exibido o procedimento metodológico deste estudo, para coleta de dados nos fundamentamos tanto na análise textual, com base no referencial teórico existente, para compreender o universo que diz respeito à desinformação, à pós-verdade, o *fact-checking* e a informação para saúde, quanto na realização de entrevistas, que foram direcionadas aos responsáveis por cinco das principais agências de checagem no Brasil (Agência Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova, E-Farsas e Boatos.org).

Essas entrevistas foram todas gravadas e transcritas após o término de cada uma delas. As perguntas conduzidas aos sujeitos participantes da pesquisa estão exibidas no Apêndice 2. Mas enfatizamos que, na medida em que foram sendo necessárias, questões adjacentes foram sendo feitas aos sujeitos para complementar as respostas obtidas, com a finalidade de alcançar, desta forma, a saturação teórica do estudo.

As respostas às perguntas desde a primeira entrevista foram analisadas, logo após a sua realização, antes de outro participante ser entrevistado, de modo que os códigos que surgiram foram servindo de base e guia para a coleta de dados adicionais, mantendo o processo de coleta de dados aberto a todas as possibilidades (STRAUSS, CORBIN, 2008).

De acordo com Charmaz (2009, p. 69), “codificar significa categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados”. Dessa maneira, através dos códigos é possível selecionar os dados para que possam ser interpretados analiticamente pelo investigador. Para a mesma autora (2009, p.78), “por meio da codificação de cada linha dos dados, você consegue obter *insights* sobre qual o tipo de dados deve coletar a seguir. Dessa forma, você refina os dados e direciona a investigação posterior no início da coleta de dados”.

Assim, a coleta de dados acabou sendo dinâmica e os questionamentos necessários a cada nova análise foram sendo incorporados à pesquisa. Os dados foram coletados até a saturação teórica, isto é, nenhuma informação nova

relacionada a uma categoria surgiu, bem como as propriedades e dimensões das categorias da teoria estavam bem delineadas e desenvolvidas, além de uma relação bem estabelecida entre as categorias encontradas no estudo (CHARMAZ, 2009).

Consequentemente, quando os dados da última entrevista foram analisados, foi percebido que as categorias descobertas estavam bem formuladas, não sendo manifestados novos questionamentos sobre os conceitos, em adição à categoria central estar definida e relacionada teoricamente com as demais categorias que a integraram, caracterizando, assim, a saturação teórica desta pesquisa. Desse modo, foi encerrada a coleta de dados.

Durante o processo de análise e interpretação dos achados da pesquisa, que foram sustentados através do Discurso do Sujeito Coletivo, Dantas *et al* (2009, p.143) salientam que “em todas as etapas, se deve exercitar/ realizar pensamento crítico-reflexivo, no qual a subjetividade deve fluir em todos os momentos, a fim de descobrir as pontes de ligação entre as diversas categorias”. Logo, entendemos que a subjetividade e a interpretação do pesquisador atravessam todas as etapas da análise dos dados, sendo a criatividade e o desenvolvimento de pensamento crítico-reflexivo essenciais para o emprego da TFD.

Acrescentamos ainda que, conforme Strauss e Corbin (2008, p.65), a análise dos dados “[...] não é um processo estruturado, estático ou rígido. Ao contrário, é um processo de fluxo livre e criativo, no qual os analistas se movem rapidamente para frente e para trás entre os tipos de codificação, usando técnicas e procedimentos analíticos livremente”.

Sublinhamos esses pensamentos supracitados com a intenção de explicar que, para construção do nosso modelo, foi necessário combinar o referencial teórico com os dados obtidos com as entrevistas, que foram conversando ao longo de todo o decurso da análise dos dados, acrescentando novas perspectivas no entendimento do fenômeno da desinformação e da prática do *fact-checking*.

Como forma de mostrar didaticamente os dados e códigos alcançados antes da apresentação do modelo precisamente, decidimos mostrar os resultados obtidos em cada objetivo específico traçado. Os achados da pesquisa evidenciam que os três primeiros objetivos específicos estiveram muito relacionados com as codificações inicial e focalizada da TFD, o quarto relacionou-se essencialmente com

a codificação axial e o quinto, finalmente, com a codificação teórica, em que as categorias construídas interagiram umas com as outras, de modo a serem incorporadas em uma teoria.

7.1 Compreendendo as peculiaridades relacionadas à informação para saúde, refletindo sobre sua forma de acesso, apropriação e uso nas mídias digitais

Seguindo os princípios dos estágios da codificação da TFD, a codificação inicial serviu como uma fase orientadora, auxiliando nas decisões e definições das principais categorias conceituais. E na codificação focalizada, no que lhe concerne, foram utilizados os códigos já mapeados na codificação inicial, fazendo uma avaliação para selecionar aqueles mais significativos, que permitiram melhor compreensão analítica, a fim de desenvolver categorias sobre os dados de modo mais completo.

Para o primeiro objetivo específico, separamos dois grandes grupos a fim de apresentar os resultados obtidos detalhadamente:

- informação para saúde;
- acesso, apropriação e uso da informação.

Sobre o primeiro grupo, Informação para saúde, o Quadro 12 apresenta o que foi obtido. Foram mapeadas descobertas oriundas do referencial teórico, bem como das entrevistas. Como forma de não identificar a autoria dos depoimentos dos entrevistados, foram atribuídas as letras A, B, C, D e E para representar os sujeitos participantes das entrevistas.

Quadro 12 - Codificação focalizada sobre informação para saúde

Codificação inicial	Autoria	Codificação focalizada
A informação para saúde contempla questões que dizem respeito às patologias (per-si), à saúde, à legislação, à gestão, à padronização, à nutrição, às condições socioeconômicas, ao credo, à educação, às tecnologias, à terminologia, além de outras.	Bentes Pinto (2011)	A informação para a saúde estende-se às esferas do campo social, econômico, educacional, terminológico, científico, tecnológico e jurídico.
A informação para saúde, como produto de relação de poder, serve aos atores sociais, políticos e econômicos com vistas a normalizar o corpo individual e coletivo, a sustentar as estratégias e táticas de controle, a empoderar o olhar vigilante, e ainda legitimar o discurso do que promove saúde, tal como permite a prevenção de doenças.	Cavalcante <i>et al</i> (2014)	A informação para saúde configura-se também como produto de relações de poder.
"[...] a gente conta só uma parte da história, mas dá a entender que toda a história se desenrolou de uma determinada maneira e isso serve a interesses diversos. Desde interesses políticos até interesses de grupos dominantes, em vários sentidos, seja no domínio social, seja no domínio de gênero, seja no domínio de raça seja no domínio religioso, seja no domínio da saúde... A gente tem muitas muitas construções narrativas que usam a desinformação para manter o interesse de um determinado grupo e para direcionar o debate público para esse lugar de interesse desse grupo."	Participante D	
Nos deparamos hoje com uma sociedade que é alvo de um contínuo assédio de uma vontade de educar, esclarecer, informar, saber, de fazer circular e de disseminar questões alusivas à saúde, ao cuidado com o corpo e à preservação da vida.	Silva (2013)	Necessidade constante de se informar sobre questões relacionadas à saúde, ao cuidado com o corpo e à preservação da vida.
Grande quantidade de informação na	Vasconcelos-Silva	Facilidade do acesso à

área da saúde disponibilizada na Internet e o aumento das facilidades de acesso à rede mundial de computadores encoraja os sujeitos a se sentirem livres para controlarem, sozinhos, a sua saúde, achando desnecessário a intermediação de um especialista.	e Castiel (2013)	informação para saúde encoraja a falta de necessidade da intermediação de um especialista.
Ter acesso a determinadas informações não garante que, conseqüentemente, as decisões e ações desencadeadas serão sempre “acertadas” ou estarão “corretas”. Ou seja, as informações refletem as concepções, os valores, as intenções, a visão de mundo e outras particularidades daquele que as está utilizando, influenciando diretamente em suas ações.	Ferreira (1999)	As informações recuperadas poderão ser assimiladas com base apenas na visão de mundo do sujeito.
De nada adianta o acesso à informação sem que se possa compreender efetivamente a informação recebida. É essencial que aquele que recebe a informação saiba se esta é verdadeira ou não e que saiba usá-la de forma consciente e responsável.	Sanches e Cavalcanti (2018)	É fundamental consumir a informação para saúde de forma consciente e responsável.
A proliferação de notícias falsas envolvendo informação para saúde acontece principalmente porque a maior parte da população tem pouco conhecimento sobre a área. Além disso, é gerada uma enorme ansiedade diante das notícias sobre doenças e epidemias, sendo ainda mais complicado, e gerando ainda mais desinformação, quando o assunto é doença grave ou ameaçadora.	Henriques (2018)	Notícias falsas sobre informação para saúde proliferam facilmente devido ao pouco conhecimento na área da população no geral.
		Informação para saúde relacionada à doença grave ou ameaçadora gera grande ansiedade nas pessoas.
"Antes da pandemia, o que a gente via [...] [era que a] desinformação de saúde ultrapassava bolhas. [...] Tinha muita desinformação sobre 'como prevenir infarto', 'coisas que causam infarto', 'coisa que cura câncer'. Esse tipo de informação é compartilhado por gente de direita, de esquerda, porque todo mundo tem medo de ter câncer, todo mundo tem medo de ter infarto."	Participante A	Antes da pandemia da COVID-19, informações falsas para saúde conseguiam ultrapassar bolhas.

"Quando começou a pandemia, a gente [viu] que [...] usar máscara passou a ser um gesto político, não uma medida sanitária, então acho que esse processo de politização das medidas de saúde criam um contexto diferente. Acho que elas continuam perigosas. Mas acho que [...] essa politização da informação de saúde passou a criar uma desconfiança nas instituições. [...] Passou a ter outras camadas de conspiração, o que eu acho que torna mais perigoso porque, de repente, você não pode se informar com qualquer informação sobre saúde, com qualquer médico, porque de repente tem os médicos que... você começa a desautorizar pessoas que são fontes confiáveis de informação. [...] acho que as pessoas que acreditam se tornaram mais refratárias a evidências, a opiniões... Principalmente a evidências."	Participante A	Com a pandemia, a informação para saúde passou a ser politizada, criando desconfiança nas instituições.
"Todo momento de crise, em que você tem muita incerteza, as pessoas tendem a ficar mais suscetíveis mesmo à desinformação. Na verdade, porque circulam muitas meias verdades, que não se sabe ainda tudo, você sabe apenas um pedaço. Você ainda está juntando as pecinhas do quebra-cabeça, então circula desentendimentos sobre as peças do quebra-cabeça."	Participante A	Momentos de crise e de incerteza contribuem para a proliferação de informações para saúde que são falsas.
"Eles vão oferecer conteúdos muito emocionais. Vão provocar algum tipo de efeito, medo, ansiedade, pânico. Vão se utilizar de chamadas para ação, [...] compartilham coisas que sejam rápidas, que não deixem que as pessoas pensem ou avaliem ou façam algum tipo de tentativa de compreensão do que tá acontecendo [...]".	Participante E	
"[...] os boatos sobre saúde são os mais graves que têm. Eles têm, em muitos casos, como podemos ver na pandemia, impacto direto na vida das pessoas."	Participante B	O compartilhamento de informações falsas sobre saúde se torna ainda mais agravante porque têm impacto direto na

"[...] a desinformação que circula relacionada à saúde [...] está ligada a evidências anedóticas de curas e tratamentos efetivos para doenças das mais variadas e que colocam as pessoas em risco, assim, eminente."	Participante D	vida das pessoas.
"A partir do momento que você nega algumas evidências científicas e segue comportamentos que não são embasados na ciência, você corre mais riscos e pode ter danos que não têm volta [...]".	Participante E	

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 12 sinaliza os resultados mais significativos encontrados no decorrer da análise textual desta pesquisa, bem como das entrevistas (as quais também trouxeram pontos importantes para a inspeção deste objetivo). Percebemos, inclusive, que em alguns momentos o referencial teórico é ratificado pelos depoimentos dos participantes em relação à informação para saúde, especialmente quando foi chamada atenção para a questão de que, em momentos de crise e incerteza, nota-se maior facilidade de circular informações enganosas no que concerne ao cuidado com a saúde e com a vida.

Apesar de parecer uma premissa básica, a necessidade de consumir informação, sobretudo no campo da saúde (pois são informações que podem impactar nossa vida diretamente) de forma responsável e consciente, não podemos negar que as pessoas no geral podem interpretar as informações recebidas de acordo somente com sua forma de ver e de compreender o mundo.

Depreendemos deste contexto também que toda essa realidade da informação para saúde está associada às relações de poder, que regulam os fluxos de informação e desinformação que atravessam o estado, o mercado, a sociedade civil, as comunidades locais, *etc*, em torno da saúde.

Percebemos que no caso brasileiro, particularmente em tempos de pandemia, informação para saúde e poder estão interligados numa interdependência de autoafirmação do Estado, para produzir efeitos na malha social, em rede, não localizada, mas multidirecional. Portanto, a informação para saúde, como produto

desta relação de poder, é moldada pelos atores sociais, políticos e econômicos com intenção de normalizar o corpo individual e coletivo, bem como legitimar o discurso do que promove saúde, e do que permite a prevenção de doenças.

Consequentemente, essa relação de poder está imbricada com a observação de que na pandemia da COVID-19 a informação para saúde se tornou politizada, fazendo com que instituições, informações e evidências científicas fossem questionadas quando o que era apresentado ia de encontro aos valores e opiniões dos sujeitos. Seguindo-se, dessa forma, a um ambiente propício para o compartilhamento de informações falsas no contexto da saúde.

A seguir, o Quadro 13 sumariza o mapeamento sobre o acesso, a apropriação e uso da informação para saúde no ambiente informacional digital, cuja compreensão foi delineada como indispensável para os objetivos deste estudo.

Quadro 13 - Codificação focalizada sobre acesso, apropriação e uso da informação

Codificação inicial	Autoria	Codificação focalizada
Devido ao excesso de informação, há ameaça constante de não se privilegiar a sua qualidade. A preocupação parece ser apenas com o acesso irrestrito, abundante e colaborativo e, com isso, corre-se o risco de negligenciar a legitimidade e confiabilidade das fontes.	Saeger <i>et al</i> (2016)	O excesso de informação facilita o acesso, mas não garante a legitimidade e confiabilidade das fontes.
Na tentativa de se mostrar antenado com as coisas do mundo, o indivíduo, por efeito da ansiedade que esse contexto informacional traz, fica impossibilitado de obter e avaliar os conteúdos que são, de fato, fundamentais e verídicos para formulação de um senso crítico sobre um determinado assunto.	Azevedo (2002)	O excesso de informação aliado à ansiedade da informação impossibilita ao indivíduo, muitas vezes, uma avaliação cuidadosa das informações.
Uma informação unilateral, advinda somente de uma só fonte, mesmo que quantitativamente rica e qualitativamente sofisticada, direciona a personalidade para canais preestabelecidos, limitando objetivamente a oportunidade de	Martins e Presser (2015)	Ao não ser exposto a diferentes fontes de informação, com posicionamentos distintos ao que se está habituado a ter, o indivíduo prende-se em bolhas informacionais,

escolha e a capacidade crítica do indivíduo.		que comprometem a sua capacidade crítica.
Ao considerar a informação um signo, nenhuma informação é neutra, ela é composta por valores ideológicos.	Borges (2018)	A informação é composta por valores ideológicos.
A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, <i>etc.</i>	Almeida Júnior (2009)	
Na perspectiva do sujeito como produtor de sentidos, o leitor assume um papel importante, ao passo em que deixa de ser um mero decodificador ou receptor passivo para ser um construtor, coautor da informação ou do texto. Pondera-se, então, que o leitor reconstrói os significados apropriando-se da informação.	Almeida Júnior (2009)	No processo de apropriação da informação, o indivíduo não é um mero decodificador da mensagem; ele atua na reconstrução de seus significados.
O indivíduo não é apenas um simples decodificador dos conteúdos das informações impostas pelos equipamentos ou dispositivos culturais, mas também produtor de novos significados.	Rastel e Cavalcante (2014)	
O uso da informação é influenciado pelo papel social ou pelas práticas sociais do indivíduo.	Tabosa (2016)	O uso da informação está relacionado às práticas sociais do indivíduo.
O uso da informação deve estar vinculado à melhoria da qualidade educacional e aumento da alfabetização da população.	Santos e Carvalho (2009)	O uso da informação precisa estar agarrado à ideia de melhora na qualidade da educação.
A informação e o uso desse ferramental tecnológico são essenciais para a vida dos dias de hoje, todavia é fundamental que se considere que a tecnologia em si mesma não leva à comunicação e à educação.	Dudziak (2001)	Um vasto ferramental tecnológico que permite um fácil acesso à informação não é suficiente para garantir a comunicação e educação efetiva da população.
A competência em informação é fundamental para o processo de interiorização e apropriação da informação, proporcionando habilidades e valores ligados à informação e ao aprendizado.	Dudziak (2003)	É necessária a competência em informação para um adequado processo de apropriação da informação.

A competência em informação para saúde é sugerida para influenciar o conhecimento em saúde.	Hirvonen <i>et al</i> (2016)	Necessidade da competência em informação para saúde para influenciar positivamente o acesso ao conhecimento em saúde.
---	------------------------------	---

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 13 explana de forma concisa as principais ideias relacionadas ao acesso, à apropriação e ao uso da informação, passando por conceitos como a ansiedade da informação e a competência em informação, por exemplo. Esse encadeamento de ideias e a compreensão desses conceitos foram necessários para embasar o entendimento da desinformação e do *fact-checking* de maneira global, tornando possível a construção de categorias que perpassam pela concepção do que foi trazido nessa fase da pesquisa.

7.2 Assimilando as relações existentes entre os conceitos de desinformação, verdade e pós-verdade

Argumentamos que a pós-verdade presume um descompromisso com a realidade, fazendo com que conteúdos confiáveis e baseados na ciência assumam uma condição secundária perante os processos de produção e circulação de informações falaciosas que se transvestem como verdades incontestáveis.

Esse cenário em que o conceito de verdade é mediocrizado e há um descomprometimento com a verdade científica, deslocada de crenças, opiniões e convicções, abre brecha para um alastramento cada vez maior de desinformações.

Para o segundo objetivo específico, separamos três grandes grupos para poder apresentar os resultados obtidos detalhadamente:

- desinformação;
- verdade;
- pós-verdade.

Desta maneira, os Quadros 14, 15 e 16 expõem os resultados obtidos acerca das associações das ideias de desinformação, verdade e pós-verdade.

Quadro 14 - Codificação focalizada a respeito do conceito de desinformação

Codificação inicial	Autoria	Codificação focalizada
A desinformação é uma forma particularmente problemática de informação. É a informação que desinforma, que visa alienar, que não acontece ao acaso.	Moura, Furtado e Belluzzo (2019)	A desinformação é uma informação total ou parcialmente falsa, passível de verificação, que visa desinformar e alienar com a finalidade de obter vantagens econômicas e/ ou para causar prejuízo público.
A desinformação é a ação de induzir ao erro por meio de informações mentirosas.	Volkoff (1986)	
A desinformação se trata de uma manipulação de opinião pública; com fins políticos externos ou internos, com uma informação, verdadeira ou falsa, tratada por meios falsos.		
A desinformação é uma informação total ou parcialmente falsa, que é passível de verificação e que pode ser usada para obter vantagens econômicas e/ ou para causar prejuízo público, abrangendo ameaças aos processos políticos democráticos, à saúde, ao ambiente e à segurança.	Entidade Reguladora para Comunicação Social da União Europeia (2019)	
Existem alguns fatores que tornam as pessoas mais vulneráveis à desinformação, a saber: avareza cognitiva, teoria do processo duplo, heurísticas, dissonância cognitiva, vies de confirmação, raciocínio motivado, ignorância pluralista, efeito da terceira pessoa, fluência e receptividade da besteira.	Shane (2020)	Fatores que favorecem a crença e o compartilhamento da desinformação.
"Eu acho que você fica vulnerável à desinformação por diversos motivos diferentes, porque todo mundo fica [...]. Esse aspecto da performance. Você não compartilha a notícia não somente para dizer 'olha que interessante, leiam'. Mas é para falar que você é uma pessoa informada, para falar que você pensa daquela forma sobre aquele ponto, para mostrar para as pessoas	Participante A	Aspecto performático dentro das redes sociais como um fator que colabora para a vulnerabilidade à desinformação.

que você está preocupado. Então acho que tem esse aspecto performático de compartilhar um conteúdo que nos torna mais vulneráveis."		
"As redes sociais criam essa noção de que você está recebendo informação de uma pessoa que você confia, que uma pessoa próxima. E aí você com essa confiança que você tem nas pessoas próximas, você confia no que elas compartilham, isso te torna mais vulnerável [...]. Então eu acho que essa confusão entre confiança na informação e confiança pessoal torna as pessoas [mais vulneráveis] à desinformação."	Participante A	Compartilhamento de conteúdos entre as pessoas que desejam se conectar com suas tribos pode tornar as pessoas vulneráveis à desinformação.
"Eu acho que o apelo à autoridade tem muita influência, muita gente encontra acolhimento em grupos, por exemplo, em grupos de WhatsApp, ou sei lá, tem pessoas que são defensores da Terra plana, por exemplo... Eles encontram um grupo que acolhem elas né."	Participante C	
"Acho que uma outra coisa que nos torna mais vulneráveis à desinformação é nos informamos só pelas redes sociais. Acho que, pela forma como funcionam as redes sociais, que são algoritmos pensados pra que a gente veja com mais frequência ou com mais relevância conteúdos que nos agradam e que estão de acordo com comportamentos anteriores que a gente teve naquela rede. [...] E vai só reforçar, e vai te deixar mais refratário a opiniões divergentes, porque você vai achar que elas são minoritárias, que elas são inválidas, porque elas quase não aparecem para você, então quase não aparece porque provavelmente não é verdade."	Participante A	Uso das redes sociais como fonte única para formação da sua opinião e ponto de vista é outro fator que contribui para a desinformação.
"O que acontece é que nas redes sociais muita gente ainda prefere aplaudir o boato e negar todas as evidências que a gente tá levando".	Participante E	
"Creio que a polarização e o acirramento do debate também ajude [a	Participante B	A polarização encontrada especialmente nas mídias

tornar as pessoas vulneráveis à desinformação]. Isso porque vivemos um clima tão belicoso em redes que, muitas vezes, a veracidade total ou parcial da informação é mais importante do que a possibilidade de utilizá-la como ferramenta de retórica."		sociais favorece para a não abertura ao diálogo, fazendo com as pessoas acreditem muitas vezes apenas no que convém.
"Como essa partidarização, e também desse lado da política, tem mais gente promovendo desinformação sobre, promovendo tratamentos que não têm eficácia comprovada ou que tem ineficácia comprovada já."	Participante E	
"No Brasil, temos a questão da franquia de pacotes de dados. Ela possibilita, por exemplo, acesso livre à redes sociais, mas pago a sites informativos. A própria estrutura das redes sociais também corroboram."	Participante B	O acesso não integral à informação por causa da limitação da conexão dos dados colabora para o compartilhamento de desinformação.
"[...] A desinformação, ela é um problema social. Ela é um problema psicológico. Ela é um problema antropológico. Ela é um problema biológico e ela é um problema resumidamente humano. Então a gente não pode descartar o caráter de humanidade que existe em se acreditar em desinformação."	Participante D	A desinformação é um problema complexo, que abarca diversas frentes, tais como o campo social, psicológico, antropológico e biológico do ser humano.

Fonte: Dados da pesquisa

Foram trazidos diversas concepções sobre o conceito de desinformação no capítulo 5 e foi explicitado que, de acordo com o alinhamento dos objetivos desta investigação, trabalhamos com a abordagem da Entidade Reguladora para Comunicação Social da União Europeia (2019), que entende a desinformação como uma informação total ou parcialmente falsa, que pode ser verificada e que pode ser usada para obter vantagens econômicas e/ ou para causar prejuízo público, envolvendo ameaças aos processos políticos democráticos, à saúde, ao ambiente e à segurança.

Ao redor dessa compreensão, refletimos que as tecnologias trouxeram mudanças extraordinárias na forma de se comunicar, oferecendo facilidades no

acesso à informação. Em contrapartida, o cidadão comum se tornou durante esse processo um *prosumer*, criando e compartilhando conteúdo da internet, ao passo que sua capacidade crítica não se tornou uma habilidade bem desenvolvida, de modo geral.

Desta forma, a desinformação, que é um fenômeno complexo, que contorna diferentes aspectos dentro da sociedade, tais como o social, político, econômico, psicológico e biológico do ser humano, anuncia-se como um problema que precisa ser estudado para encontrar maneiras eficazes para driblar seus impactos.

O participante D, por exemplo, durante a entrevista, manifestou que vê a desinformação como um problema inerentemente humano e que, por esse motivo, não se pode descartar o caráter de humanidade que existe ao se falar em desinformação.

Essa colocação é ratificada ao percebemos alguns elementos que podem tornam qualquer sujeito vulnerável ao processo de se desinformar sobre algo, especialmente assimilando as particularidades psicológicas estudadas por Shane (2020):

- a) a avareza cognitiva: preferência pela maneira mais simples e fácil de resolver os problemas, que muitas vezes são saídas que requerem menos reflexão e menos esforço mental;
- b) teoria do processo duplo: o processamento automático aumenta o risco de desinformação por levar a julgamentos rápidos e fáceis que parecem certos, mas não são;
- c) heurísticas: indicadores que o indivíduo usa para fazer julgamentos rápidos que os levam a conclusões incorretas, quando ele prontamente acredita em conteúdos repostados por quem ele confia;
- d) dissonância cognitiva: experiência negativa que a pessoa tem quando se depara com informações que contradizem suas crenças;
- e) viés de confirmação: o sujeito tende a acreditar em informações que confirmem suas crenças e a rejeitar tudo que possa as contradizer;
- f) raciocínio motivado: quando o indivíduo usa sua habilidade de raciocínio para acreditar no que querem acreditar, em vez da verdade;

g) ignorância pluralista: falta de entendimento real sobre o que as outras pessoas pensam e acreditam, que é capaz de levar o sujeito a pensar incorretamente que suas visões políticas são populares, quando na verdade não são;

h) efeito da terceira pessoa: a pessoa subestima suas vulnerabilidades e não toma ações apropriadas porque tende a se assumir que a desinformação afeta outros indivíduos mais do que a ela mesmo;

i) fluência: refere-se a facilidade com que o sujeito processa as informações; e

j) receptividade da besteira: tem a ver com a ideia de que somos receptivos a informações que têm pouco interesse na verdade.

Além dessas vulnerabilidades, destacamos o fator performático que existe em torno do uso das redes sociais, em que é comum as pessoas procurarem e consumirem conteúdos para se sentirem conectadas a pessoas semelhantes, gerando uma ideia de pertencimento e de associação a uma determinada identidade. A performance informativa não está ligada à transmissão de informações, mas a representação de crenças compartilhadas. É uma performance na qual nada é apreendido, apropriado e usado de modo responsável e consciente, mas uma visão particular do mundo é retratada e confirmada. Assim, um contexto de desinformação se torna ainda mais propício.

Essa reflexão está diretamente relacionada com o entendimento da polarização como facilitadora da não abertura ao diálogo, fazendo com que as pessoas acreditem apenas no que convém, o que muitas vezes são informações distorcidas e falsas.

Com a inexistência de diálogo e a falta de iniciativa para recorrer a outras fontes, o bloqueio social torna-se tão intenso que a pessoa que discorda da outra é incapaz de ouvir e entender o seu posicionamento sobre diversos assuntos. Sendo assim, a troca de conhecimento e opiniões, regra básica da convivência social, perde a sua validade.

Com o apoio das ferramentas tecnológicas, muitas pessoas que antes não possuíam acesso à informação e ao desenvolvimento intelectual continuam sem tê-los. Esse fenômeno deriva da falta de consciência social de seguir, compartilhar e

engrossar o discurso daqueles que pensam como nós, ignorando a variedade de opiniões e conceitos em torno de um mesmo assunto, firmando-se em câmaras de eco ou bolhas informacionais.

Citamos também que, no Brasil, temos uma peculiaridade relativa à questão da franquia de pacotes de dados. Ela possibilita, por exemplo, acesso livre a redes sociais, todavia não permite livre acesso a outros sites, que em muitos contextos são necessários para poder checar determinadas informações. Esse obstáculo contribui para as pessoas se fecharem em suas "bolhas" e não abrirem o leque de possibilidades para a discussão de determinados assuntos, prática esta que é indispensável para não sucumbir a notícias manipuladas.

Analisamos esses apontamentos e vemos que todos simbolizam um processo de alienação, uma vez que o acesso "democrático" à informação não garante na prática a formação de um pensamento crítico, sendo mais um fator que alimenta o ciclo da desinformação.

Essas discussões acerca do conceito de desinformação se relacionam com os conceitos de verdade e pós-verdade, que foram assimilados seguidamente.

Quadro 15 - Codificação focalizada a respeito do conceito de verdade

Codificação inicial	Autoria	Codificação focalizada
O estado de ignorância se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos para viver e agir no mundo se conservam como eficazes e úteis, de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas, nenhum motivo para desconfiar delas e, conseqüentemente, achamos que sabemos tudo o que há para saber	Chauí (2000)	A ignorância pode ser tão intrínseca que não a percebemos ou a sentimos, ou seja, não sabemos que ignoramos.
Ao percebermos que existem falhas naquilo que cremos e que por tanto tempo serviu como referência para nossa forma de viver no mundo, ficamos cheios de perplexidade e somos cobertos pela insegurança.		Ao percebermos que possuímos ignorância sobre algo, somos tomados pela insegurança.
Ao se deparar com o novo e não saber o que pensar ou agir, podemos querer sair		O desejo de sair da insegurança e superar a

do estado de insegurança, perceber nossa ignorância e desejar superar a incerteza. Quando isso acontece, estamos na disposição de espírito chamada busca da verdade.		incerteza desperta a busca da verdade.
A verdade foi construída ao longo dos séculos, a partir de três concepções diferentes, vindas da língua grega (<i>aletheia</i> - relacionada à evidência), da latina (<i>veritas</i> - relacionada à coerência) e da hebraica (<i>emunah</i> - relacionada ao consenso). Existe ainda uma quarta teoria, teoria pragmática, atrelada à verificabilidade.		Comparamos o que foi apresentado sobre as concepções de verdade (evidência, coerência, consenso, verificabilidade) com a ideia do que é verdade científica.

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados apresentados no Quadro 15 nos dão uma base para compreendermos como pode ser apresentado o processo de busca pela verdade.

A primeira categoria que é levantada nesta discussão é a ignorância como um estado tão intrínseco em nós que podemos chegar até a nem percebê-lo, acreditando que nossas crenças e pontos de vistas se dispõem como suficientes, não sendo necessário duvidar deles, caindo na ilusão de que já sabemos de tudo o que há para saber.

Neste ponto, retomamos o que Demo (2000) fala sobre o processo comunicativo, o qual ao mesmo tempo que informa, também desinforma, de tal maneira que, quando não sabemos gerenciar as informações que possuímos (ou deixamos de possuir), elas podem ser usadas no sentido de cultivo à ignorância.

O estado de ignorância nos mantém numa zona de conforto sobre não precisarmos problematizar nem muito menos desconfiarmos das nossas visões de mundo, criando a sensação de que não necessitamos quebrar nosso modo de pensar e agir em determinados momentos. Isso é corroborado quando pensamos nos aspectos que podem favorecer o processo desinformativo: avareza cognitiva, teoria do processo duplo, heurísticas, dissonância cognitiva, viés de confirmação, raciocínio motivado, ignorância pluralista, efeito da terceira pessoa, fluência e receptividade da besteira, que foram relacionados com a desinformação no Quadro 14.

A outra categoria diz respeito à incerteza, que diferentemente da ignorância, nos tira da comodidade. Nela descobrimos que somos ignorantes e que nossas opiniões não são capazes de abarcar a realidade em sua totalidade. Notamos falhas naquilo em que acreditamos e isso gera um estado de insegurança.

Nesta altura, ao se deparar com o diferente e o novo, não sabendo exatamente como pensar ou agir, percebendo nossa ignorância, podemos querer sair do estado de insegurança para superar a incerteza. E, assim, entramos na busca pela verdade.

No escopo deste estudo, nos limitamos a pensar essa verdade como a verdade científica. E, para isso, relacionamos as diferentes concepções de verdade construída ao longo dos séculos (*aletheia* - relacionada à evidência, *veritas* - relacionada à coerência, *emunah* - relacionada ao consenso, e a teoria pragmática relacionada à verificabilidade) com a compreensão da verdade científica. Esta é aquela na qual devemos nos embasar para tomarmos nossas decisões relativas à informação para saúde.

A verdade científica, na era da pós-verdade, passou a ser encarada com desinteresse e desdém pelos indivíduos, que passaram a se basear em apelos emocionais e subjetivos para compreender a realidade.

Sendo assim, o Quadro 16 divulga as codificações delineadas sobre o conceito da pós-verdade.

Quadro 16 - Codificação focalizada a respeito do conceito de pós-verdade

Codificação inicial	Autoria	Codificação focalizada
A pós-verdade é uma época na qual decisões baseadas em apelos emocionais são mais importantes do que aquelas fundamentadas por fatos objetivos, fazendo com que as pessoas muitas vezes aceitem determinadas mentiras que são propagadas se elas forem ao encontro de suas crenças.	Silva (2019)	Desinteresse pela verdade científica e decisões baseadas em apelos emocionais.
O desinteresse pela verdade, numa realidade com tanto acesso à informação, é o fato novo que ampara a expressão	Araújo (2021)	

“pós-verdade”.		
Compreensão da pós-verdade como uma "cultura", principalmente levando em consideração a forma como as tecnologias digitais mudaram de maneira decisiva a relação das pessoas com a informação.	Araújo (2021)	
“Posso ouvir suas considerações, posso levar em conta o que você tem a dizer, mas desde que você fale a minha língua”.	Jacques Derrida, citado por Safatle (2018)	
Há fatores que estão correlacionados com a pós-verdade: negacionismo científico, características cognitivas, desintermediação da informação, crescimento das redes sociais e sequestro da concepção de verdade.	McIntyre (2018)	Fatores que se correlacionam com a pós-verdade.

Fonte: Dados da pesquisa

O conceito de pós-verdade é baseado na banalização da verdade, numa conjuntura em que dados objetivos são ignorados e o apelo emocional na formação da opinião junto ao público fala mais alto que a veracidade dos fatos.

Desta maneira, quando a verdade desaba como valor social, as continuidades da prática social que ela apoiou são postas em perigo. Vemos isso com clareza quando discutimos sobre saúde pública, uma vez que, quando se confia menos na investigação baseada em evidências do que numa coleção de anedotas, ao mesmo tempo em que se presta menos atenção à autoridade institucional do que em teorias da conspiração, as consequências podem ser imprevistas e fatais.

Destacamos que a característica da escolha da própria realidade por parte do indivíduo é o que define a pós-verdade. É um contexto em que o ponto central não é determinar a verdade por intermédio de um processo de avaliação racional e conclusiva; a verdade que melhor me servir será a escolhida. Assim, cada um passa a ter a sua verdade e a compartilhá-la somente com quem a aceita.

A composição da pós-verdade correlaciona-se com os fatores elencados por McIntyre (2018) como sendo determinantes para a sustentação da pós-verdade, quais sejam:

- a) negacionismo científico: contexto de uma disseminação da dúvida e, conseqüentemente, geração de confusão e controvérsia;
- b) características cognitivas: a mente humana tem uma tendência de recusar os fatos ou ideias que vão de encontro a suas crenças, buscando sempre o conforto psíquico;
- c) desintermediação da informação: diminuição da influência dos meios de comunicação tradicionais ao passo em que conteúdos compartilhados por anônimos nas mídias sociais;
- d) crescimento das redes sociais: forma preferida de acesso às informações do mundo por parte das pessoas, fortalecendo a disseminação subterrânea da informação; e
- e) sequestro da concepção de verdade (direciona a posturas relativistas, sustentando a visão de que defender algo como verdade absoluta seria um ato de violência).

Compreendemos que a verdade é possível sim de ser questionada e, até mesmo, revista, mas ela só poderá ser negada a partir de uma investigação científica e da comprovação de elementos que, primeiro desconstruam com comprovações aquilo que se estava afirmando até então, e que, posteriormente, apresentem as comprovações do que se deseja apresentar como algo a substituir o que visto como verdade.

Isso acontece porque a ciência está em permanente evolução. Ela atravessa fases, se consolida a cada paradigma alcançado e evolui à medida que um paradigma vai sendo substituído por outro. Ou seja, os consensos científicos nascem e morrem, sendo substituídos por novos consensos, mais modernos e mais precisos. Mas isso não quer dizer, de forma alguma, que a verdade é algo digno de ser banalizado e de dar margem à interpretação de que ela pode ser personalizada em concordância com o desejo pessoal de cada sujeito.

Simultâneo a essa ponderação, debatemos que, apesar de parecer óbvio pensarmos que quando falamos de opinião pública estamos nos referindo a um lugar das razões comuns a uma coletividade, na prática não se pode desconsiderar que toda opinião é um ato subjetivo de interpretação da realidade, em que incidem os valores responsáveis pela interpretação dos fatos. Isso é importante pontuar

porque ao falar de opinião pública como uma opinião coletiva, esquece-se que ela é construída pelas subjetividades das opiniões pessoais.

Nesta perspectiva, não há como considerar um ideal de homogeneidade como se houvesse um denominador comum. O que se acentua na era da pós-verdade, entretanto, é a indisponibilidade ao diálogo entre as distintas opiniões, acreditando que já se conheça a “única verdade possível” sobre determinado assunto.

Daí, conforme já apresentado, a grande questão da pós-verdade é a superação da verdade dos fatos e a verdade científica, pelo estabelecimento da convicção como critério de validade para um argumento.

No fim das contas, é como se não houvesse um desejo de busca da verdade, mas sim de um desejo de manutenção das identidades e das verdades que lhe são convenientes para tanto, permanecendo-se num estado de ignorância sem que se tenha noção disso.

7.3 Estudando as categorias que devem ser adotadas para a construção de um modelo de *fact-checking* visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde

Para a consecução deste objetivo, foi indispensável a conversa com as agências de checagem, especialmente porque, por se tratarem de sujeitos que lidam diretamente com os desafios do *fact-checking* na prática, os participantes trouxeram contribuições valiosas para a discussão deste trabalho. Foi possível compreender as categorias diretamente alusivas ao *fact-checking*.

Quadro 17 - Codificação focalizada a respeito da prática do *fact-checking*

Codificação inicial	Autoria	Codificação focalizada
"A gente tem uma dificuldade que é do <i>fact-checking</i> [...] que é alcançar novas audiências, chegarem mais pessoas."	Participante A	<i>Fact-checking</i> como uma prática de difícil alcance.
"A gente tem uma <i>bot</i> no WhatsApp, que a ideia é estabelecer outro canal de	Participante A	Criação de diferentes canais para aumentar o alcance do

comunicação para entregar essas checagens, para facilitar com que as pessoas tenham acesso a isso."		<i>fact-checking.</i>
"[...] o desmentido nunca tem a mesma força que o boato.. Então o que eu tenho tentado fazer desde o começo é tentar atingir outras bolhas, tentar fazer parcerias com outros portais, com outros veículos de comunicação e com outras bolhas para tentar atingir o maior número de pessoas, assim, dessa forma."	Participante B	
"[...] o que a gente pode fazer é trabalhar em colaboração para ampliar as coisas que a gente faz, atingir, tentar atingir uma maior audiência, e fazer trabalhos, fazer projetos colaborativos, especiais, que ampliem o impacto do que a gente está falando."	Participante D	
"[...] a gente tem projetos de compartilhamento de conteúdo só no stories do Instagram para um determinado grupo. A gente tem projetos de construir figurinhas de WhatsApp ao invés de construir uma checagem completa, de fazer vídeos pequenos, de mandar áudio. A gente já trabalhou com o podcast. A gente trabalha com vídeo. O nosso perfil do TikTok é completamente diferente dos conteúdos que a gente publica em outros lugares porque isso amplia o alcance do que a gente está fazendo. Então uma mesma checagem a gente chega a fazer 10 formatos diferentes, para passar essa checagem adiante, porque essa é a ferramenta que a gente tem hoje."	Participante D	
"Não existe a gente escolher um determinado formato e achar que esse formato vai ser efetivo pra todo mundo [...]. As pessoas são pessoas diferentes, impactadas de uma maneira diferente por determinadas informações que se conectam com elas ou não se conectam. E a maneira de combater isso	Participante D	

é também se conectar com essas pessoas de formas diferentes."		
"Se eu quero saber entender mesmo o que está acontecendo, eu sempre preciso ir além do que esse movimento mais fácil de pegar o que que está aí."	Participante A	Necessidade de recorrer a outras fontes e fazer checagem para se ter uma visão global e não um posicionamento enviesado.
"[...] Isso ficou mais difícil com as redes sociais, porque a gente consegue construir essa falsa ideia de comunidade, quando na verdade a gente está vivendo numa bolha, numa câmara de eco. A gente está reescutando o que a gente acredita. Isso cria a sensação de que isso é a única visão que existe."	Participante A	
"Nosso papel é mostrar 'ó, existem pessoas que compartilham desinformação e essas pessoas agem dessa forma e têm interesses por trás no compartilhamento de desinformação'. A gente cria esse alerta. [...]. As agências vão até aí. Ir mais do que aí... A gente pode sempre tentar, mas chega um momento que é um escopo que a gente não alcança."	Participante A	<i>Fact-checking</i> como uma prática de alerta.
"Existem interesses por trás da produção de conteúdos. [É importante que] você fique mais alerta para que isso se torne um assunto que possa ser conversado. Traz essa questão para roda de conversa."	Participante A	
"[...] Pra que quando a pessoa ouça novamente essa informação, ela esteja atenta e passe a tomar sua decisão com relação a esse político ou com relação a esse ator de proeminência na sociedade, a partir dessa informação qualificada à qual ela teve acesso."	Participante D	
"[...] acho que, quanto mais a gente fala sobre a desinformação, mais a gente ria na sociedade esse sentido de que esse é um tema importante, de que a desinformação, ela é usada em muitas frentes e de que as pessoas precisam estar atentas."	Participante D	

"[...] eu acho que também tem um papel muito importante, que é o papel de alerta. Cada verificação que se publica é um alerta para sociedade, para os leitores, para quem vai, de alguma forma, cruzar com aquilo, de que: 'olha, temos um problema, e esse problema pode chegar até você'".	Participante E	
"[Devemos chamar a atenção para] esse movimento de responsabilidade do que você compartilha. [...] quando você compartilha um conteúdo, você dá mais força para ele. E, se você está compartilhando conteúdo falso, você está dando força para o conteúdo falso. Então acho que [temos que] reforçar essa questão de responsabilização."	Participante A	<i>Fact-checking</i> como uma prática de responsabilidade coletiva.
"[...] a gente está num ritmo acelerado de consumo nas redes sociais e isso vem de todos os lugares. E aí você não respira antes de tomar decisões. Então acho que é importante isso: respire, entenda a repercussão das suas decisões. Uma coisa que você faz em um milésimo de segundo pode afetar a vida de alguém."	Participante A	
"[Devemos aprender] como se tornar cético, mas sem se tornar cínico. Porque acho que também um dos problemas dessa primeira questão de saber que existe desinformação, o que pode acontecer é você achar que tudo é desinformação, então você não tem que acreditar em nada."	Participante A	<i>Fact-checking</i> como uma prática que possibilita o ceticismo, mas que não descarta a busca e a defesa da verdade científica.
"[...] essa questão de ensinar o que é confiável, que é não como fazer esse exercício do ceticismo sem cair no cinismo."	Participante A	
"A gente está aqui para entregar uma informação qualificada para a sociedade a partir dos discursos aos quais a sociedade tem acesso e que impactam a vida das pessoas."	Participante D	

[...] que escolham consumir uma informação de fato relevante, verificada, uma informação de qualidade."	Participante D	
"Eu acho que [o fact-checking é uma alternativa] sim, mas não é a única, né. Como eu te falei, eu acho que a educação deveria ser antes de tudo."	Participante B	<i>Fact-checking</i> como uma prática que contribui para o acesso, apropriação e uso de informações confiáveis, a partir da perspectiva de curto prazo.
"Jogar informação correta na rede é um caminho para combater a informação errada."	Participante C	
"A gente tem que colocar o assunto em pauta. Só que isso vai demorar uma geração para a gente conseguir formar pessoas que de fato escolham uma dieta informativa efetiva. [...] Enquanto isso não acontece, não significa que a gente não tem que tentar fazer isso, mas vai demorar."	Participante D	
"O fact-checking é uma ferramenta importante a curto prazo. Acho que o fato de a gente ter várias iniciativas já no Brasil mostra que as pessoas estão mais atentas e consomem mais esse tipo de conteúdo."	Participante D	
"É entregar essa informação de uma maneira rápida, fácil de ler e que vai fazendo essa corrente, chegando em outras pessoas. Então, sim, ela é uma ferramenta importante a curto prazo."	Participante D	
"É arrogante pensar que a gente tem a solução e que o fact-checking é a solução. Mas eu acho que é uma parcela importante da construção de consciência sobre o problema e de maneiras de, se não solucionar, mitigar esse problema."	Participante D	
"[...] quando a gente olha para nossa audiência, muitas vezes o processo que a gente tem é o processo da pregação para convertido. São pessoas que já têm uma tendência natural de desconfiar, tem uma tendência mais assim de estar atento a isso e que, por isso, consomem esse conteúdo."	Participante D	Incentivar as pessoas que nutrem o interesse pela busca da verdade científica a se tornarem embaixadoras da prática do <i>fact-checking</i> .

"[...] transformar esses convertidos em embaixadores, que eles se tornem pessoas que realmente promovam uma mudança dentro dos seus círculos sociais mais caros, dentro dos seus círculos mais próximos. E aí há um trabalho de formiguinha."	Participante D	Cidadania digital como o cerne da discussão sobre acesso, apropriação e uso de informações científicas.
"[...] outra outra forma que eu achei também bastante eficiente é espalhar um pouquinho através da educação. Agora, ano passado e esse ano, ainda não deu para fazer, mas nos anos anteriores, eu tenho feito palestras em escolas e universidades."	Participante B	
"[...] fazer campanhas para mostrar 'olha, gente, você viu uma coisa no WhatsApp que parece ser bom demais para ser verdade, ou que é ruim demais para ser verdade né... Abre uma janelinha no seu navegador, faça uma busca nos jornais, no site de busca e cruza informações'. Eu acho que falta um pouquinho isso."	Participante B	
"O grande problema para mim da gente discutir soluções é que só existe uma solução e ela é uma solução a longuíssimo prazo, que é a educação. Essa é a solução efetiva para a desinformação. A gente não pode abrir mão de discutir essas coisas no ambiente escolar, no ambiente de universidades, dentro das nossas casas."	Participante D	
"Dar a chance de a pessoa ler a informação correta é dar armas para que ela mesma lute contra a desinformação."	Participante C	
"Eu acho que educação midiática é um tema importante [...] para ser levado às escolas, agora já há uma condição com as novas diretrizes curriculares, já há uma uma possibilidade forte de colocar isso nos currículos escolares".	Participante E	

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados obtidos durante as entrevistas trouxeram resultados importantes sobre a prática do *fact-checking*. Entendemos que as plataformas de checagem que existem são robustas, mas não dão conta de fazer frente a um universo cada vez maior de informações falsas e manipuladas. Especialmente porque o *fact-checking* é uma prática de difícil alcance e que apresenta obstáculos para furar "bolhas". Ratificamos isso quando refletimos que um material falso circula muito mais fácil e rapidamente do que um conteúdo checado e verificado.

O caminho para efetivação da responsabilidade midiática é desafiador e para compreender a importância de checar as informações obtidas, as pessoas precisam, antes de mais nada, se comprometerem com o debate democrático e demonstrarem senso crítico diante do conteúdo exponencial disponível nos ambientes digitais. Desta forma, perceberão a necessidade de sempre recorrerem a outras fontes e de fazerem checagem com a finalidade de conquistar uma visão global sobre determinado assunto, e não um posicionamento enviesado.

O *fact-checking* é uma prática que contribui sim para o engajamento relacionado à busca pela verdade científica, sendo fundamental para o acesso, apropriação e uso de informações confiáveis, contudo a partir de uma perspectiva de curto prazo. Isso porque a forma como as agências de checagem desenvolvem seu papel colaboram sobretudo para alertar a sociedade que a desinformação é um problema que existe e que, por isso, merece atenção e cuidado. Mas o *fact-checking* em si não é o ponto central quando se almeja uma solução sólida e poderosa contra a desinformação. Entendemos que mesmo não o sendo, é impossível negar seu papel como parte estratégica para tal.

Apesar das ideias, opiniões e mensagens expostas na internet estarem acessíveis de modo a mexer com nossas emoções e nossa subjetividade, nos deixando vulneráveis a acreditarmos mais facilmente em desinformações, o *fact-checking* atua como um compromisso de alertar sobre a existência delas, funcionando como um esforço de multiplicação e construção de uma sociedade verificadora de dados e discursos.

Destarte, percebemos o *fact-checking* como uma prática de responsabilidade coletiva, operando como uma ferramenta para não alimentar a cadeia da desinformação, interrompendo de alguma forma o compartilhamento de informações

mentirosas.

Neste mesmo ponto de vista, listamos outro dado importante. É necessário que aquelas pessoas que já incorporaram o *fact-checking* como um comprometimento individual e coletivo incentivem outras pessoas a se tornarem embaixadores desta prática.

Salientamos também que o *fact-checking* possibilita que os sujeitos informacionais sejam sempre céticos a respeito das informações que recebem, porém não ignorem a busca e a defesa da verdade científica. Portanto, entendemos que ele viabiliza o "ceticismo, sem o cinismo".

Isso porque o ceticismo é saudável, sendo uma postura de dúvida e exigência de comprovações. Já o cinismo, ao contrário, trata-se de uma conduta de certeza com relação a ausência de legitimidade das autoridades e de suas intenções. Por exemplo, com base nessa desfaçatez ou descaramento, organizações científicas são atacadas e consideradas ilegítimas por não estarem alinhadas a determinados projetos políticos específicos. Podemos dizer, então, que o ceticismo representa a prudência e o cinismo simboliza a arrogância da suposição de já saber de tudo, o que aponta para a discussão da permanência do estado de ignorância, sem interesse pela busca da verdade científica.

Reconhecendo a função e a importância do *fact-checking*, mesmo sabendo de suas limitações, entendemos que o ideal para que ele se torne uma prática com um alcance mais significativo é criar variados canais para a apresentação das informações checadas, principalmente fazendo uso das próprias mídias sociais (*Instagram, Twitter, Facebook, TikTok, WhatsApp, Youtube, etc*), que são inclusive os espaços em que mais naturalmente são disseminadas desinformações.

As agências de checagem não devem se limitar a um determinado formato e acreditarem, conseqüentemente, que esse formato vai ser efetivo para todos. Afinal de contas, as pessoas são diferentes, sendo impactadas de formas distintas pelas informações com as quais se conectam. O *fact-checking*, então, pode se tornar uma prática mais potente quando são criados planos para aumentar sua audiência.

Como mencionamos anteriormente, o *fact-checking* é uma estratégia que faz parte de um todo muito mais complexo, de diversas dianteiras e de longo prazo quando falamos sobre uma resposta eficiente contra a desinformação. Neste

sentido, entendemos que a cidadania digital deve ser o cerne dessa discussão.

Pensar na concretização de uma cidadania digital é entender que não basta ter apenas acesso à internet. É necessário muito mais. Os indivíduos precisam compreender as linguagens midiáticas e suas especificidades para saberem se portar conscientemente diante dos ambientes digitais.

Detalhando essa concepção, abordamos primeiramente que o jeito mais soberano para alcançar esse ideal só será concebível com o envolvimento de todos os atores possíveis, e não somente as agências de checagem. É preciso, incontestavelmente, de um comprometimento por parte de cada cidadão, mas é essencial a participação do governo, da sociedade civil, das empresas de tecnologia e das instituições de ensino.

Defendemos que apenas através da cidadania digital será factível uma sociedade pautada na responsabilidade holística do acesso, apropriação e uso de informações científicas.

E nesse ponto assimilamos também as discussões relativas a dois conceitos que foram tratados anteriormente nesta pesquisa: competência em informação e educação midiática. O primeiro porque entendemos que ele refere-se a base da aprendizagem ao longo da vida, por ser um meio para o empoderamento numa era informacional repleta de desinformações. E o segundo porque vemos que é fundamental desenvolver a proposta de um processo pedagógico amplo que envolva os meios de comunicação e as instituições de ensino, sejam elas de quaisquer níveis. O apoio fundamental para isso é o desenvolvimento de políticas públicas e ações de educação midiática elaboradas por organizações da sociedade civil nos diversos contextos.

A cidadania digital diz respeito ao uso das TDCIs de maneira responsável e, por isso, deve ser um direito e dever de todos cidadãos. Para alcançá-la, elencamos suas competências basilares no Quadro 18, as quais foram baseadas sobretudo na literatura sobre educação midiática e competência em informação, fazendo um compilado do que foi discutido na análise textual, nas pesquisas da American Library Association (1989), Lau (2006), Yates (2013), Smith *et al* (2013), *A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (2014), Comissão Europeia (2018), Intervenções [2018?], Dudziak (2001) e Dudziak (2003).

Quadro 18 - Competências necessárias para o alcance da cidadania digital

Domínio da competência	Competência	Definição
Alfabetização digital	Navegar, pesquisar e filtrar informações	Saber articular suas necessidades informacionais, buscar conteúdos digitais e conseguir acessá-los.
	Avaliar informações do meio digital	Analisar, comparar, checar e avaliar criticamente a credibilidade e confiabilidade das fontes de informação.
Comunicação e colaboração	Interagir por meio das TDICs	Utilizar uma variedade de tecnologias digitais com a finalidade de se relacionar e compreender os meios de comunicação digital apropriados para um determinado contexto.
	Compartilhar informações no meio digital de forma consciente e responsável	Apropriar-se das informações recebidas, avaliadas e interpretadas para posteriormente compartilhá-las com outras pessoas, atuando como intermediário.
Criação de conteúdo digital	Desenvolvimento de conteúdo digital	Criar e editar conteúdos digitais em diferentes formatos, expressando-se por meios digitais de modo crítico e responsável.
Segurança	Proteger dados pessoais e privacidade em ambientes digitais	Entender como usar e compartilhar informações pessoalmente identificáveis, protegendo a si e aos outros contra danos.
	Proteger a saúde e o bem-estar	Ser capaz de evitar riscos à saúde e ameaças ao bem estar físico e mental durante o uso de informações no ambiente digital. Ser capaz de proteger a si e aos outros contra possíveis perigos, como o discurso de ódio e a desinformação.

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com essas competências, inferimos que o *fact-checking* faz parte do que compreendemos por cidadania digital e está diretamente relacionado a questões que contornam esse debate, principalmente sobre a competência relativa a

avaliar as informações, que está inserida no grupo da alfabetização digital.

Enxergamos que a prática do *fact-checking* faz parte do alicerce da cidadania digital e, por isso, ela precisa ser plenamente desenvolvida para que as competências seguintes tenham êxito. Ao mesmo tempo, enfatizamos também que essa metodologia de checagem conecta-se com o acesso, apropriação e uso de informações confiáveis quando destacamos três pontos:

a) O excesso de informação facilita o **acesso**, mas não garante a legitimidade e confiabilidade das fontes, o que seria possível por meio da checagem das informações;

b) No processo de **apropriação** da informação, o indivíduo não é um mero decodificador da mensagem; ele atua na reconstrução de seus significados. Neste aspecto, a prática do *fact-checking* auxilia o sujeito no entendimento desse papel e dessa responsabilidade;

c) O **uso** da informação está relacionado às práticas sociais do indivíduo e precisa estar atrelado à ideia de melhora na qualidade da educação ao se pensar na perspectiva da capacidade de usar informações confiáveis. Nesse ponto também o *fact-checking* é capaz de atuar positivamente.

Dito isso, quando pensamos especificamente na informação para saúde, salientamos que em épocas em que a desinformação ameaça vidas, aprender como acessar informações ligadas à área da saúde para poder apropriar-se delas e usá-las de maneira crítica, responsável e cuidadosa é imprescindível e capaz de fazer toda diferença para nossa sociedade.

7.4 Construindo um modelo da estrutura do processo da prática do *fact-checking* no contexto da desinformação relacionada à saúde, visando o acesso, a apropriação e uso da informação científica

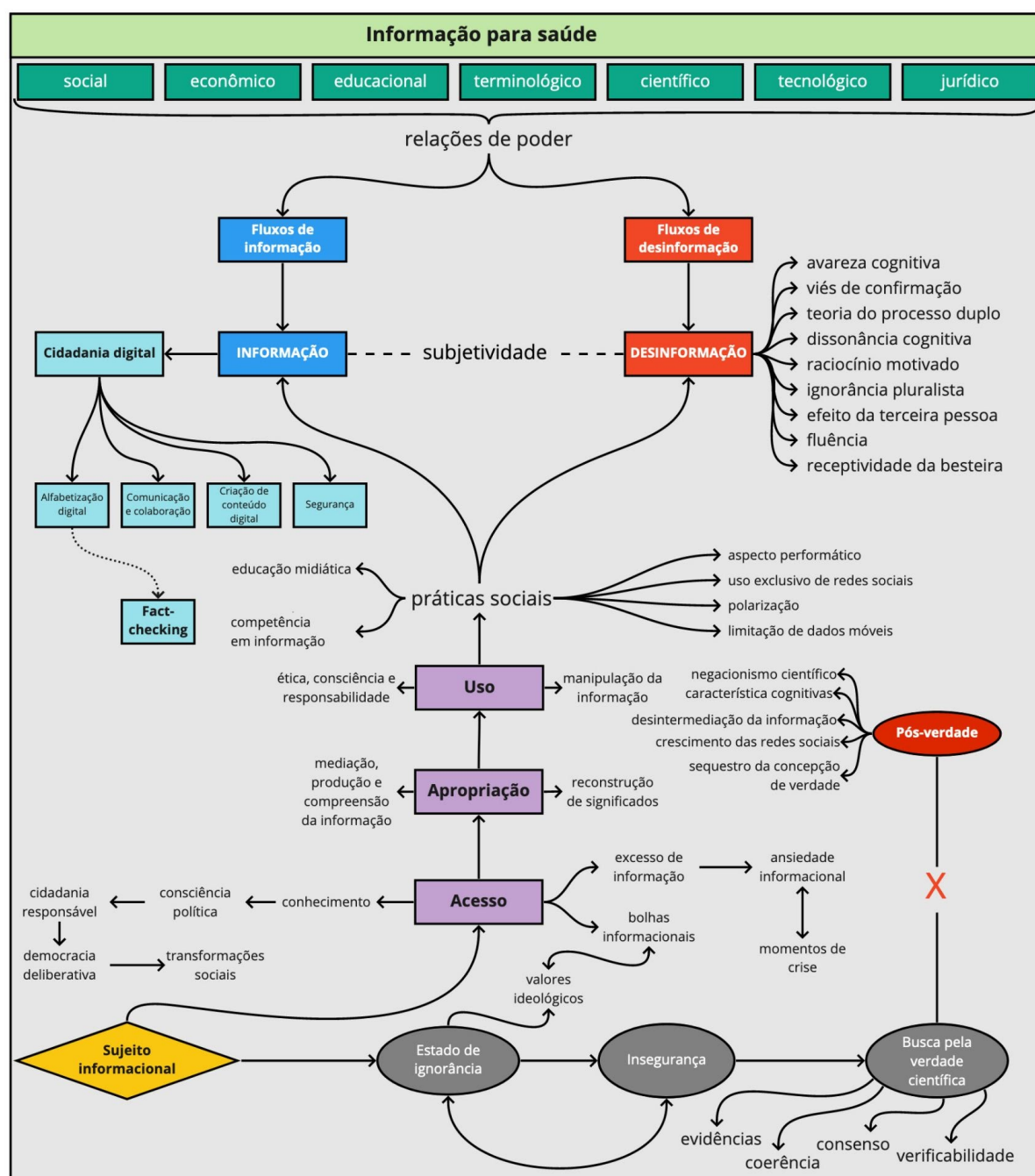
Como foi visto na descrição dos objetivos anteriores, os códigos iniciais foram estruturados nos pautando na leitura e análise do levantamento teórico, bem como por meio de todos os textos das transcrições das entrevistas realizadas. A partir deles, foram identificadas categorias na etapa da codificação focalizada, explicitando

os pensamentos e concepções dos dados. Ou seja, as categorias significativas, emergentes e que respondem aos objetivos deste estudo, sendo consideradas respostas aos questionamentos da pesquisa.

Na codificação axial, por sua vez, recompomos os dados e demos coerência à análise emergente, apontando suas dimensões e propriedades dentro de um contexto, possibilitando explicações mais definidas. Como sinalizado por Charmaz (2009), a codificação axial é vista como a utilização de diretrizes simples e flexíveis, desenvolvendo subcategorias de uma categoria, para demonstrar as conexões existentes entre elas.

Desta maneira, desenvolvemos o modelo de *fact-checking* visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde, relacionando as categorias encontradas, conforme é observado na Figura 14.

Figura 14 - Modelo de *fact-checking* visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde



Fonte: Dados da pesquisa

Realizar um trabalho qualitativo é desbravar um caminho em meio a um emaranhado de dados. Embora atrativo, rico em conteúdo e profundidade, sua análise é complexa. E isso é observado ao se deparar com a Figura 14, que

compila os achados da literatura juntamente com os conceitos que emergiram da coleta empírica da pesquisa.

Todos os conceitos trabalhados estão abarcados dentro do contexto da **informação para saúde**, que foi discutida nesta tese a partir de uma perspectiva holística e que, por isso, estende-se às esferas do campo social, econômico, educacional, terminológico, científico, tecnológico, jurídico, *etc.* Ou seja, esse tipo de informação envolve em seu escopo outras informações geradas em outros campos de saberes, o que demanda um olhar ampliado do conceito de saúde.

Discutimos, nesta conjuntura, que a informação para saúde está associada às relações de poder, que regulam os **fluxos de informação e desinformação** que atravessam o estado, o mercado, a sociedade civil, as comunidades locais, *etc.*, em torno da saúde.

Desta forma, destacamos que a informação para saúde, como produto desta relação de poder, é moldada pelos atores sociais, políticos e econômicos com intenção de normalizar o corpo individual e coletivo, além de legitimar o discurso do que promove saúde e do que possibilita a prevenção de doenças.

Neste íterim, abordamos os conceitos de **informação e desinformação**, marcados por um espectro no qual os dois conceitos assumem cada um dos extremos. Dentro desse espectro, a subjetividade do sujeito informacional poderá ser um fator determinante, uma vez que a forma como lidamos com as informações e desinformações que circulam pelos ambientes informacionais refletem as concepções, os valores, as intenções e a visão de mundo dos indivíduos, influenciando diretamente suas ações.

Quando discutimos desinformação, expomos os elementos que tornam os sujeitos mais vulneráveis a ela, quais sejam: avareza cognitiva, teoria do processo duplo, heurísticas, dissonância cognitiva, viés de confirmação, raciocínio motivado, ignorância pluralista, efeito da terceira pessoa, fluência e receptividade da besteira.

Do lado da informação, trabalhamos com o conceito da **cidadania digital**, defendendo que os sujeitos informacionais carecem de compreender as linguagens midiáticas e suas especificidades para, assim, conseguirem se portar conscientemente dentro dos ambientes digitais.

Quando falamos de cidadania digital, especificamos os tipos de competências que precisam ser desenvolvidas para que ela seja alcançada: alfabetização digital, comunicação e colaboração, criação de conteúdo digital e segurança. Reforçamos que a prática do **fact-checking** só é viável quando o sujeito alcança a alfabetização digital, a qual irá capacitá-lo para analisar, comparar, checar e avaliar criticamente a credibilidade e confiabilidade das fontes de informação, estando menos suscetível à desinformação e lidando com a informação de uma maneira mais objetiva.

Na parte inferior da Figura 14, realçamos outros conceitos importantes que são necessários para nossa tese. Baseando-se em Chauí (2000) para compreender a busca pela verdade, percebemos que nos encontramos num **estado de ignorância** quando não sabemos alguma coisa. Essa ignorância pode ser tão intrínseca que não a percebemos ou a sentimos.

Depreendemos que, em geral, o estado de ignorância se conserva em nós enquanto os nossos valores ideológicos, que fundamentam nossas crenças e opiniões, apresentam-se como suficientes, de tal maneira que, para evitarmos a **insegurança**, não duvidamos deles, nos mantendo dentro de uma zona de conforto que, sem que seja percebido, nos condiciona no estado de ignorância.

Todavia, é possível que, ao defrontar-se com o diferente e não saber o que pensar ou agir diante dele, possamos querer sair do estado de insegurança, perceber nossa ignorância e superar a incerteza. Quando isso acontece, estamos na disposição de espírito chamada busca da verdade, que aqui trabalhamos como a **busca da verdade científica**.

Nesta argumentação, acentuamos a **pós-verdade**, entendida como um tempo no qual a ideia de verdade tornou-se sem importância ou irrelevante, o que dificulta ou impossibilita a busca da verdade científica. Esse contexto é realçado por alguns fatores que são correlacionados ao fenômeno: negacionismo científico, características cognitivas do sujeito informacional, desintermediação da informação, crescimento das redes sociais e o sequestro da concepção de verdade. Sublimamos que esses fatores se assemelham aos elementos que vulnerabilizam os sujeitos informacionais à desinformação.

Sobre a pós-verdade, McIntyre (2018) associa alguns fatores que estão correlacionados com o fenômeno e que foram explicitados no nosso modelo. O

primeiro fator, de acordo com o autor, é o **negacionismo científico**, cujo objetivo não é provar o contrário das evidências científicas, mas sim disseminar a dúvida e, consequentemente, gerar confusão e controvérsia.

O segundo relaciona-se com algumas **características cognitivas** dos seres humanos - viés de confirmação ou dissonância cognitiva. Já é sabido que a mente humana tem uma tendência de recusar os fatos ou ideias que vão de encontro a suas crenças, buscando sempre o conforto psíquico.

O terceiro fator vincula-se com a **desintermediação da informação**, isto é, a diminuição da influência dos meios de comunicação tradicionais ao passo em que conteúdos compartilhados por anônimos nas mídias sociais, que não possuem lastro institucional, ganham cada vez mais espaço. Araújo (2021) fala que esse fator une-se às características cognitivas humanas, pois as pessoas estão dispostas a acreditar no que for para confirmar suas opiniões.

O quarto fator aponta o **crescimento das redes sociais** como forma preferida de acesso às informações do mundo por parte das pessoas, fortalecendo a disseminação subterrânea da informação e criando o efeito bolha através da personalização dos filtros.

O quinto e último conecta-se com um fenômeno diretamente relacionado à pós-verdade, o **sequestro**. Uma parcela de grupos políticos e econômicos arrebatam uma ideia bastante defendida pelo movimento intelectual da pós-modernidade: não existe uma única verdade, havendo interpretações diversas sobre o que é o real, dependendo do sujeito ou do ponto de vista. Esse argumento direcionou a posturas relativistas, sustentando a visão de que defender algo como verdade absoluta seria um ato de violência.

O modelo também exhibe uma espinha dorsal que orienta o **acesso, apropriação e uso** da informação, os quais apresentam características que podem condicionar o sujeito informacional à desinformação ou à boa informação.

Quando observamos o acesso na perspectiva do **excesso de informação** que existe nos ambientes digitais atrelado à formação das **bolhas informacionais**, vemos que há o favorecimento do acesso à desinformação, especialmente porque as informações falsas circulam muito mais rápido e facilmente do que as informações científicas, além de que, fechados em grupos que alimentam seus

posicionamentos e **valores ideológicos**, os sujeitos terão uma maior dificuldade de acessar conteúdos distintos da sua zona de conforto, o que pode minimizá-lo a informações imprecisas e mentirosas, em alguns contextos.

Registramos também que o excesso de informação pode desencadear a **ansiedade informacional**, sobretudo em **momentos de crise**, em que as emoções ficam acentuadas e há a tendência de lidar com a informação de forma mais subjetiva.

Isso fica muito mais sensível em situações de adversidade relacionados à informação para saúde, tendo em vista que, ao lidar com o desconhecido, há a construção de um sentimento de medo e a sensação de incerteza nas populações, que combina suas narrativas com disputas políticas, as quais podem influenciar condutas sobre cuidados com a saúde para atingir objetivos políticos, econômicos, sociais e ideológicos.

Por outro lado, o acesso à informação, quando conduzido de modo consciente e prudente, permite a ampliação do **conhecimento** das pessoas, o que poderá contribuir para a promoção de maior **consciência política**, que, por consequência, gera o exercício de uma **cidadania responsável** e de uma **democracia deliberativa**, que levam a **transformações sociais**.

A respeito da apropriação da informação, vemos que esta não depende somente de códigos linguísticos, haja vista que a construção de seus significados está vinculada a sujeitos sociais que trazem consigo valores e conhecimentos próprios que interferem na interpretação de uma informação. Esse processo **reconstrói significados** que, quando embasados unicamente em posicionamentos pessoais sem pensamento crítico, favorecem a crença e a disseminação da desinformação.

Neste composição, o valor de uma informação depende de quem, de onde e de como ela é **mediada, produzida e compreendida**, não sendo, portanto, algo fixo, devendo ser visto como uma materialização momentânea que será adequada dentro da capacidade interpretativa de cada um.

No tocante ao uso da informação, discutimos nesta pesquisa que ele está associado a um determinado fim ou objetivo, de maneira que ele pode se manifestar

na prática de **manipular uma informação** à qual se teve acesso e transformá-la em enganosa, o que se relaciona ao compartilhamento de desinformação.

Nesta discussão, realçamos uma vez mais a reflexão de que, se antes na CI, havia uma grande preocupação sobre a urgência do acesso à informação - quanto mais as pessoas buscarem e acessarem a informação será melhor porque elas serão mais produtivas e vão se inserir melhor na sociedade democrática, atuando como cidadãos - agora, mais do que acessar a informação, é preciso que os sujeitos pratiquem o uso da informação com o compromisso na busca pela verdade, usando a informação com **ética, consciência e responsabilidade**, para que possamos construir uma sociedade pautada na informação, e na desinformação.

Acentuamos também que o uso da informação está relacionado às **práticas sociais** do indivíduo, o qual, quando tem a oportunidade da **educação midiática** e da **competência em informação**, poderá lidar com a informação objetivamente, ficando menos vulnerável à desinformação.

Por outro lado, o **aspecto performático** dentro das redes sociais é um fator que colabora para a desinformação. Isso acontece porque o sujeito compartilha uma notícia não somente porque a achou pertinente, mas para se performar como uma pessoa informada ou ainda para explicitar que ele pensa daquela forma sobre aquele ponto ou para mostrar para as pessoas que ele está preocupado a respeito de algo. Além disso, a **polarização** fortemente presente nos ambientes digitais, cessando a existência do diálogo, e o **uso exclusivo das redes sociais** como fonte de informação (que muitas vezes é uma consequência da **limitação dos pacotes de dados** que só outorgam essa realidade) contribuem para a prevalência de conteúdos desinformativos.

7.5 Entendendo como a prática de *fact-checking* pode viabilizar o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais

Em concordância com a codificação teórica da TFD, que contribuiu para conceituar a forma como os códigos substanciais desta pesquisa puderam ser relacionados uns com os outros, trouxemos as seguintes elucidações.

Uma das discussões que foi bastante enfatizada neste estudo foi a de que atualmente nos confrontamos com uma sociedade que apresenta uma forte necessidade de esclarecer e fazer circular questões relativas à saúde. Observamos que há uma postura por parte dos indivíduos, no geral, de se encarregarem da própria saúde, procurando informações por conta própria e até mesmo, às vezes, recebendo essas informações espontaneamente, nas mídias sociais e nos aplicativos de mensagem.

Vimos que, de acordo com Tabakman (2013), esse fato é consequência de um cenário de modificações em que a medicina é vista como mais mercantilizada do que nunca, a imagem dos profissionais de saúde está desgastada e tem havido um aumento das pseudociências, que dominam as técnicas de comunicação de massa.

Em torno dessas ponderações, reforçamos então que um aspecto relevante para analisar o campo da informação para saúde é que ideias gerais sobre a condição mercadológica e as relações de poder ganham potência e se materializam no espaço deste campo.

Cavalcante *et al* (2014) assinalou que existem relações de forças no campo da informação para saúde, regulando os fluxos de informações e desinformação que atravessam o estado, o mercado, a sociedade civil e as comunidades locais, em torno da saúde. Compreender a informação e a desinformação relacionadas à informação para saúde é, então, também compreender essas relações de poder.

Assim, devemos sempre considerar que há um jogo disciplinar em que a desinformação virá a existir de forma a constituir a normalização do indivíduo, incluindo as instituições e/ ou práticas em saúde.

Entendemos que os saberes são discursos e que todo discurso se constitui mediante relações de poder e jogos de verdade, de modo que, dependendo dessas relações de poder, um saber passa a ser visto como verdade e outro não.

Acrescentamos ainda que há uma compreensão da informação para saúde como um espaço estratégico de disputa de poder e produção de saber, que implica pensar as necessidades de avanços epistemológicos, metodológicos e técnicos, ao mesmo tempo em que se pensa nas estratégias de ação política que envolvem a gestão de informações. Isto é, gerir a informação pressupõe decisões políticas baseadas em relações de poder.

As decisões tomadas pelos gestores de informação, muitas vezes, trazem consequências para o indivíduo, por influenciar sua visão de "realidade". Isto ocorre na medida em que tais decisões recaem na produção do conhecimento em suas diversas dimensões: técnico-científico, social, político, econômico, ideológico e cultural.

Essa discussão retoma o que foi abordado por Teixeira (2021) que, ao dialogar com Foucault (1979), diz que a desinformação passa a participar da construção de um novo regime de verdade, representando o agrupamento de regras de acordo com as quais se diferencia o verdadeiro do falso, que irá ser atribuído aos efeitos específicos do poder.

Ou seja, essas regras são procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados, e estão ligadas a sistemas de poder, que as produzem e as apoiam. Desta maneira, a desinformação determina condutas, buscando inspiração nas crenças e dogmas da época.

Essas reflexões nos levam a discorrer também que, quando pensamos em alternativas para enfrentarmos a desinformação relativa à saúde, devemos sempre considerar que as informações sobre saúde mexem com os desejos, os medos e até mesmo os valores das pessoas. E é por isso que julgamos que ninguém está totalmente imune à desinformação, especialmente àquela que envolve a nossa saúde e a preservação da nossa vida.

Manifestamos que a desinformação relacionada à saúde se alastra graças ao medo e à preocupação, mesmo que prometam a manutenção da saúde, desconsiderando que a ação individual impacta coletivamente. É inquietante notar

que, enquanto a desinformação invade as redes digitais em defesa da vida, elas também desprotegem o corpo de doenças e o expõe sob o risco de morte, como foi e é visto no decorrer da pandemia da COVID-19.

Neste sentido, quando pensamos no *fact-checking* como uma prática viável para lidar com o cenário da desinformação, o grande desafio que preocupa é conseguir que a mensagem checada seja bem decodificada pelos receptores. Isso porque inferimos que todas as pessoas podem entender qualquer coisa, se explicada de forma clara, mas, acima de tudo, se elas estiverem suficientemente interessadas em alcançar essa compreensão.

O que vai ser determinante para o entendimento de certo público não é necessariamente o conhecimento científico, mas sim a sua motivação para buscá-lo e descobri-lo, o que vai ao encontro da nossa reflexão sobre a busca da verdade científica.

Destacamos que o *fact-checking* faz parte de uma estratégia muito mais robusta que denominamos de cidadania digital, por meio da qual seria viável garantir o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais, de forma a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais.

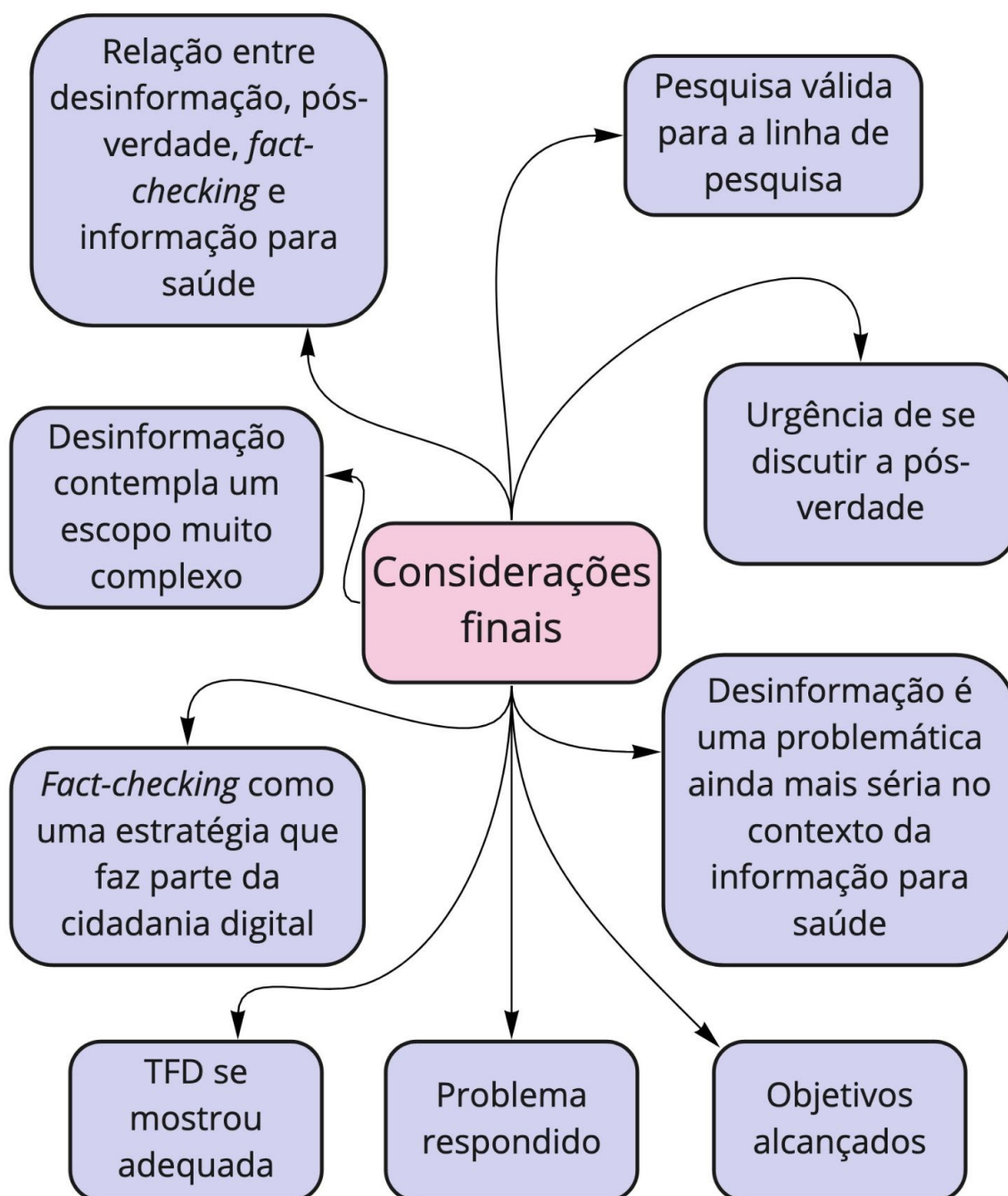
A partir da análise das fontes e de outras técnicas, a checagem de fatos tenta dar aos cidadãos mais elementos para entender a realidade e fazer uma análise crítica do que está acontecendo. Desta forma, a sociedade é estimulada a tomar decisões mais conscientes e menos permeáveis a possíveis tentativas de manipulação por parte das relações de poder, envolvidas com tantos atores sociais, como os dirigentes de partidos políticos, empresas ou outras organizações.

No entanto, temos consciência de que os serviços de *fact-checking* não são suficiente para resolver a desinformação; entendemos que eles funcionam como uma alternativa de curto prazo, que têm o papel de servir de alerta para a população no geral, mostrando que a desinformação é um problema que existe e que pode atingir qualquer um, a qualquer momento. Por isso, devemos sempre estar atentos e recorrer a esses serviços quando necessário.

Apesar de não dar conta do problema em sua totalidade, é louvável a iniciativa das instituições de abordar o conteúdo relacionado à saúde em suas

checagens. Isso contribui para frear a desinformação e para minimizar os danos trazidos pela sua acelerada propagação.

Todas essas descobertas convergiram para construirmos a nossa teoria que se solidificou na tese aqui defendida: o *fact-checking* no contexto da desinformação na área da saúde apresenta-se como uma alternativa para garantir um melhor acesso, apropriação e uso da informação científica à medida que possibilita a análise, a interpretação e a avaliação da informação pertinente e relevante. No entanto, considerando a discussão da pós-verdade, é preciso superar uma série de barreiras ideológicas, cognitivas, culturais e sociais para que o sujeito realize a prática de checar as informações que acessa, se apropria e usa.



8 Considerações finais

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, foram relacionadas as temáticas de Desinformação, Pós-verdade e *Fact-checking*, destacando-as na discussão da informação para saúde. Desta maneira, foi estabelecido um diálogo entre a Ciência da Informação e as Ciências da Saúde. Isso porque entendemos que, pelo fato da CI, desde seu surgimento, identificar-se com uma interdisciplinaridade, é possível desenvolver debates com outras áreas de conhecimento.

Como contribuição para a linha de pesquisa na qual esta tese está inserida, defendemos que a CI preocupa-se com a origem, organização, armazenamento, recuperação, apropriação, disseminação e uso da informação. Por isso, compreender como a desinformação se desenrola nos ambientes informacionais digitais, refletindo sobre o fenômeno da pós-verdade e apontando o *fact-checking* como uma prática que merece ser considerada é uma perspectiva válida para as elucubrações presentes na linha de pesquisa em questão.

Sobre a desinformação, compreendemos inerentemente que ela contempla um escopo de ponderações bastante complexo e, para estudar maneiras de combatê-la, é imperativo o envolvimento de várias frentes, quais sejam: o próprio cidadão, o governo, as empresas de tecnologias, a sociedade civil e as instituições de ensino. A respeito desta última, acentuamos sua importância porque entendemos que uma das melhores e mais poderosas formas para criar um ambiente propício para desinformar as pessoas é fragilizar a educação, abdicando de valores relativos à ciência e à verdade, de modo que são precarizadas as oportunidades dos sujeitos desenvolverem sua competência em informação.

Aliado a isso, inserimos também a argumentação em torno da pós-verdade, entendida como uma época em que decisões baseadas em crenças e opiniões são mais importantes do que aquelas fundamentadas em fatos objetivos. Ela é associada a fatores como o negacionismo científico, características cognitivas dos seres humanos (como o viés de confirmação e a dissonância cognitiva), a desintermediação da informação, o crescimento das redes sociais e o sequestro do conceito de verdade, trazido com as discussões oriundas da pós-modernidade.

Expressamos que, embora hoje em dia praticamente tudo possa ser verificável e, portanto, não seja tão simples assim propagar informações enganosas, essa dificuldade pode ser facilmente superada devido a dois elementos básicos: a insistência na afirmativa falsa, apesar dos desmentidos confiáveis; e a desqualificação de quem a contradiz. Somado a isso, vemos que muitas pessoas dispensam fontes seguras, baseadas em fatos e evidências científicas (previamente desprestigiados pelos enganadores) e não se informam pelos veículos de comunicação rigorosos, e sim diretamente nas fontes manipuladoras.

Com tudo isso, podemos pensar que chegamos à paradoxal situação em que as pessoas já não acreditam em nada e ao mesmo tempo são capazes de acreditarem em qualquer coisa.

Ressaltamos toda essa conjuntura quando lidamos com a informação para saúde, pois esta, quando acessada, apropriada e usada de maneira incorreta ou imprecisa, pode trazer problemas para aquilo que o indivíduo tem de mais precioso: a sua vida.

E foi por entender a urgência de se pensar em considerações sobre como lidar com a desinformação para saúde num universo em que estamos cada vez mais submersos em informações falsas, especialmente nos ambientes digitais, que argumentamos a prática do *fact-checking* como uma contribuição para a população ter acesso a informações confiáveis.

Quando falamos de *fact-checking*, mencionamos a cidadania digital como o ponto central de seu entendimento. Neste íterim, refletimos que pouco adianta o sujeito ter apenas acesso à informação ou à internet. É preciso que eles compreendam as linguagens midiáticas e suas particularidades para saberem se portar consciente e criticamente nos ambientes digitais.

Durante esta investigação científica, foi utilizada a Teoria Fundamentada nos Dados Construtivista para conduzir nosso trabalho. Essa metodologia, por seguir princípios de uma pesquisa qualitativa e objetivar gerar construtos teóricos que expliquem uma ação no contexto social, se mostrou adequada. Isso porque ela permitiu que fossem buscados processos relacionados à desinformação, ao *fact-checking* e à pós-verdade que acontecem no meio social, que puderam compreender melhor os fenômenos.

Essa compreensão foi possível graças à análise de textos pré-existentes e às entrevistas realizadas com as cinco agências de checagem brasileiras, que foram essenciais para assimilar consistentemente o papel do *fact-checking*, dado que trabalhos sobre esse tema ainda são pouco explorados, sobretudo na área da Ciência da Informação.

Ao tentar responder a questão motivadora deste trabalho, que foi "como o *fact-checking* pode viabilizar que os sujeitos informacionais acessem, se apropriem e façam uso da informação para saúde no seu cotidiano de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais, considerando o fenômeno da pós-verdade?", defendemos como tese que o *fact-checking* no contexto da desinformação na área da saúde apresenta-se como uma alternativa para garantir um melhor acesso, apropriação e uso da informação científica à medida que possibilita a análise, a interpretação e a avaliação da informação pertinente e relevante. No entanto, considerando a discussão da pós-verdade, é preciso superar uma série de barreiras ideológicas, cognitivas, culturais e sociais para que o sujeito realize a prática de checar as informações que acessa, se apropria e usa. Isso confirmou a hipótese que levantamos no início do estudo.

Um importante resultado alcançado com a pesquisa foi a construção do modelo de *fact-checking* visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde. Através desse modelo metodológico, atinamos que ele pode ajudar a entender como se desenrolam as práticas dos sujeitos informacionais relativas à desinformação e ao *fact-checking*, frente ao acesso, apropriação e uso da informação para saúde, podendo se tornar bastante expressivo para o debate científico e social.

É conveniente reportar que existiram algumas limitações ao longo da pesquisa. A maior de todas elas foi a questão deste estudo estar sendo feito numa época totalmente atípica.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, muitas atividades se tornaram remotas, incluindo boa parte das ações relacionadas ao fazer da pesquisa científica. A dependência dos meios digitais se tornou significativa e o contato entre as pessoas nos últimos tempos teve que ficar, em grande medida, restrito ao *online*. Desta maneira, as entrevistas realizadas tiveram que ser feitas por videoconferência,

o que, de certa forma, comprometeu a coleta dos dados, pois, sem o contato presencial, detalhes que poderiam ser colhidos nesses encontros não puderam ser apreendidos. Todavia, apesar dos desafios, consideramos que as conversas realizadas via Zoom se mostraram como uma alternativa possível para dar prosseguimento à pesquisa e, conseqüentemente, à consecução dos resultados.

No entanto, mesmo com tudo isso, a respeito dos objetivos definidos, consideramos que eles foram alcançados. O objetivo “a” foi auferido ao compreendemos profundamente as características da informação para saúde, observando questões sobre suas formas de acesso, apropriação e uso nas mídias sociais.

Na concretização deste objetivo, vimos que, mesmo que a necessidade de consumir informação, sobretudo no campo da saúde, de forma responsável e consciente, pareça um princípio básico, é notório que as pessoas no geral podem interpretar as informações recebidas de acordo somente com sua forma de ver e de compreender o mundo.

Além disso, percebemos que, no cenário brasileiro, particularmente em tempos de pandemia, informação para saúde e poder estão conectados por meio de uma interdependência de autoafirmação do Estado, para produzir efeitos na malha social, em rede, não localizada, mas multidirecional. Portanto, a informação para saúde, como produto desta relação de poder, é moldada pelos atores sociais, políticos e econômicos com intenção de normalizar o corpo individual e coletivo, assim como de legitimar o discurso do que promove saúde, e do que permite a prevenção de doenças. Logo, essa relação de poder está relacionada com a observação de que na pandemia da COVID-19 a informação para saúde se tornou politizada, fazendo com que instituições, informações e evidências científicas fossem questionadas quando o que era apresentado não correspondia aos valores e às opiniões dos sujeitos. Dessa forma, criou-se um ambiente favorável ao compartilhamento de informações falsas no contexto da saúde.

O objetivo “b” desta pesquisa foi contemplado ao assimilarmos as relações entre os conceitos de desinformação, verdade e pós-verdade. Discutimos que a pós-verdade representa um descompromisso com a realidade, de maneira que conteúdos confiáveis e baseados na ciência assumem uma condição secundária

diante dos processos de produção e circulação de informações falsas que se anunciam como verdades incontestáveis. Refletimos que, em uma conjuntura em que o conceito de verdade é mediocrizado e em que nos deparamos com uma falta de compromisso com a verdade científica, deslocada de crenças, opiniões e convicções, há espaço para um alastramento cada vez mais potente de desinformações.

O objetivo “c” foi concretizado ao elaborarmos as categorias que devem ser adotadas para a construção do modelo proposto. Entendemos que as plataformas de checagem que existem são robustas, mas não dão conta de fazer frente a um universo cada vez maior de informações falsas e manipuladas. Em especial porque o *fact-checking* é uma prática de difícil alcance e que apresenta dificuldades para furar “bolhas”. Por isso, diversas variáveis em torno da cidadania digital, da alfabetização midiática e da competência em informação devem ser consideradas para se pensar em estratégias efetivas e duradouras.

O caminho para o cumprimento da responsabilidade midiática é, de fato, um grande desafio e para perceber a importância de checar as informações obtidas, as pessoas têm que, antes de tudo, se comprometerem com o debate democrático e demonstrarem senso crítico frente ao gigantesco conteúdo disponível nos ambientes digitais.

Sobre o objetivo “d”, ele foi atendido ao construirmos um modelo de *fact-checking* visando o acesso, apropriação e uso de informações no contexto da saúde. Neste modelo, abordamos ideias referentes à informação para saúde, informação, desinformação, fluxos de informação e desinformação, cidadania digital, *fact-checking*, estado de ignorância, insegurança, busca da verdade científica, pós-verdade e acesso, apropriação e uso da informação.

E o objetivo “e”, finalmente, foi efetivado ao entendermos como a prática de *fact-checking* pode viabilizar o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais.

Evidenciamos que o *fact-checking* faz parte de uma estratégia muito mais complexa que denominamos de cidadania digital, por meio da qual seria viável

garantir o acesso, a apropriação e o uso da informação para saúde, reduzindo a proliferação da desinformação nos ambientes informacionais digitais.

Através da análise das fontes e de outras técnicas, a checagem de fatos objetiva oferecer aos cidadãos mais elementos para entender a realidade e fazer uma análise crítica do que está acontecendo. Assim, a sociedade é estimulada a tomar decisões mais conscientes e menos suscetíveis a possíveis tentativas de manipulação no que se refere às relações de poder.

Todavia, atinamos que os serviços de *fact-checking* não são suficientes para resolver a desinformação. Entendemos que eles funcionam como uma alternativa de curto prazo, que destinam-se a servir de alerta para a população no geral, mostrando que a desinformação é um problema que nos assola e que pode atingir qualquer um, a qualquer momento. Por essa razão, devemos sempre estar atentos e recorrer a esses serviços quando necessário.

Embora não dê conta do problema em sua totalidade, é valorosa a iniciativa das instituições de abordar o conteúdo relacionado à saúde em suas checagens. Isso é essencial para frear a desinformação e para minorar os prejuízos resultantes de sua acelerada propagação.

Salientamos que a grande colaboração desta pesquisa, além da apresentação do modelo metodológico, que por si só incorpora a condição de ineditismo que a construção de uma tese exige, está na contemplação de aproximar reflexões que envolveram os conceitos de desinformação, verdade, pós-verdade, *fact-checking* e informação para saúde. Apresentando-se, conseqüentemente, como um conhecimento que pode acrescentar nas áreas da Ciência da Informação e nas Ciências da Saúde.

Por fim, acreditamos que esta tese dá margem a outros estudos que circundam a desinformação, a pós-verdade e o *fact-checking*. Consideramos, inclusive, aplicar empiricamente o modelo produzido e conseguir novos resultados a partir dele.

REFERÊNCIAS

A TERRA é plana. Direção de Daniel J. Clark. Produção de Caroline Clark, Nick Andert e Daniel J. Clark. Los Gatos, Califórnia: Netflix, 2018.

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Analfabetismo Funcional: Inaf Brasil 2018**. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018a. Disponível em: <https://ipm.org.br/relatorios> Acesso em 27 nov. 2019.

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Contexto digital**. Disponível em: <https://ipm.org.br/midia>, 2018b. Acesso em: 27 nov. 2019.

ACERBI, A. **Cognitive attraction and online misinformation**, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-019-0224-y>. Acesso em: 16 abr. 2020.

AGÊNCIA LUPA. **Mas de onde vem o fact-checking?**, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/de-onde-vem-o-fact-checking/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

AGUIAR, F. L. de; KOBASHI, N. Y. Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre Ciência da Informação e Arquivologia. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14. 2013, Santa Catarina. **Anais [...]** Santa Catarina: ANCIB, 2013. Disponível em: <http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/155/147>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ALBAGLI, S. Sociedade da informação e do conhecimento: desafios teóricos e empíricos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.3, p.10-16, 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. Bras. Ci. Inf., Brasília**, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez.2009.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**: Final report, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 05 fev. 2020.

AOS FATOS. **Como fazer sua própria checagem de fatos e detectar notícias falsas**, 2018. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/como-fazer-sua-propria-checagem-de-fatos-e-detectar-noticias-falsas/> Acesso em: 30 abr. 2020.

ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014.

ARAÚJO, C. A. A. **Desafios para a competência em informação em tempos de pós-verdade (parte 4 de 4)**, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7P6skwjEYBU>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ARAÚJO, C. A. A. A pós-verdade como desafio central para a ciência da informação contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 13-29, jan/abr. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/101666>. Acesso em 13 jan. 2021.

ARAÚJO, E. A. de. Informação, Sociedade e Cidadania: A Gestão da Informação contexto de Organizações Não Governamentais (ONGs) Brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, 1999.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras; 1989.

ARRUDA, G.; TADEU, D. **A desinformação influencia eleições ao redor do mundo**, 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-desinformacao-influencia-eleicoes-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ASSMANN, H. 1999. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1999.

AVAAZ. **O Brasil está sofrendo uma infodemia de Covid-19**, 2020. Disponível em: https://avaazimages.avaaz.org/brasil_infodemia_coronavirus.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

AZEVEDO, F. A. **Quando proibir é divulgar e informar é censurar**. Observatório da Imprensa. 2002.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teorico-conceptual en bibliotecología y documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001.

BARR, R. A. **Galaxy brain**: The neuroscience of how fake news grabs our attention, produces false memories, and appeals to our emotions, 2019. Disponível em: <https://www.niemanlab.org/2019/11/galaxy-brain-the-neuroscience-of-how-fake-news-grabs-our-attention-produces-false-memories-and-appeals-to-our-emotions/>. Acesso em: 29 maio 2020.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 192 p.

BAUMAN, Z. **Cegueira moral**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BELL, D. **The coming of post industrial society**: a venture in social forecasting.

New York: Basic Books, 1973.

BENKLER, Y. **The Wealth of Networks**. New Haven, Conn: Yale University Press, 2006.

BENKLER, Y.; FARRIS, R.; ROBERTS, H. **Network Propaganda: manipulation, disinformation and radicalization in american politics**. New York: Oxford University Press, 2018.

BENTES PINTO, V. **Informação, ética e saúde**. In: VII Encontro Internacional de Informação, Conhecimento e Ação (EIICA). <https://www.marilia.unesp.br>. Marília, 31 de Outubro a 03 de novembro de 2011 (Conferência Não Publicada)

BENTES PINTO, V. **Informação para saúde: terminologias, usuários e tecnologias eletrônicas**. Destinatário: Mayane Paulino de Brito e Silva. [S. I.], 8 abr. 2020. 1 mensagem eletrônica.

BEZERRA, A. **Em entrevista, pesquisador fala sobre como a desinformação afeta a saúde**, 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/em-entrevista-pesquisador-fala-sobre-como-desinformacao-afeta-saude>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BLOG DA SAÚDE. **8 passos para identificar fake news**, 2018. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/servicos/53504-8-passos-para-identificar-fake-news>. Acesso em: 26 maio 2020.

BORGES, E. V. E. **O poema concreto: um efeito de estranhamento na conduta dos leitores**. 2011. 300 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2011.

BORGES, E. V. E. **Apropriação da informação: os elementos, o processo e a materialização da informação**. 256f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103>. 24 mar. 2020.

BRADSHAW, S; HOWARD, P. N. **The Global Disinformation Order 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation**, 2019. Disponível em: <https://comprop.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/93/2019/09/CyberTroop-Report19.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRAGA, R. **O excesso de informação: a neurose do séc XXI**. 2008. Disponível em: <http://www.mettodo.com.br/pdf/O%20Excesso%20de%20Informacao.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRAGA, R. M. C. A indústria das fake news e o discurso de ódio. In: PEREIRA, R. V.

(Org.). **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio**. Volume I. Belo Horizonte: IDDE, 2018. p. 203-220. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4813>. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ECA/USP, ENANCIB, 2008.

BRASHIER, N.; SCHACTER, D. L. **Aging in an Era of Fake News**, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341496718_Aging_in_an_Era_of_Fake_News. Acesso em: 18 maio 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. **Combate a fake news é tema de 50 propostas na Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=3&order=relevancia&abaEspecific=true&q=fake%20news&tipos=PLP,PL,PDL>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRENNEN, S. *et al.* **Types, sources, and claims of COVID-19 misinformation**, 2020. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/types-sources-and-claims-covid-19-misinformation>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRISOLA, A. C. C de A. S. **A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: Uma construção possível**. 2016. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2016.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 1999. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2.

CASTRO, C. A.; RIBEIRO, M. S. P. Sociedade da Informação: um dilema para o bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 17-25, 1997. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1589> Acesso em: 26 nov. 2020.

CAVALCANTE, R. B. *et al.* As relações de poder e a práxis informacional em saúde. **R. Enferm. Cent. O. Min.**, São João del-Rei, v. 3, n.4, p. 1382-1392, set./dez. 2014.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros**: Percepção pública da C&T no Brasil 2015. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/percepcao_web.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

CEZAR, K. G.; SUAIDEN, E. J. O impacto da sociedade da informação no processo de desenvolvimento. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.27, n.3, p. 19-29, set./dez. 2017.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada**: Um guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHINN, D.; MCCARTHY, C. All Aspects of Health Literacy Scale (AAHLS): Developing a tool to measure functional, communicative and critical health literacy in primary healthcare settings. **Patient Education and Counseling**, v. 90, n. 2, p. 247–253, 2013.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CIMPLIFICA: Se é fake não é news. Entrevistadores: Alexandra Feitosa, Elton Nascimento e Valquíria Monteiro da Cruz. Entrevistada: Cecília Almeida Rodrigues Lima. [S. l.]: Catarse, 22 abr. 2020. Podcast. Disponível em: <http://cimplifica.com/episodio-17/>. Acesso em 21 maio 2020.

COELHO, A. C. S. A sociedade em rede: a revolução é compartilhada. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 165-173, dez. 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. **Combater a desinformação em linha**: uma estratégia europeia. Bruxelas: Comissão Europeia, 2018. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0236>. Acesso em: 27 nov. 2019.

DANTAS, C.C. *et al.* Teoria fundamentada nos dados - aspectos conceituais e

operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem.

Rev. Latino-am Enfermagem, v. 17, n. 4, 2009 jul./ago. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlae/a/JgPLBk4WD8bFVGSjwQnkHqC/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2021.

DEL RINCÓN, D. *et al.* **Técnicas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Dykinson, 1995.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DODEBEI, V. (Des) Informação e [Pós] Verdade possíveis contextos discursivo-conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. X-X, abr./jun. 2021.

DONAVAN, J. **Social-media companies must flatten the curve of misinformation**, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01107-z>. Acesso em: 15 abr. 2020.

DRUCKER, P. 1994. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

DUARTE, A. B. S.; LOURENÇO, C. de A. Informação e conhecimento: aspectos filosóficos e informacionais. **Informação & sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUDZIAK, E. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n.1, p. 23-35, 2003.

DUNKER, T. C. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *In*: DUNKER, T, C; FUKS, J; TIBURI, M; SAFATLE, V. **Ética e pós-verdade**. São Paulo: Litercultura, 2018.

EDELMAN. **Edelman Trust Barometer 2018**, 2018. Disponível em: <https://www.edelman.com.br/estudos/trust-barometer-2018>. Acesso em: 26 maio 2020.

ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL (UNIÃO EUROPEIA). **A desinformação** - contexto europeu e nacional, 2019. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Documents/2019/abril/desinformacao_contextoeuroeunacional-ERC-abril2019.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

ESTADÃO. **Twitter vai adicionar etiquetas contra desinformação sobre coronavírus**, 2020. Disponível em:

<https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,twitter-vai-adicionar-etiquetas-contra-desinformacao-sobre-coronavirus,70003299613>. Acesso em: 20 maio 2020.

FALLIS, D. A conceptual analysis of disinformation. In: ICONFERENCE, 4., 2009, Chapel Hill. **Proceedings** [...]. Illinois: Ideals, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/15205>. Acesso em: 17 jan. 2019.

FERREIRA, S. M. G. **Sistema de Informação em Saúde**: conceitos fundamentais e organização, 1999. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2249.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

FIGUEIREDO, N. M. **Avaliações de coleções e estudos de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Coronavírus também gera uma perigosa pandemia de desinformação**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/coronavirus-tambem-gera-uma-perigosa-pandemia-de-desinformacao.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da clínica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FRANCISCO, S. **Sociedade da desinformação**, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154058>. Acesso em: 27 nov. 2019.

FREIRE, G. H. de A. Construindo relações horizontais na internet: estudo de usuários on line. **Inf. & Soc.**: Est., João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 217-235, jul./dez. 2004.

FROHMMAN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995. Edmonton. **Electronic Proceedings** [...]. 14 f. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GALHARDI, C. P. *et al.* **Fato ou Fake?** Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 04 out. 2020.

GfK VEREIN. **Relatório Global de Confiança 2015** – um estudo da GfK Verein Confiança nas instituições e setores econômicos, 2015. Disponível em: https://cdn2.hubspot.net/hubfs/2405078/cms-pdfs/fileadmin/user_upload/dyna_content/br/documents/reports/150320_brazil_gfk_globaltrust_2015_portugues_rev_ha.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

GRANGER, G. G. Modèles qualitatifs, modèles quantitatifs dans la connaissance

scientifique. In: **Sociologie et Sociétés**. Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal, 1982.

GLASER, B.G.; STRAUSS, A. L. **The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research**. Chicago/ Nova York: Aldine de Gruyter, 1967.

GLOBO. **Pandemia e o consumo de notícias nas redes sociais**, 2020. Disponível em: <https://gente.globo.com/pandemia-e-o-consumo-de-noticias-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 18 maio 2021.

GONDIM, S.; FISCHER, T. O discurso, a análise do discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Cadernos Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 9-26, 2009. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31544/pdf_1. Acesso em: 09 jul. 2020.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.22, n.3, p.217-222, set./dez. 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479/479>. Acesso em: 24 mar. 2020.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, n. 6, v. 1, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4591>. Acesso em: 24 mar. 2020.

GRANCHI, G. **Hidroxiclороquina é ineficaz para covid-19, diz maior estudo brasileiro**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/07/23/hidroxiclороquina-e-ineficaz-para-covid-19-diz-maior-estudo-brasileiro.htm>. Acesso em: 07 jan. 2021.

HACKER, J.; PIERSON, P. Confronting Asymmetric Polarization. In: PERSILY, N. **Solutions to political polarization in America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HAN, B.C. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARARI, Y. N. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HENRIQUES, C. M. P. **A dupla epidemia: febre amarela e desinformação**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 12, n. 1, 2018.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R; FERNÁNDEZ, C.; BAPTISTA, P. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 2014

HIRVONEN, N. *et al.* Socio-demographic characteristics associated with the everyday health information literacy of young men. **Information Research**, v. 20, n. 1, 2015.

HIRVONEN N. *et al.* Everyday health information literacy in relation to health behavior and physical fitness: A population-based study among young men. **Library & Information Science Research**, v. 38, n. 4, p. 308-318, 2016.

IAMARINO, A. **A importância do jornalismo em tempos de pandemia e desinformação**, 2020 (informação verbal). Disponível em: https://mobile.facebook.com/institutopalavraaberta/videos/610000759594583/?_rdc=1&_rdr&refsrc=http%3A%2F%2Finstagram.com%2F. Acesso em: 05 maio 2020.

ILHARCO, F. **Filosofia da Informação**: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

INSTAGRAM. **Combater a desinformação no Instagram**, 2019. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/combating-misinformation-on-instagram>. Acesso em: 20 maio 2020.

INSTITUTE OF MEDICINE. **Health literacy**: A prescription to end confusion. Washington, DC: National Academic Press, 2004.

INTERVOZES. **10 maneiras de enfrentar a desinformação**, [2018?]. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/10-maneras-de-enfrentar-a-desinformacao/>. Acesso em: 25 maio 2020.

INTERVOZES. **Desinformação**: ameaça ao direito à comunicação muito além das *fake news*, 2020. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/desinformacao-ameaca-ao-direito-a-comunicacao-muito-alem-das-fake-news/>. Acesso em: 26 maio 2020.

KOHN, K.; MORAES, C. H. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais** [...]. Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1533-1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

KURAMOTO, H.; NAVES, M. M. L. **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

LAU, J. **Guidelines on information literacy for lifelong learning**, 2006. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelinesen.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

LAZER, D. M. J. *et al.* The science of fake news. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, mar. 2018. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1094>. Acesso em: 16 jun. 2020.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da Informação**. 2. ed. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul (RS): Educs, 2005.

LEITE, L. R. T.; MATOS, J. C. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UFC, 2017.

LÉVY, P. O ciberespaço como um passo metaevolutivo. In: MARTINS, F. e SILVA, J. d. **A genealogia do virtual**: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LLOYD, A. Information literacy: Different contexts, different concepts, different truths? **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 37, p. 82–88, 2005.

LOPES, I. L. Novos paradigmas para avaliação da qualidade da informação em saúde recuperada na Web. **Ci. Inf.**, v.33, n. 1, Brasília, 2004.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MACAULAY, T. **Instagram's algorithm pushes users towards COVID-19 misinformation, study finds**, 2021. Disponível em: <https://thenextweb.com/neural/2021/03/09/instagram-algorithm-recommends-covid-19-misinformation-vaccines-conspiracy-theories-antisemitism/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MACHADO, C. C. V. *et al.* **Ciência Contaminada**: analisando o contágio de desinformação sobre o coronavírus via YouTube (Parte 1 da série Democracia Infectada), 2020. Disponível em: https://laut.org.br/ciencia-contaminada.pdf?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=cincia_contaminada. Acesso em: 25 maio 2020.

MANCUSO, J. M. Assessment and measurement of health literacy: An integrative review of the literature. **Nursing & Health Sciences**, v. 11, n. 1, p. 77–89, 2009.

MANTZARLIS, A. Module 5: Fact-checking 101. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (ed.). **Journalis, 'Fake News' & Disinformation**: Handbook for Journalism Education and Training. Paris: UNESCO, 2018.

MARTINS, C. J. B. N.; PRESSER, N. H. A promoção da cidadania por meio do

acesso à informação. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 133 -150, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/24097/13390> .Acesso em: 26 mar. 2020.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

McINTYRE, L. **Posverdad**. Madrid: Cátedra, 2018.

McLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

MEDICAL LIBRARY ASSOCIATION. **What is health information literacy?**, 2003. Disponível em: <http://www.mlanet.org/resources/healthlit/define.html>. Acesso em 05 fev. 2020.

MÉDICI, A. C. Saúde e crise da modernidade (caminhos, fronteiras e horizontes). **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n.2, 1992. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901992000200004. Acesso em: 22 abr. 2020.

MELLO, M. R. G. de; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Desinformação, verdade e pós-verdade: reflexões epistemológicas e contribuições de Piaget. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 7, n. 2, p. 108-127, 26 mar. 2021.

MEUNIER, J.G. **Trois types de représentations cognitives, Les cahiers du LANCIV**. 3, N. 2002-02 – Juillet 2002. Disponível em:
<https://www.lanci.uqam.ca/wp-content/uploads/2013/10/2002-02.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MINAYO, M. S. C. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, M. S. C. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORAIS, L. B. V. **Desordem Informacional ou Fake News?**, 2020. Disponível em:
<https://www.justificando.com/2020/07/14/desordem-informacional-ou-fake-news/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MORETTI, F. A.; OLIVEIRA, V. E. de; SILVA, E. M. K. da. Acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública? **Rev. Assoc. Med. Bras.** v.58, n.6, São Paulo, nov./ dez. 2012. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302012000600008. Acesso em: 26 maio 2020.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina, 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7063>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MUSIAL, D. C.; DUTRA, J. S.; BECKER, T. C. A.; A automedicação entre os brasileiros. **SaBios - Rev. Saúde e Biol.**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 5-8, jul./ dez. 2007.

MURRIEL-TORRADO, E. **A desinformação nossa de cada dia**, 2020. Disponível em: <http://enriquemuriel.prof.ufsc.br/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

NEGROPONTE, N. 1995. **A vida digital**. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

NEVEZ, B. C.; BRAZ, M. I. Interlocução entre saúde e ciência da informação: proposta para o diagrama multidisciplinar da CI. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 100 – 121, set./dez. 2018.

NICHOLAS, D.; HUNTINGTON, P.; WATKINSON, A. Digital journals, big deals and online searching behavior: a pilot study. **Aslib Proceedings: New Information Perspectives**, v. 55, n. 1/2, p. 84-108, 2003.

NOLETO, M. **A importância do jornalismo em tempos de pandemia e desinformação**, 2020 (informação verbal). Disponível em: https://mobile.facebook.com/institutopalavraaberta/videos/610000759594583/?_rdc=1&_rdr&refsrc=http%3A%2F%2Finstagram.com%2F. Acesso em: 05 maio 2020.

NUNES, J. H. **Formação do leitor brasileiro**: imaginário da leitura no Brasil colonial. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

NUTBEAM, D. The evolving concept of health literacy. **Social Science & Medicine**, v. 67, p. 2072–2078, 2008.

OLIVEIRA, D. V. de. **Zapatismo, Redes e a Internet**: Uma reflexão sobre a insurgência política na era da globalização. 2012. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3420/3/20854275_Danielli%20Oliveira.pdf . Acesso em: 21 nov. 2019.

OLIVEIRA, T. M. de.; MARTINS, R. Q. R.; TOTH, J. P. Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS): mapeamento de fake sciences ligadas à saúde no Facebook. **Reciis – Rev. Eletron. Comun. Inf. Inov. Saúde**, 2020, jan./mar., v. 14, n. 1, p. 90-111.

OLIVEIRA, T. M. de. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc Em Revista**, 2020, v. 16, n. 2. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5374>. Acesso em 14 jun. 2021.

O'REILLY, T. **What Is Web 2.0**: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software, 2005. Disponível em: <https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>. Acesso em: 03 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Novel Coronavirus(2019-nCoV)**: Situation Report - 13, 2020. Disponível em : <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200202-sitrep-13-ncov-v3.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**, 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em 10 ago. 2021

ØROM, A. Information Science, historical changes and social aspects: A Nordic outlook. **Journal of Documentation**, London, v.56, n.1, p.12-26, 2000.

OXFORD LANGUAGES. **Palavra do ano 2016**. [S ./.]: Oxford University Press, [2016]. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PAESANI, L. M. **O Direito na Sociedade da Informação**. São Paulo: Atlas, 2007.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASCAL, B. **Pensamentos**. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

PIERUCCINI, I. **Ordem informacional dialógica**: mediação como apropriação da informação, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1117/GT3--159.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 nov. de 2020.

PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. P. Em busca do significado da desinformação. **Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000016135> . Acesso em: 27 nov. 2019.

PINTO, M. de. A. **Entropia informacional e desinformação** - um estudo acerca da organização da informação aplicada no Sistema de Informação do Programa Mais Médicos. 111 f. il. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PRIGOL, E. D; BEHRENS, M. A. Teoria Fundamentada: metodologia aplicada na pesquisa em educação, **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, ago. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300607&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20 jul. 2020.

RASTEL, A.; CAVALCANTE, L. E. **Mediação cultural e apropriação da informação**

em

bibliotecas públicas, 2014. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/147/14730602004.pdf>. Acesso em: 03 nov. de 2020.

RECUERO, R. *et al.* **Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil** : relatório, resultados e estratégias de combate. Pelotas, RS : MIDIARS - Grupo de Pesquisa em Mídia Discurso e Análise de Redes Sociais, 2021.

RECUERO, R.; SOARES, F. B. **O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter**: Estudo de caso, 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/344835899_O_Discurso_Desinformativo_sobre_a_Cura_do_COVID-19_no_Twitter_Estudo_de_caso. Acesso em: 18 maio 2021.

RECUERO, R.; SOARES, F. B.; ZAGO, G. Polarização, Hiperpartidarismo e Câmaras de Eco: Como circula a Desinformação sobre Covid-19 no Twitter.

Contracampo, v. 40, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611>. Acesso em: 18 maio 2021.

RIBEIRO, F. Medicina e Ciência da Informação: uma abordagem integradora e interdisciplinar. In: DUARTE, Z.; FARIAS, L. **A medicina na era da informação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 111-125.

RIFKIN, J. **The age of access**: the new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-for experience. New York, NY: Tarchet/ Putnam, 2000.

RIGUE, A. **Datafolha**: 79% dos brasileiros querem se vacinar contra o coronavírus, 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/01/23/datafolha-79-dos-brasileiros-querem-se-vacinar-contr-o-coronavirus>. Acesso em: 09 mar. 2021.

ROOZENBEEK, J.; LINDEN, S. V. D. **Fake news game confers psychological resistance against online misinformation**, 2019. Disponível em:

<https://www.nature.com/articles/s41599-019-0279-9>. Acesso em 23 jul. 2020.

ROSA, J. L. **WhatsApp restringe compartilhamento de mensagens para reduzir 'fake news'**, 2020. Disponível em:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/04/07/whatsapp-restringe-compartilhamento-de-mensagens-para-reduzir-fake-news.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2020.

SACRAMENTO, I. A saúde numa sociedade de verdades. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 12, n. 1, 2018.

SAEGER, M. *et al.* Organização, acesso e uso da informação: componentes essenciais ao processo de Gestão da Informação nas organizações. **Páginas a&b**. v.3, n. 6, 2016. Disponível em:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/1545/1590>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SAFATLE, V. É racional parar de argumentar. *In*: DUNKER, T. C; FUKS, J; TIBURI, M; SAFATLE, V. **Ética e pós-verdade**. São Paulo: Litercultura, 2018, p.125-136.

SAGISMUNDO, W. C.; GUIMARÃES, M. M. **Fake news**: uma análise de agências que ajudam a identificar a veracidade de uma notícia, 2018. Disponível em: http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/ed694236198ef8de603727410b13e39c.pdf. Acesso em 30 abr. 2020.

SANAR MEDICINA. **Fake news sobre as vacinas para Covid-19 podem atrapalhar imunização**, 2020. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/fake-news-sobre-as-vacinas-para-covid-19-podem-atrapalhar-imunizacao>. Acesso em; 09 mar. 2021.

SANCHES, S. H. D. F. N.; CAVALCANTI, A. E. L. W. **Direito à Saúde na Sociedade da Informação: A Questão das Fake News e seus Impactos na Vacinação**. Revista Jurídica, v. 53, n. 4, p. 448-466, 2018.

SANTOS, C. D. **Ciência da Informação e Interdisciplinaridade**: interconexões com a cultura informacional. 2017. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SANTOS, J. C. S. **Informação pública e participação política em rede**: uma análise na governança eletrônica nos websites dos deputados do estado da Bahia. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2011.

SANTOS, M. E.V. M. dos. Cidadania, conhecimento, ciência e educação CTS: Rumo a “novas” dimensões epistemológicas. Centro de Investigação em Educação, Universidade de Lisboa, Portugal. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad** - CTS, v. 2, n. 6, dez., 2005, p. 137-157.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; CARVALHO, A. M. G. de. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009.

SARACEVIC, T. Interdisciplinarity nature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_aac5068b8b_0016893.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun., 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SCLIAR, M. História do Conceito de saúde. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p.29-41, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SEIBT, T. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de *fact-checking* no Brasil**. 2019. 265f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193359>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SETZER, V. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.0, n.0, dez./ 1999. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000009680>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SHANE, T. **How does our psychology make us more vulnerable to misinformation? We explain the key concepts in the first of a three-part series**, 2020. Disponível em: https://firstdraftnews.org/latest/the-psychology-of-misinformation-why-were-vulnerable/?utm_source=Daily+Lab+email+list&utm_campaign=c89438491d-dailylabemail3&utm_medium=email&utm_term=0_d68264fd5e-c89438491d-396166925. Acesso em: 14 jul. 2020.

SILVA, C. D. C. da. Informação em saúde: produção, consumo e biopoder. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, out. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001000033. Acesso em: 21 abr. 2020.

SILVA, F. de B. da. **O regime de verdade das redes sociais on-line: pós-verdade e desinformação nas eleições presidenciais de 2018**. 2019. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2019.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012.

SMITH, J. K. *et al.* Information literacy proficiency: Assessing the gap in high school students' readiness for undergraduate academic work. **Library & Information Science Research**, v. 35, p. 88–96, 2013.

SOARES, F. *et al.* Covid-19, disinformation and Facebook: circulation of URLs about hydroxychloroquine on public pages and groups. **SciELO Preprints**, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1476>. Acesso em: 18 maio 2021.

SORJ, B. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Jorge Zahar; UNESCO, 2003.

SORJ, B.; GUEDES, L. E. **Exclusão digital: Problemas conceituais, evidências**

empíricas e políticas públicas, 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SOUZA, M. de M. de; Dos dados a política: a importância da informação em saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.17 n.1, mar. 2008. Disponível em:
http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-4974200800010000. Acesso em: 02 fev. 2020.

SOUZA, V. R. C. de. O acesso à informação na legislação brasileira. **Rev. SJRJ**, Rio de Janeiro, v.19, n.33, p. 161-181, abr. /2012.

STOCK, W. G.; STOCK, M. **Handbook of Information Science**. Berlin: Walter de Gruyter, 2016.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa**: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2008.

SUNSTEIN, C. **Echo Chambers**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundations of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

TABAKMAN, R. **A saúde na mídia**: medicina para jornalistas, jornalismo para médicos. São Paulo:Summus, 2013.

TABOSA, H. R. **Modelo integrativo sobre o comportamento do usuário na busca e uso de informação**: aplicação na área da Saúde. 2016. 176f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TARGINO, M. das G. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte. v. 20, n. 2, 1991, p.149-160.

TAROZZI, M. **O que é a Grounded Theory?** Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TAYLOR, R. S. Information use environments. In: DERVIN, B.; VOIGOT, M. J. **Progress in communications science**. Norwood: Ablex Publishing, 1991.

TAYLOR, A. G; JOURDREY, D.N. **The organization of the information**. 3.ed. Westport: Libraries Unlimited, 2008. 513 p.

TEIXEIRA, A. Fake news colocam a vida em risco: a polêmica da campanha de vacinação contra a febre amarela no Brasil. **Reciis – Rev. Eletron. Comun. Inf. Inov. Saúde**, 2020, jan.-mar., v.14, n. 1, p. 72-89.

TIBURI, M. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: DUNKER, T, C; FUKS, J; TIBURI, M; SAFATLE, V. **Ética e pós-verdade**. São Paulo: Litercultura, 2018.

UHLIR, P. F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Media and information literacy (MIL)**, 2014. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/Communication/Pages/information-literacy.aspx>. Acesso em: 05 fev. 2020.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D. As novas tecnologias de autocuidado e os riscos do autodiagnóstico pela Internet. **Rev. Panam. Salud Publica**, v. 26, n. 2, p. 172-175, 2009.

VECHIATO, F. L.; FARIAS, G. B. de. Serendipidade no contexto da Ciência da Informação: perspectivas para os estudos com estudos informacionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 01-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72056/44029>. Acesso em 04 out. 2021.

VILMER, J. B. J.; GUILLAUME, A. E.; HERRERA, M. J. **Les Manipulations de l'information**: un défi pour nos démocraties, rapport du Centre d'analyse, de prévision et de stratégie (CAPS) du ministère de l'Europe et des Affaires étrangères et de l'Institut de recherche stratégique de l'École militaire (IRSEM) du ministère des Armées, Paris, août , 2018. Disponível em: https://www.defense.gouv.fr/content/download/541267/9279617/Les_manipulations_de_l_information.pdf. Acesso em 5 jul. 2020.

VOLKOFF, V. **La Désinformation**: arme de guerre. Paris Julliard, 1986.

VON HEIN, M. **Desinformação em tempos de coronavírus**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/03/31/desinformacao-em-tempos-de-coronavirus.htm>. Acesso em: 19 ago. 2020.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. **The spread of true and false news online**, 2018. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146>. Acesso em: 23 jul. 2020.

WAKKA, W. **Como as empresas de fact-checking enfrentam o desafio da desinformação**, 2018. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/como-as-empresas-de-fact-checking-enfrentam-o-d-esafio-da-desinformacao-125694/> . Acesso em: 07 maio 2020.

WARDLE, C. **Fake news. It's complicated**, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/latest/fake-news-complicated/>. Acesso em: 27 maio 2020.

WARDLE, C. **5 lessons for reporting in an age of desinformation**, 2018.

Disponível em:

<https://firstdraftnews.org/latest/5-lessons-for-reporting-in-an-age-of-disinformation/>.

Acesso em: 09 jun. 2020.

WARDLE C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: toward interdisciplinary framework for research and policy making, 2017. Disponível em:

<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-aninterdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 25 nov. 2019.

WARDLE C.; DERAKHSHAN, H. Reflexão sobre a “desordem da informação”: formatos da informação incorreta, desinformação e má-informação. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Jornalismo, Fake News e Desinformação**. UNESCO, 2019.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de Informação**: como Transformação em compreensão. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1989.

YANG, P.; WANG, X. **COVID-19**: a new challenge for human beings, 2020.

Disponível em:

<https://www.nature.com/articles/s41423-020-0407-x>. Acesso em: 15 abr. 2020.

YATES, C. **Informed for health**: Exploring variation in ways of experiencing health information literacy, 2013. Disponível: http://eprints.qut.edu.au/65354/1/Christine_Yates_Thesis.pdf.

Acesso em: 05 fev. 2020.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. In: _____. **Colóquios filosóficos de Royaumont** – O Conceito de informação na ciência contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

Apêndice 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para você participar da pesquisa: “Desinformação, pós-verdade e *fact-checking*: proposição de modelo direcionado à informação para saúde”, que tem como pesquisadora responsável Mayane Paulino de Brito e Silva, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, orientada pela Professora Doutora Virgínia Bentes Pinto.

Esta pesquisa objetiva apreender como se dá as práticas de *fact-checking* no que se referem ao acesso, à apropriação e ao uso da informação para saúde por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais.

O participante da pesquisa será submetido a uma entrevista contendo questões abertas.

O participante será voluntário, sendo incluído na pesquisa por livre e espontânea vontade, sendo que o participante poderá, a qualquer momento, desistir de participar desta pesquisa, sem qualquer tipo de problema.

Durante todo o período desta pesquisa você poderá tirar dúvidas ligando para a pesquisadora Mayane Paulino de Brito e Silva, pelo telefone (84) 99444-8934 ou entrando em contato pelo e-mail mayanepaulino.b@gmail.com.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a você, além de se recusar a responder as perguntas que lhes cause constrangimento de qualquer natureza.

Os dados que você irá fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos e/ ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pela pesquisadora responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de um ano.

Consentimento Livre e Esclarecido,

Após ter sido esclarecido sobre o objetivo e o modo como os dados serão coletados nesta pesquisa, concordo em participar do estudo "Desinformação, pós-verdade e *fact-checking*: proposição de modelo direcionado à informação para saúde", e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

☐

Declaro que li e estou de acordo com as condições acima mencionadas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Autorizo,

Data: ____/____/____

Assinatura do Participante

Apêndice 2 – ENTREVISTA

Data:

Agência:

Entrevistado:

Função dentro da agência:

Há quanto tempo está na agência:

1 - Diante de um cenário em que circulam cada vez mais informações falsas nos ambientes digitais, em que temos que lidar com um fenômeno como a pós-verdade, por exemplo, como é sua experiência em trabalhar em uma agência de checagem de fatos (quais são os desafios, os dilemas, as dificuldades)?

2 - De acordo com sua experiência, qual(is) o(s) fator(es) que mais torna(m) as pessoas vulneráveis à desinformação?

3 - É possível identificar algum perfil das pessoas que são mais vulneráveis à desinformação (escolaridade, gênero, crenças, religião, *etc*)?

4 - Você enxerga alguma peculiaridade em relação à desinformação na área da saúde (algum agravamento, alguma dificuldade maior em lidar, por exemplo)?

5 - Do seu ponto de vista, qual(is) seria(m) a(s) melhor(es) alternativa(s) para garantir o acesso, a apropriação e o uso de informação confiável nos ambientes digitais, especialmente no que diz respeito à informação para saúde?

6 - Você acredita que o fact-checking é uma solução viável para minimizar a desinformação nos ambientes digitais, garantindo o acesso, a apropriação e o uso de informações confiáveis, inclusive no que diz respeito à informação para saúde? Por quê?

7 - Como a prática do fact-checking pode ser viabilizada para a permitir o acesso, à apropriação e ao uso da informação (especialmente a informação para saúde) por parte dos sujeitos informacionais de modo a minimizar a desinformação existente nos ambientes informacionais digitais?

8 - Como você imagina quais são os desafios de implementar isso? E Como superá-los?